



GIOVANA DE OLIVEIRA PENHA ALVES

**AS DUAS FACES DO RACISMO NO PENSAMENTO DE
HANNAH ARENDT: UMA LEITURA COMPARADA DE
*ORIGENS E REFLEXÕES***

LAVRAS-MG

2024

GIOVANA DE OLIVEIRA PENHA ALVES

**AS DUAS FACES DO RACISMO NO PENSAMENTO DE HANNAH
ARENDT: UMA LEITURA COMPARADA DE *ORIGENS* E *REFLEXÕES***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Filosofia, na área de Filosofia Política, para a obtenção do título de Mestre

Prof. Dr.: Marcelo Sevaybricker Moreira
Orientador

LAVRAS-MG
2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Alves, Giovana Oliveira.

As duas faces do racismo no pensamento de Hannah Arendt :
Uma leitura comparada de Origens e Reflexões / Giovana Oliveira
Alves. - 2024.

104 p. : il.

Orientador(a): Marcelo Moreira Sevaybricker.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Racismo. 2. Política. 3. Hannah Arendt. I. Sevaybricker,
Marcelo Moreira. II. Título.

GIOVANA DE OLIVEIRA PENHA ALVES

**AS DUAS FACES DO RACISMO NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT: UMA
LEITURA COMPARADA DE ORIGENS E REFLEXÕES**


**THE TWO FACES OF RACISM IN HANNAH ARENDT'S THOUGHT: A
COMPARATIVE READING OF ORIGINS AND REFLECTIONS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Filosofia, na área de Filosofia Política, para a obtenção do título de Mestre

APROVADA em 30 de Agosto de 2024.

Dra. Nádia Junqueira Ribeiro UFB

Dra. Nathália Rodrigues Costa UFLA

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO SEVAYBRICKER MOREIRA**
Data: 29/10/2024 07:57:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira UFLA
Orientador

LAVRAS-MG

2024

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo investimento no trabalho dedicado a este período de aprendizado e desenvolvimento, permitindo que eu pudesse fazê-lo de modo mais tranquilo e seguro, e aproveitando as oportunidades acadêmicas oferecidas.

Ao meu orientador Marcelo Sevaybricker Moreira que me orientou, no sentido mais amplo da palavra, durante todo percurso do mestrado, agradeço por toda atenção dispensada, bom humor, profissionalismo, respeito e dedicação a meu trabalho. Da mesma forma, às professoras Nathalia Rodrigues da Costa e Nádia Junqueira Ribeiro que, desde a banca de qualificação, me aconselharam em como desenvolver melhor esta pesquisa, a partir de seus conhecimentos aprofundados da área, também me direcionando pelo caminho certo.

À minha família, meu esposo, Thales Alves, que sempre me apoiou e esteve disposto a me ajudar no que fosse preciso para que eu pudesse ter o ambiente e o tempo necessários para concluir este período. Muito obrigada por seu companheirismo, confiança, apoio, incentivo e amor que sempre me acolheu. Do mesmo modo, à minha irmã, Luíza Peres, que sempre me incentivou a continuar, apesar dos obstáculos ao longo desse período. Amo muito vocês.

Aos meus amigos que foram, e são, essenciais à vida, para que assim eu pudesse percorrer este caminho com mais alegria e esperançosa de poder comemorar juntamente com eles este momento: Matheus, Cássio, Thelma, Ricardo, Carol, Gustavo, Patrick, amigos de profissão e professores que se tornaram amigos, muito bom poder contar com vocês.

A Deus. Porque somente por Ele eu vivo, e por meio d'Ele pude concluir esta etapa, já que a vida que tenho é pura graça divina, portanto por meio dela e com este trabalho eu glorifico o Autor e Consumador da minha fé.

RESUMO

A dissertação aborda a análise de Hannah Arendt sobre a questão do racismo, comparando sua abordagem sobre o tema em duas de suas obras: *Origens do Totalitarismo e Reflexões sobre Little Rock*. Na primeira, Arendt examina de que modo o antissemitismo foi utilizado como mecanismo de opressão e discriminação durante o Imperialismo e na Alemanha nazista. Na segunda, avalia a segregação racial nos Estados Unidos, destacando a natureza do poder e as consequências da negação de direitos fundamentais a determinados grupos. Nos dois casos, a autora explora como ambas as formas de discriminação refletem a transformação do racismo como política de Estado. Nossa tese destaca como Hannah Arendt se utilizou de uma perspectiva, como mulher branca e judia, para ponderar sobre ambos os contextos políticos sociais e de que forma isto influenciou seu parecer a respeito do racismo americano e do antissemitismo europeu. Entende-se que a autora analisa de maneira errônea a questão da dessegregação estadunidense, negligenciando aspectos prioritários na luta da comunidade negra pelos direitos civis mediante uma análise pouco apurada do movimento.

Palavras-chave: Hannah Arendt; raça; racismo; antissemitismo; totalitarismo; liberdade; política.

ABSTRACT

This dissertation examines Hannah Arendt's analysis of racism, comparing her approach to the subject in two of her works: *The Origins of Totalitarianism* and *Reflections on Little Rock*. In the first work, Arendt examines how antisemitism was used as a mechanism of oppression and discrimination during Imperialism and in Nazi Germany. In the latter, she assesses racial segregation in the United States, highlighting the nature of power and the consequences of denying fundamental rights to certain groups. In both cases, the author explores how both forms of discrimination reflect the transformation of racism into state policy. The main focus of this text is on how Hannah Arendt's perspective, as a white Jewish woman, influenced her reflections on both socio-political contexts and how this shaped her views on American racism and European antisemitism. It is argued that the author's analysis of American desegregation is flawed, neglecting crucial aspects of the Black community's civil rights struggle due to a superficial analysis of the movement.

Keywords: Hannah Arendt; race; racism; antisemitism; totalitarianism; freedom; politics.

INDICADORES DE IMPACTO

A análise da obra de Hannah Arendt sobre o racismo, como a apresentada neste trabalho, possui um potencial transformador para a sociedade contemporânea. Ao desvelar os mecanismos históricos e políticos que sustentam o racismo, a pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda das raízes desse fenômeno e suas manifestações contemporâneas. Ao identificar o racismo como uma ferramenta de dominação e exclusão, a pesquisa fortalece a luta por justiça social e igualdade, empoderando grupos historicamente marginalizados. Ao criticar a naturalização do racismo e a sua institucionalização, o trabalho estimula o debate público e a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais. Além disso, a análise da obra de Arendt oferece subsídios para a formulação de políticas públicas antirracistas e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de conectar o passado ao presente, oferecendo insights para compreendermos os desafios do nosso tempo e para construirmos um futuro mais justo e igualitário. Ao problematizar a relação entre poder, política e racismo, a pesquisa contribui para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

IMPACT INDICATORS

The analysis of Hannah Arendt's work on racism, as presented in this study, holds transformative potential for contemporary society. By uncovering the historical and political mechanisms that underpin racism, the research contributes to a deeper understanding of the roots of this phenomenon and its contemporary manifestations. By identifying racism as a tool of domination and exclusion, the research strengthens the struggle for social justice and equality, empowering historically marginalized groups. By critiquing the naturalization of racism and its institutionalization, the work stimulates public debate and critical reflection on social inequalities. Moreover, the analysis of Arendt's work provides a foundation for the formulation of anti-racist public policies and for the construction of a more just and equitable society. The relevance of this research lies in its ability to connect the past to the present, offering insights to help us understand the challenges of our time and build a more just and equitable future. By problematizing the relationship between power, politics, and racism, the research contributes to strengthening democracy and building a more just and inclusive society.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAP. 1 ANTISSEMITISMO, IMPERIALISMO E TOTALITARISMO.....	14
2.1	Judeus, sociedade e Estado	16
2.2	O <i>parvenu</i> e o pária.....	21
2.3	O povo ambíguo	25
2.4	Leis da Natureza: ideologia da decadência	33
2.5	Da teoria racial ao racismo: França e Alemanha	36
2.6	Racismo europeu fora da Europa: o imperialismo.....	41
2.7	A Política de Estado Totalitária	45
3	CAP. 2 UMA DEMOCRACIA RACISTA E UMA AUTORA INSENSÍVEL	54
3.1	A apátrida filha de Fortuna.....	55
3.2	Libertos, mas segregados	58
3.3	Hannah Arendt e a questão da dessegregação	61
3.4	O social e o político em Hannah Arendt	76
3.5	EUA e a política de Estado Racista.....	85
4	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
	ANEXO A — Imagens	100

1 INTRODUÇÃO

Quando os russos se tornaram escravos, quando os franceses assumiram o papel de comandantes da mão de obra negra, quando os ingleses viraram “homens brancos” do mesmo modo como, durante certo período, todos os alemães viraram arianos, então essas mudanças significaram o fim do homem ocidental. Pois, não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas o seu fim, não a origem dos povos, mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem, mas a sua morte antinatural, o racismo pode destruir não só o mundo ocidental, mas toda a civilização humana. (ARENDDT, 2013, 147)

No âmbito da Filosofia Política, Hannah Arendt foi uma autora que apresentou obras essenciais para compreender a dimensão do poder político, poder esse que se utilizava de preconceitos enraizados na sociedade como arma para dominação e manipulação, transformando-os em ideologias e se utilizando dessas ideologias como política de Estado. Em *Origens do Totalitarismo*,¹ Arendt foi clara ao salientar o racismo, na forma do antissemitismo, como uma ideia que pairava constantemente na sociedade europeia e que foi rápida e astutamente percebida pelos governos imperialistas e, posteriormente, pelo totalitarismo como arma de dominação política.

Este trabalho busca, em primeiro lugar, refletir e discutir o modo como Hannah Arendt examina o racismo em OT e RLR e entender como e por que sua análise se diferencia em ambas as obras. Como objetivos secundários, busca-se entender de que forma o antissemitismo e o racismo contra os negros nos EUA foram utilizados como ferramentas de dominação política nos governos totalitário (nazista) e segregacionista (EUA do século XX); caracterizar o racismo como ideologia, além de propor uma discussão se os EUA, e não apenas o Sul, se utilizou do racismo como política de Estado.

Hannah Arendt, em OT, consegue demonstrar essa transição ocorrendo de acordo com a transformação da própria sociedade europeia em direção ao totalitarismo. Em RLR, apesar de se tratar de um texto muito mais curto e menos detalhado, o racismo é apresentado já em formato de arma política sendo combatido pela comunidade negra. O ponto de semelhança entre o uso do racismo em um governo totalitário e em um governo segregacionista está em como foi extremamente conveniente para ambas as políticas se utilizar dessa ideologia, ainda que para

¹¹ A obra *Origens do Totalitarismo* e o texto *Reflexões sobre Little Rock* - escritos que foram sistematicamente analisados nesta pesquisa - serão tratadas, respectivamente, por OT e RLR.

fins distintos às custas da degeneração de pelo menos dois grupos raciais (judeus e negros). As obras de Arendt citadas neste trabalho não possuem como tema central o racismo (mesmo que seja o racismo um dos grandes fundamentos da segregação, do antissemitismo e conseqüentemente do totalitarismo). No entanto, não há como negar que trata-se de uma presença constante na construção das críticas e análises da autora, e nisso consiste o segundo objetivo deste trabalho: buscar compreender e discernir criticamente a perspectiva arendtiana a respeito do uso que essas políticas atribuíram ao racismo, e por que ela examina esses “instrumentos de manipulação política”² (antissemitismo e racismo negro) de modo a exigir do grupo oprimido uma resposta e responsabilidade que eles não estão em condições de conceder. O posicionamento de Arendt ante ao racismo, assim como o antissemitismo, serão os principais objetos de análise deste trabalho partindo da crítica de Sophie Belle sobre a obra *Little Rock*, em seu livro *Hannah Arendt and The Negro Question*, no que diz respeito ao racismo negro.

Antes de abordar o totalitarismo em si e o racismo em sua forma mais concreta e elaborada como uma das ferramentas centrais desse tipo de governo, a autora dedica a maior parte de sua obra para explorar como aspectos essenciais para a formação totalitária foram desenvolvidos e aprimorados ao longo do tempo, incluindo a teoria racial. A Europa do século XIX poderia não estar ciente disso, mas se tornou o berço para que a hierarquia racial tivesse condições para crescer e desenvolver o potencial que ela alcançaria muito em breve. O imperialismo foi a escola a partir da qual o homem europeu pôde analisar quais formas de opressão eram as mais adequadas para a dominação racial. Partindo desse pressuposto, certas ideias de supremacia passaram a ser bem quistas inicialmente na França, com nomes como Boulainvilliers e Montlosier se destacando como seus precursores, mas sem ainda envolver a raça de forma direta, até que o conde Gobineau escancara os portões do racismo francês e alemão, ao atribuir a decadência da humanidade à mistura de raças. Arendt percorre o caminho do racismo europeu para demonstrar como tal conceito não é apenas um fenômeno isolado na Alemanha, antes, uma ideia que pareceu extremamente coerente e valiosa para as sociedades e governos europeus.

Como corolário a um preconceito já arraigado na sociedade europeia, o antissemitismo social, incide sobre os judeus uma nova forma de racismo ainda mais brutal, o antissemitismo político, o qual Arendt representa em OT através do caso Dreyfus. O antissemitismo político, também conhecido como ideológico, é caracterizado sobretudo pelo ódio e é um fenômeno mais

² *Dicionário Hannah Arendt*, 2022, p. 2011

moderno que o antissemitismo social, apesar de ter parte de sua influência. O antissemitismo político consiste em uma ideologia que é manuseada pela política para alcançar seus objetivos, se manifestando sobretudo através de leis. Diferentemente, o antissemitismo social possui raízes mais antigas em questões sociais e psicológicas a respeito da comunidade judaica, tendo suas consequências sobretudo voltadas para questões sociais, como a marginalização dos judeus. É importante frisar que o ato político de racismo (antissemitismo político) se manifesta como um preconceito racial que logo foi cristalizado como elemento totalitário. Esse ódio que se ramificou em toda a Europa e ganhou extensão embora não tivesse raiz, uma vez que não tinha razão de ser, em vista de sua banalidade, fez do judeu “o pária do mundo moderno” (BERNTEIN, 1996, p.47)

Ser judeu na Europa do século XX poderia ter diversos significados, mas definitivamente aquele que se mantinha era a ideia de que se tratava de um povo à parte do restante da sociedade, um grupo que por mais que se misturasse, ainda era observado de perto, vigiado, pois não era visto como parte integrante do conjunto social europeu, e de acordo com essa perspectiva, a igualdade e o conceito de pertencimento não deveriam ser aplicados a ele. A generalização desse pensamento, facilitou durante a ascensão do governo totalitário, a conversão do racismo em ideologia e a utilização desta como política de Estado para manipulação e domínio.

Deve-se destacar que a obra OT, apesar de ter sido escrita fora da Europa, é um retrato da vivência da própria autora, isto é, a filosofia política de Arendt é construída sob o alicerce de sua própria experiência, em certa medida, assim como sua segunda obra que será analisada neste trabalho, RLR. Portanto, deve-se ter em mente que as análises de Arendt são, inevitavelmente, enviesadas de acordo com o modo que ela vivenciou os eventos e contextos que serão citados, aplicando sua perspectiva não apenas de observadora, mas de partícipe da história.

Após ter fugido da Europa por conta do governo nazista, Arendt se refugiou nos Estados Unidos, país que vivia um tipo diferente de perseguição: a segregação racial. Após a abolição da escravatura, a nação norte-americana, especialmente o Sul, vivia à sombra das leis *Jim Crow* que, com o lema “separados, mas iguais”, legalizavam a separação racial entre negros e brancos, enfatizando o papel inferior que o afro-americano deveria desempenhar naquela sociedade. Movimentos de linchamentos públicos e instituições como a Ku Klux Klan, tornaram-se comuns em solo americano, normalizando cada vez mais a ideia de uma hierarquia racial do

branco sobre o negro. Quando Arendt chega aos Estados Unidos (1940), os movimentos de resistência negra ainda estão ganhando forma, mas poucos anos seguintes, personalidades como Rosa Parks, Martin Luther King, Malcom X e os Panteras Negras começam a ganhar notoriedade em meio aos movimentos de dessegregação, assim como o início das mudanças legais que passaram a beneficiar a população afro-americana. Entre as primeiras leis aprovadas está o caso judicial *Brown v. Board* que, em 1954, obteve a aprovação para que brancos e negros pudessem estudar juntos na mesma escola, tornando inconstitucional a segregação nas escolas. Essa decisão gerou uma série de conflitos em diversas regiões do país, entre eles, um que se destacou foi em Little Rock, onde uma menina negra precisou ser escoltada para fora da escola devido a uma turba branca revoltada, que não aceitava sua presença junto aos seus filhos brancos.

Após uma foto desse acontecimento ter sido publicada no jornal e chegado às mãos de Hannah Arendt, a autora dissertou a esse respeito em que, entre outros argumentos, critica a decisão da comunidade negra em ter aceitado submeter suas crianças à reação pública que aquela lei estava gerando. Arendt também critica neste texto uma indistinção entre o que concerne ao âmbito privado (educação) e o que concerne ao âmbito público (política), causando incômodo devido a sua rigidez conceitual, além de interpretar a luta política dos negros pela educação, como uma tentativa de ascensão social. Não há neste texto de Arendt qualquer crítica contundente ao racismo ou ao preconceito até então sofrido pelos afro-americanos. A autora parece ter um interesse muito maior em discutir porque o movimento negro não se organizou melhor politicamente, tal qual não ocorreu também com os judeus na Europa, ao invés de apreender a essência do movimento de dessegregação.

A partir dos contextos apresentados, este texto está dividido em dois capítulos com sete e cinco seções, respectivamente. O primeiro capítulo, baseado em uma análise do livro *OT*, compreende um exame do desenvolvimento dos judeus na Europa, bem como do antissemitismo, buscando apresentar a variação entre antissemitismo social e político, além da divisão dentro da própria comunidade judaica, entre judeus exceção, *parvenu* e párias, além da apatia dos judeus ante a emancipação política, e um esforço fracassado na tentativa de serem assimilados socialmente. Posteriormente, o capítulo segue em direção ao Imperialismo, sobretudo africano (África do Sul, principalmente), evidenciando como os europeus experienciaram o uso da hierarquia racial para dominação, a partir de um processo de desumanização; por meio do racismo, a Europa aprendeu como utilizar da raça como ideologia para fins políticos. Enquanto isso, no continente europeu, especialmente na França e na

Alemanha, eram desenvolvidas e disseminadas teorias de hierarquização de povos, como a “personalidade inata”, que ao mais tardar se tornaram elementos essenciais para a cristalização do racismo e antissemitismo como ideologias proeminentes na política totalitária. Assim, o capítulo encerra com a análise do próprio regime totalitário, e de que modo esta política fez uso do racismo para manipular e matar grupos alienados de direitos básicos, apontando para o grande fracasso da ideia de igualdade, liberdade e civilidade obstinadamente reiterada pela Europa. Deve-se frisar que este exame é realizado sob a tutela de Arendt, isto é, grande parte de sua perspectiva do curso da história e da política é encontrada neste capítulo, assim como, e sobretudo suas análises filosóficas a respeito destes acontecimentos.

O segundo capítulo consiste primeiramente em um breve olhar para a vida da autora, possibilitando certo entendimento de algumas perspectivas escolhidas por ela ante às questões políticas trabalhadas. Seguindo, o capítulo caminha para uma contextualização das circunstâncias em que os afro-americanos se encontravam nos EUA do século XX, especialmente no sul, após uma sucinta reconstituição histórica desde o fim da escravidão até a decisão na Suprema Corte do caso *Brown vs. Board*. Após ser explanado o contexto de racismo social e político infligidos aos negros, assim como a luta pela dessegregação que se iniciou nas escolas, a próxima seção consiste na exposição, análise e crítica da perspectiva que Arendt adota em RLR no que concerne à integração escolar. Há um exame do modo como a autora problematiza a questão do acesso dos negros às escolas brancas a partir do uso da obra de Sophie Belle, *HANQ*, na qual algumas críticas foram articuladas à análise de Arendt. Outros autores como Du Bois e Ralph Ellison também são mobilizados para compor o mosaico que pretende não apenas entender, mas avaliar a perspectiva arendtiana a respeito do racismo. Por fim, a última seção deste capítulo tem o intuito de levantar o questionamento sobre o uso de uma política de Estado nacional racista estadunidense, e não apenas sulista. Fazendo uso da obra *Talking with Strangers* de Danielle Allen, como também trechos de RLR, esta seção aponta para usos consistentes do racismo como meio de manipulação política em diversos governos americanos, expondo e ressaltando que a supressão de direitos de um grupo, assim como sua opressão, nunca foi uma característica exclusiva do totalitarismo.

Por fim, este estudo encontra sua relevância ao reconhecer a necessidade de se discutir e examinar as diversas raízes do racismo e como o surgimento deste pensamento parece ser uma ideia sintomática nas sociedades modernas, isto é, a raça é apresentada como meio mais adequado de subjugar e estabelecer hierarquia (senão ela, a classe), fenômeno este facilmente acolhido pela política. Assim, este estudo tem o intuito de contribuir para o entendimento mais

aprofundado do racismo social e político, lidando com o modo como os grupos ofendidos são afetados, refletindo críticas sobre as dinâmicas de poder, estratégias de dominação e as possibilidades de resistência diante dessas políticas, inclusive e principalmente dentro da Filosofia.

2 CAP. 1 ANTISSEMITISMO, IMPERIALISMO E TOTALITARISMO

Este capítulo busca compreender o antissemitismo enquanto ideologia utilizada pelo Totalitarismo, personificado pelo nazismo, através da perspectiva de Hannah Arendt em sua obra OT. Além disso, procura-se explicar a própria forma de análise da autora sobre o desenvolvimento do racismo até tornar-se política de Estado, para que se torne possível realizar um paralelo do modo como Arendt examina o racismo em OT e em RLR. Dentre a formação da teoria racial como ideologia, pode-se destacar duas formas de racismo: aquele praticado contra os povos africanos durante o Imperialismo no século XIX (tornando-se recorrente no governo nazista) e o antissemitismo, praticado contra os judeus, não apenas na Alemanha nazista, mas em parte da Europa como Inglaterra e França, décadas antes da emergência totalitária. Deve-se reiterar que o foco de Arendt em escrever OT definitivamente não é a questão racial, visto que seu objetivo é listar e descrever os aspectos responsáveis pelo surgimento do totalitarismo, dentre os quais se encontra o racismo (seja ele contra o negro ou contra o judeu, tendo este último mais destaque na obra).

Para iniciar a análise de Arendt a respeito do desenvolvimento do racismo na sociedade europeia - e posteriormente na sociedade americana - é necessário compreender como a autora elabora tal preconceito, pois, neste capítulo, serão analisados pelo menos dois contextos diferentes ao longo do texto: África em meio ao imperialismo e Europa nos séculos XIX e XX. Além de contextos díspares, as raças a quem são dirigidas o racismo possuem histórias e características distintas: os negros (africanos) e os judeus. Logo, deve-se entender que há um conceito de *racismo* mais geral, que a autora se utiliza para abranger todos esses contextos e povos e, que será aquele principal utilizado ao longo de OT, assim como outros racismos, como o antissemitismo (determinado pela religião na Idade Média e transformado em social, e o político econômico, com início da Idade Moderna) e o racismo contra os negros africanos que se desenvolve durante o Imperialismo.

Para a autora o racismo é definido pela negação de dois princípios:

Historicamente falando, os racistas, embora assumissem posições aparentemente ultranacionalistas, foram piores patriotas que os representantes de todas as outras ideologias internacionais; foram os únicos que negaram o princípio sobre o qual se constroem as organizações nacionais de povos — o princípio de igualdade e solidariedade de todos os povos, garantido pela ideia de humanidade. (ARENDR, 2013, p. 150)

Assim, racismo, para Arendt, consiste na negação dos princípios de igualdade e solidariedade, ambos garantidos pelo ideal de humanidade. Portanto, o racismo seria responsável pela deterioração do sentido de humanidade, resultando em um processo de desumanização.

O racismo é um fenômeno moderno baseado “em argumentos pseudocientíficos, ou na distorção de dados naturais e históricos, bem como na perversão da religiosidade” (CORREIA, 2022, p. 194). A premissa do racismo nega justamente um aspecto religioso, o qual afirma a igualdade humana através de Adão, em que todos os homens teriam sua origem comum, de modo que esta igualdade deveria ser estendida ao âmbito político, aspecto este veementemente rejeitado pela teoria racial. Portanto, entende-se o racismo como a supressão dos direitos políticos (participação do cidadão no governo e na sociedade), dos direitos civis (liberdade, ir e vir, propriedade...) e dos direitos naturais (direito à vida), ao negar a igualdade ontológica - neste caso a dignidade humana - devido à raça.

Definido o conceito de racismo utilizado neste texto, este primeiro capítulo está dividido em sete seções: a primeira (1.1.) consiste em apresentar a associação dos judeus ricos aos Estados até a sua emancipação, em 1812, assim como, de que modo se deu a tentativa de assimilação deste grupo, tendo Rahel Varnhagen como principal representante das tentativas fracassadas assimilacionistas. A segunda seção (1.2.) consiste na diferenciação que Arendt realizou entre *parvenu* e pária, especificamente o pária consciente, ambos tipos ideais de judeus que se manifestam, respectivamente, na figura de Benjamin Disraeli e de alguns poucos sionistas que entendem a importância da luta por direitos políticos aos judeus, compreendendo também nas consequências de sua alienação. A terceira seção (1.3.) busca ressaltar a posição dos judeus na Europa do século XIX após a concessão de direitos de cidadania. Hannah Arendt destaca como os judeus buscavam alianças com os governos por sobrevivência, mas eram frequentemente associados ao poder político, sem controle real sobre ele. Ela explora os estereótipos dos judeus como uma influência oculta por trás do poder político e como a igualdade legal gerava ressentimento e curiosidade social. Arendt também aborda o surgimento do antissemitismo social e político, explicando como a igualdade legal dos judeus gerou

conflitos na sociedade, sendo o antissemitismo exemplificado pelo caso do capitão Dreyfus. A quarta seção (1.4.) trata da ascensão das teorias raciais e de classe na Europa, especialmente na França e Alemanha nos séculos XVIII e XIX. Nobres franceses, como o conde de Boulainvilliers, defendiam a superioridade de certas classes de origem germânica. Essas ideias evoluíram com teóricos como Montlosier e Gobineau, que também foram disseminadas por intelectuais e pela classe média. A quinta seção (1.5.), configura uma seção mais curta que visa introduzir o conceito de racismo segundo a perspectiva arendtiana, como também abordar a argumentação da autora a respeito da ideia de que o racismo é uma consequência direta do nacionalismo, buscando, de certo modo, uma justificação despropositada da teoria racial e do racismo através da necessidade de união da nação. A sexta seção (1.6.) analisa a disseminação das teorias raciais europeias para territórios internacionais durante o período imperialista, especialmente na África do Sul. Destaca-se como as ideias de hierarquia racial foram fundamentais na organização das colônias e como os colonizadores europeus, como os bôeres, impuseram uma sociedade racialmente estratificada, negando a humanidade dos habitantes locais. É também abordado a aliança entre a classe dominante e a ralé na implementação do sistema racial e como o imperialismo serviu como uma escola para o racismo como política de Estado, influenciando ideologias futuras. Por fim, a sétima e última seção (1.7.) consiste em explanar como a autora entende a dinâmica do totalitarismo no século XX, com ênfase no racismo como elemento que o torna possível. Hannah Arendt destaca o papel do racismo como uma ideologia transformada em política de Estado e argumenta contra a noção de que o racismo é uma consequência direta do ultranacionalismo.

2.1. Judeus, sociedade e Estado

Na Europa do século XIX, devido ao ápice do Estado-nação³, a ideia de igualdade era novamente colocada em pauta no âmbito político, pois partindo do pressuposto de um povo unido pela e para a nação, era necessário que essa união fosse consolidada pela isonomia. Assim, o Estado passa a conceder às diferentes classes e grupos igualdade perante a lei, entre eles, os judeus (primeiramente àqueles que auxiliam financeiramente o Estado em 1812, e posteriormente estendido a todos os judeus, em 1869).

³ Para Arendt, o Estado-nação, mais especificamente a sua queda, foi de grande importância para a constituição do totalitarismo; o termo Estado-nação é designado para a fase nacionalista em que o Ocidente se encontrou no fim do séc. XVIII e início do XIX, caracterizado por uma noção de igualdade perante a lei e desenvolvimento industrial.

Após o advento do Iluminismo, no fim do século XVIII e início do XIX, ideais de igualdade entre os povos (europeus) passaram a ser difundidas, especialmente entre os judeus (especificamente os primeiros assimilacionistas), que em grande parte, passaram a acreditar na possibilidade de uma emancipação e assimilação de si pelo governo e pela sociedade europeia, sem a necessidade de abandono do judaísmo, apenas adquirindo certa formação cultural. A figura que, segundo Arendt, melhor representa os primeiros assimilacionistas é Moses Mendelssohn, que entendia os judeus como um povo oprimido e inferior, merecedor de melhoria e que a “criação de uma situação social diferente seria suficiente para convertê-los em membros social e culturalmente produtivos da sociedade burguesa” (ARENDR, 1938, p. 120). Mendelssohn entendia a formação trazida pelo iluminismo como atrelada ao judaísmo⁴; isto é, que a inserção social dos judeus deveria ocorrer de modo a preservar a judaicidade deste povo. Assim, havia um entendimento da história de que esta não estava atrelada à razão, aos fatos, antes cada um poderia interpretá-la como bem entendesse. A razão estaria ligada às “verdades eternas” do judaísmo⁵, sem que houvesse qualquer necessidade de conhecer a história para se alcançar a razão. Esta perspectiva do povo judeu a respeito da história, endossou uma ideia errônea do Iluminismo sobre a igualdade entre os povos sem considerar as suas diferenças, tornando a integração dos judeus inevitável ao Estado-nação.

A homogeneidade proposta pelo Iluminismo, isto é, a ideia de um homem universal (europeu e não-judeu), logo menos teve os seus frutos na Revolução Francesa, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, assim como na disseminação do conceito de “liberdade, igualdade e fraternidade”, ambos procurando estabelecer uma igualdade ente a natureza humana, inclusive no quesito político. No entanto, deve-se ressaltar que, para Arendt, a política só é possível por meio da pluralidade dos cidadãos⁶, isto é, a acentuação da diferença entre ideias e concepções políticas de cada cidadão.

A integração dos judeus ocorreu de forma lenta e gradual, inicialmente no século XVII, junto ao nascimento do Estado-nação, que necessitava de investimento financeiro para se manter:

Nos séculos XVII e XVIII, o lento desenvolvimento dos Estados-nações processava-se sob a tutela dos monarcas absolutos. Em toda parte, judeus emergiam individualmente do profundo anonimato marginalizador para as posições às vezes atraentes e quase sempre influentes de judeus da corte, que

⁴ EJ, 1938, p. 116

⁵ EJ, 1938, p. 117

⁶ Dicionário Hannah Arendt, 2022, p. 16

financiavam os negócios do Estado e administravam as transações financeiras dos seus soberanos. (ARENDR, 2013, p. 24)

Esta troca de interesses que durou até a Revolução Francesa, outorgava direitos apenas aos judeus da corte, àqueles que tinham a possibilidade de se aliarem financeiramente ao Estado-nação, especialmente devido ao seu status. Após a Revolução, tornou-se ainda mais caro financiar a política nacionalista do Estado, concedendo a oportunidade de direitos e privilégios aos judeus abastados, que, no entanto, não possuíam nenhum título de nobreza. Em 1812 com o Decreto Emancipatório, após a abolição de privilégios, trazida pela Revolução Francesa, na Prússia, foi emitido o decreto passava a conceder direitos jurídicos e civis aos judeus; no entanto, este referia-se apenas àqueles judeus considerados úteis e ricos ao Estado-nação⁷.

É fundamental compreender que em Arendt a emancipação consiste na concessão de direitos jurídicos e políticos, neste caso aos judeus, abolindo-se, portanto, os privilégios que eram concedidos no Antigo Regime. A questão que a autora levanta a respeito da emancipação, é como esta fracassou devido à sua base puramente econômica, baseando a concessão de direitos aos judeus que poderiam pagar por eles, tornando-os de fato privilégios e não direitos.

Os primeiros judeus a gozar de plenos direitos civis foram aqueles ligados à corte de Frederico da Prússia, Daniel Itzig e Veitel-Hein Efraim. Eles foram os primeiros judeus a serem emancipados⁸, tornando-se um grande exemplo para os próximos judeus depois deles ao demonstrarem que servir o Estado, lhe beneficiando economicamente, era garantia de direitos e privilégios. Nesta barganha realizada entre Estado e judeus abastados, encontra-se outra crítica de Arendt a respeito da emancipação, que consiste em os judeus que serviam financeiramente o Estado-nação, buscarem apenas seu benefício próprio, em nenhum momento via-se judeus ricos requerendo direitos para seu povo ou para a comunidade judaica, antes, tratava-se de um benefício ganhado individualmente. A autora argumenta que uma emancipação que não busca atender a todos, não é de fato emancipatória, pois não há liberdade quando esta é negociada como moeda de troca apenas por alguns.

Após o início do imperialismo, o Estado-nação, através da influência burguesa, percebe que não necessita mais do dinheiro judeu, já que economicamente falando, esta categoria perde sua importância econômica para o Estado, sendo assim, também não precisaria conceder “direitos” aos judeus ricos. Portanto, em meados do século XIX (especificamente em 1869), a

⁷ OT, 2013, p. 37.

⁸ EJ, 1938, p. 214

emancipação (igualdade de direitos) passa a ser concedida a todos os judeus, como resultado do imperialismo. Consiste aqui então, em uma emancipação que visava a sobrevivência, mas dependia do dinheiro e que não garantia direitos políticos, apenas civis e jurídicos.

No tocante à sociedade europeia, Arendt salienta a não participação dos judeus à nenhuma das classes que a compõem⁹, pois, tais classes são definidas por uma homogeneidade econômica, enquanto os judeus são um grupo definido por sua ligação com a política, buscando incessantemente a preservação do seu grupo, apenas permitida pela proteção que recebiam do governo onde viviam. Portanto, a desigualdade social enfrentada pelos judeus, nada tem a ver com a desigualdade percebida entre as classes da sociedade europeia, consistindo em uma dicotomia baseada em uma única razão: ser judeu. Nas palavras da autora:

Sua desigualdade social era bem diferente da desigualdade decorrente do sistema de classes; novamente, ela resultava da relação com o Estado, de modo que, na sociedade, o próprio fato de o indivíduo ter nascido judeu significava que ou era superprivilegiado — por receber proteção especial do governo — ou sub-privilegiado, privado de certos direitos e oportunidades, negados aos judeus para impedir a sua assimilação. (ARENDR, 2013, p. 24)

Pode-se compreender a assimilação como a busca incessante dos judeus em serem aceitos pela sociedade europeia. No entanto, a assimilação consistia, em grande parte, em renunciar ao aspecto fundamental da emancipação: ser judeu. Isto é, ser assimilado, havia se tornado um meio termo entre o abandono de hábitos e ações que claramente apontava para judaicidade de um indivíduo, e a preservação de características que mantinham a lembrança social de que havia um judeu entre eles. O que deve ser compreendido, portanto, é que a emancipação não produz como corolário a assimilação, pelo contrário, a assimilação é um esforço mecânico induzido obstinadamente pelos judeus, que, no entanto, falha miseravelmente, como pôde ser notado, na década de 1930 com a ascensão do partido nazista.

A regulamentação dos judeus na Prússia sob Frederico II revelou uma tendência de conceder aos judeus certas proteções e um campo de ação para suas atividades econômicas especificamente “judaicas”, enquanto os mantinham em seu lugar como judeus. **Não havia quaisquer pretensões de assimilação — em contraste com o Decreto de Tolerância austríaco emitido sob José II.** (ARENDR, 1938, p. 235, grifo da autora)

Assim, a assimilação se manifestou como as tentativas de inserção do judeu na sociedade europeia, tentativas estas, vale ressaltar, empenhadas pelos próprios judeus, não pelos membros da sociedade. Arendt entende a assimilação como um fenômeno paradoxal, já que

⁹ OT, 2013, p. 23

para ser assimilado, o judeu precisava se submeter a uma condição ocidentalizante, na qual os principais aspectos que o caracterizava como judeu deveriam ser minimizados e, se possível, suplantados por uma nova cultura e educação; dito de outro modo, tratava-se de acolher uma cultura puramente antissemita.

Provavelmente a figura que melhor representa essas tentativas intermináveis de assimilação é Rahel Varnhagen. Tendo vivido durante e após o reinado de Frederico II, na Prússia, esta judia acompanhou algumas fases assimilacionistas perpassadas pelos judeus, tendo ela mesma tentado exaustivamente ser inserida e aceita no círculo social europeu. Varnhagen não era rica, apesar de seu pai ter feito riqueza com a venda de pedras preciosas, o que garantiu sua educação. No entanto, após seu falecimento, ela se viu dependente da pensão que a mãe ganhava, que não era muito, e assim, afunilando-se cada vez mais as opções para sua inserção social.

Ainda em sua juventude, Varnhagen, como os outros judeus nas mesmas condições (pobres), agarrou-se à expectativa que os salões de Berlim traziam¹⁰, incentivados pelo reinado de Frederico II, juntamente ao romantismo individualista alemão. Diversos judeus enxergavam a possibilidade de uma assimilação através das interações sociais e culturais que realizavam, já que alcançar o mesmo nível de riqueza que os europeus com quem interagiam, ou mesmo os judeus da corte, era pouco provável. Nesta busca desenfreada em ser assimilado, surgem os judeus-exceção, aqueles que ou pelo dinheiro, ou pela formação conseguiram se ajustar aos padrões da sociedade europeia. Como grande parte dos judeus que queriam fugir da massa judaica não possuíam riquezas, sua opção era o investimento na formação cultural e na educação.

Após a era de Frederico II, e o Decreto Emancipatório de 1812, Varnhagen se deparou com um novo processo de assimilação, este acompanhado da frágil emancipação direcionada a todos os judeus (já que o dinheiro semita não se fazia mais necessário ao Estado), mas que foi suficiente para arrancar dos judeus, qualquer esperança de assimilação conquistada até o momento¹¹.

Mas a perda desse pano de fundo que marcou a morte social dos judeus, foi também sua oportunidade política: a libertação de todos aqueles elementos

¹⁰ EJ, 1938, p. 246

¹¹É fundamental destacar que justamente devido à emancipação, a assimilação não teve êxito, pois era inconcebível à sociedade europeia que judeus gozassem dos mesmos direitos civis e jurídicos que o restante dos europeus, afinal, tolerá-los como seres exóticos e desprovidos de igualdade era totalmente diferente de aceitar a pretensa igualdade que a emancipação sugeria.

que “sustentavam” e não eram diretamente úteis para o Estado. Foi a primeira vez, mas não a última, na misteriosa história dos judeus ocidentais que eles foram forçados a trocar a proeminência social e miséria política por miséria social e um fraquíssimo lampejo de esperança política. (ARENDR, 1938, p. 250)

Esta fase da assimilação consistiu em uma dissolução quase total das origens judias e de si como judeu para conseguir ser aceito em meio à sociedade europeia, ações essas vãs, visto que, com será visto, a maioria dos judeus permaneceu sendo enxergados como párias, assim como Varnhagen, de modo que nem cultura educação), batismo¹² ou casamento¹³ poderia salvá-los desta condição.

Arendt (1957), em sua biografia da história de Varnhagen, apontou para os grandes erros, cometido não apenas por ela, mas por grande parte dos judeus que foram mantidos como párias até suas mortes: acreditar que a educação e a autoanulação seriam a porta de entrada para serem aceitos em uma sociedade que exigia a supressão de quem eles eram em troca de algumas migalhas. Além de persistirem no erro ao buscarem essa assimilação individualmente, não visando o bem comunitário, sem enxergarem (ou não preferirem) a oportunidade, mesmo que mínima, de emancipação política que estava diante deles. Nisto, a educação, a cultura e o dinheiro não se mostravam suficientes para a reintrodução dos judeus à sociedade moderna, surge, portanto, a figura do *parvenu*.

2.2. O *parvenu* e o pária

Entre os séculos XIX e XX, os judeus passaram a viver entre os povos da Europa ocidental, e não apenas à parte dessas sociedades. No entanto, a aceitação desse grupo não se deu de modo espontâneo, muito menos íntegro, isto é, apenas uma parcela específica de judeus, que se distinguia da maioria judaica, era assimilada pelos grupos sociais da época, ainda que essa pequena parte fosse alienada de seus direitos políticos como os demais de sua raça.

Os judeus lisonjeados como exceções, os judeus “excepcionais”, sabiam muito bem que só a ambiguidade — isto é, o fato de serem judeus, mas presumivelmente não iguais aos judeus — abria-lhes as portas da sociedade. Ao se satisfazerem com esse tipo de relação, procuravam ao mesmo tempo “ser e não ser judeus” (ARENDR, 2013, p. 60)

¹² Após Mendelssohn, considerado um dos principais assimilacionistas, emerge uma segunda geração de assimilacionistas, representado por David Friedländer, acreditando ser a separação entre judaísmo e razão a resposta para a assimilação exitosa, propondo então o batismo como meio de inserção social dos judeus em meio à sociedade europeia, sobretudo na Alemanha.

¹³ Pouco menos de vinte anos antes de falecer, Rahel, após se converter ao cristianismo, se casa com Karl August Varnhagen von Ense, escritor e diplomata alemão; o casamento com Varnhagen von Ense foi para Rahel outra tentativa fracassada de assimilação.

Para a sociedade europeia, distinguir-se da maioria judaica significava o abandono de costumes do judaísmo, como também compartilhar a mesma educação e cultura que essas classes possuíam, porém, sem fazer com que esses indivíduos, os chamados “*parvenus*” perdessem a qualidade do ser judeu, o grande chamariz que também os tornava especiais. Assim, esse seleto grupo de judeus, de forma individual, passa a enfrentar este paradoxo social em que: de um lado, a sociedade europeia espera deles essa distinção e educação “ocidentalizadas”, fazendo desses judeus a exceção entre o seu próprio povo, de outro lado, e ao mesmo tempo, é esperado deles que mantivessem o seu judaísmo. Os judeus eram vistos como um grupo melhorado, mas ainda assim envolto no exótico teor dos mitos e estórias que perambulava pela Europa a seu respeito.

A sociedade não judaica exigia que o judeu recém-admitido por ela fosse tão “educado” quanto os seus próprios componentes tradicionais e que, embora não se comportasse como um “judeu comum”, fosse e produzisse algo fora do comum, uma vez que, afinal de contas, era judeu. (ARENDR, 2013, p.61)

Arendt ressaltou também que além da educação ocidental e a preservação de certa essência judia, sem exageros, para além de serem introduzidos na sociedade, para ascender de posição social, era necessário também a façanha de se fazer notar, isto é, a habilidade de exprimir esta personalidade criada daquilo que se desejava ser em meio a esta sociedade. Assim, não foi difícil para que os judeus passassem a perceber a necessidade de serem inseridos no convívio social e a trabalharem em prol deste objetivo, como por exemplo, a frequentarem regularmente aos salões de Berlim (a exemplo do salão de *Rahel*), buscando sua inserção em diversas profissões liberais, impulsionando a introdução dos intelectuais judeus à elite alemã, e os diferenciando ainda mais dos judeus comuns. Na Alemanha, mais do que em qualquer outro país, houve esta assimilação dos “judeus exceção” por meio da educação e da cultura, fazendo com que a frase “ser um homem na rua e um judeu em casa” ganhasse força entre o grupo de judeus que esperavam ser integrados à alta sociedade. Era de conhecimento dos “judeus exceção” que era necessário fazer uso da educação ocidental em seu círculo social, apesar de judeu, e se diferenciar dos outros judeus em meio à comunidade judia, já que não havia identificação integral com nenhum dos dois grupos.

Uma coisa era certa: quem desejasse evitar todas as ambiguidades da existência social precisava aceitar com resignação o fato de que ser judeu significava pertencer ou a uma classe superior superprivilegiada, ou a uma massa marginal subprivilegiada. Mas, na Europa ocidental e central, esse pertencer do judeu não resultava senão da artificial solidariedade intelectual. (ARENDR, 2013, p. 69)

Para a sociedade da Europa Ocidental essa divisão entre a comunidade judaica só tornava os judeus ainda mais atraentes como um povo a ser oprimido e conhecido, aumentando assim os mitos e estórias ao seu respeito; tê-los por perto era apenas mais uma forma de busca de entretenimento social, e foi justamente este interesse e paixão pelo misterioso e desconhecido o verdadeiro motivo para a possibilidade da inserção de alguns judeus em meio a essa sociedade. Assim, ao ressaltar o papel indireto que a sociedade assume neste dualismo social, Arendt também procura esclarecer a participação judaica neste cenário:

O destino social do judeu médio foi determinado por sua eterna falta de decisão. A sociedade certamente não compelia os judeus a se decidirem, pois era precisamente essa ambiguidade de situação e de caráter que tornava atraente a relação com os judeus (ARENDR, 2013, p. 69).

A autora salienta que dentre todos os seletos nomes de judeus que conseguiram adentrar a elite da sociedade europeia e ascender socialmente como um judeu-exceção, nenhum outro se destaca mais que Benjamin Disraeli. Parlamentar, estadista, amigo da rainha e judeu, Benjamin Disraeli conseguiu reunir em si o sonho de qualquer judeu-exceção: transitar entre os dois mundos sem perder ambos. Viveu em prol de se destacar política e socialmente na sociedade inglesa, visando favorecer ao máximo sua carreira e alcançar o prestígio que apenas a alta sociedade poderia lhe oferecer, Disraeli foi a grande exceção entre todos os outros judeus, como também o grande representante do grupo de judeus assimilados¹⁴. Vindo ele próprio de uma família inteiramente assimilada, Benjamin Disraeli nasceu inglês, de modo que o contato que teve com o judaísmo “era apenas uma questão de origem, que ele tinha a liberdade de embelezar, sem os impedimentos do conhecimento de causa” (ARENDR, 2013, p. 71). À época de Disraeli, a Inglaterra conhecia apenas os judeus cultos, ricos e tradicionalmente banqueiros, a chegada da massa judaica menos abastada e não ocidentalizada em Londres se deu no fim do século XIX, sendo assim, os judeus que ali viviam antes deste momento, inclusive o próprio Disraeli, não sabiam que se tratava de judeus-exceção, pois não havia um outro parâmetro para que se pudesse comparar, pelo menos na Inglaterra. No entanto, apesar dessa diferença não notada entre judeus judaizados e judeus-exceção, logo Disraeli percebeu o interesse da alta sociedade no exotismo e mistério que o envolvia como judeu e utilizou-se disso para aproximar-se ainda mais da política e da elite inglesa.

Apesar de não conhecer profundamente os costumes e tradições judaicas, apenas o suficiente para se denominar judeu, Disraeli nutria um grande orgulho e admiração por ser parte

¹⁴ Arendt utiliza como sinônimos os termos “judeus-exceção” e judeus assimilados

deste povo (em parte também por não ter conhecimento de sua própria cultura), considerando ser motivo de honrarias as participações judaicas ao longo da História, como é o caso dos Rothschild¹⁵ na derrota de Napoleão. Para o primeiro-ministro inglês, não conhecer a cultura do seu povo tornou-se motivo para especular a respeito da influência que os judeus exerciam na sociedade e na política, do mesmo modo que as propagandas antisemitas proliferavam ideias de feitos judeus. Por estarem supostamente envolvidos com sociedades secretas, rituais, assassinatos e envenenamento de poços, Disraeli desenvolveu a sua própria teoria em que seu povo de fato possuía segredos que influenciavam diretamente nas relações mundiais. Isso se deve à tentativa, não apenas de Disraeli, mas dos judeus assimilados, de libertarem-se da ideia de um judaísmo ultrapassado e supersticioso, até mesmo crer em Deus havia se tornado demasiado prosaico para um grupo que procurava ser e aparentar tão “esclarecido”. No entanto, não se deve esquecer que o que lhes fazia adentrar às portas do paraíso da elite inglesa era a combinação de um ser ocidentalizado, mas ainda judeu, portanto, a ideia de ser “um povo escolhido por Deus” ainda lhes era muito cara, já que os diferenciava positivamente do restante da sociedade. A imagem do povo escolhido era um aspecto a ser preservado do judaísmo, bastava secularizá-la: “O antigo conceito religioso de escolha divina deixou de ser a essência do judaísmo, tornando-se, em vez disso, a essência distintiva da qualidade de ser judeu” (ARENDDT, 2013, p. 76).

Arendt criticou duramente a figura do *parvenu*, pois este se aliena da política e assume o papel de exótico, o *entertainer*, que a sociedade europeia atribui aos judeus (*parvenus*), de modo que a possibilidade de alcançarem qualquer direito político se esvai rapidamente em detrimento da aceitação social. Em oposição ao *parvenu* Arendt elenca o pária consciente, termo influenciado por Bernard Lazare¹⁶, que consistia naquele que, após resistir sua situação de pária (marginalizado e sem direitos), a acolhia na intenção de resistir à opressão que lhes era imposta.

Nessa direção, Hannah Arendt apresenta o pária rebelde (consciente) como uma postura de resistência e ação política no enfrentamento da questão

¹⁵ Família judia, com origem em Frankfurt am Main, Alemanha, que estabeleceu uma dinastia bancária na Europa. Família bastante controversa na Europa devido ao seu envolvimento econômico e conseqüentemente político na Alemanha e principalmente na França: “[...]a casa dos Rothschild, que, mais do que qualquer outro lugar, era o alvo dos ataques antijudaicos, havia emigrado para a França da Alemanha; assim, até a deflagração da Segunda Grande Guerra, os franceses ‘naturalmente’ suspeitavam que os judeus simpatizassem com o inimigo nacional alemão”. (ARENDDT, 2013, p. 53)

¹⁶ Sionista que entendia a importância da luta do judeu por seus direitos políticos, mesmo que isto os conduzisse à uma revolução, além de ter sido o jurista que defendeu Dreyfus das acusações que lhe imputaram.

judaica. Assim, o pária é aquele que se entende com o mundo. Não foge dele ou busca saídas egoístas, ao contrário, toma o problema do ódio racial e todo o processo de exclusão como um gargalo a ser diluído politicamente. (CORREIA, 2022, p. 388)

No capítulo *Helzr e Lazare* dos *Escritos Judaicos*, Arendt aponta para o papel do pária consciente como aquele que se preocupa não apenas consigo, como é o caso do *parvenu*, mas busca justiça para o seu povo. No caso de Lazare, ele entendia que essa justiça não viria por meio da fuga do antissemitismo (questão territorial sionista), mas através de seu enfrentamento: a partir de uma emancipação plena, que segundo ele, era impedida pela desmoralização do povo judeu¹⁷. Essa desmoralização era causada sobretudo, pela apatia judaica, não apenas no que diz respeito à opressão externa, mas principalmente à opressão interna em que judeus ricos se aproveitavam de sua condição de assimilados para abandonar seu povo, lhes destinando apenas migalhas. O que Lazare está explicitando é que de nada adiantava a luta por um nação judaica, por território judeu através do sionismo, se os próprios judeus não pareciam se mobilizar tanto quanto para alcançarem sua emancipação em meio a uma sociedade que lhes era hostil.

Lazare percebeu que o verdadeiro obstáculo no caminho da emancipação de seu povo não era o antissemitismo. Era a ‘desmoralização de um povo composto pelos pobres e oprimidos, que vivem das esmolas de seus irmãos abastados, um povo revoltado apenas pela perseguição vinda de fora, mas não pela opressão vinda de dentro, revolucionários na sociedade dos outros, mas não em sua própria’ (ARENDR, 1938, p. 587)

O que diferenciava Lazare de um mero pária judeu e o tornava em um pária consciente é justamente a sua consciência ante a situação política do povo judeu, inclusive no que tange ao sionismo, pois em determinado momento Lazare percebe o quão ineficaz a luta por um espaço geográfico se tornou quando seus direitos políticos se distanciavam cada vez mais. Ao perceber o movimento de emancipação se tornando cada vez mais uma impossibilidade, Lazare resolve se isolar em vez de lutar por uma causa perdida, ao menos assim, ele conseguia manter o que lhe restava de sua judaicidade¹⁸, perdida há muito tempo pelos *parvenu* em troca da assimilação que lhe apresentaram.

2.3. O povo ambíguo

¹⁷ ARENDR, 1938, p. 587

¹⁸ EJ, 1938. p. 587

Em EJ, Arendt apresentou certa perspectiva judaica, que tem por base a ideia de por serem um povo despatriado, era plausível que durante a história¹⁹, os judeus²⁰ buscassem tão intensamente realizar alianças com os governos vigentes, não obstante o que eles representavam. No entanto, estabelecer alianças com o Estado não era sinônimo de conhecimento político, os judeus buscavam aliar-se às autoridades e aos governos por mero instinto de sobrevivência, fazendo com que aos olhos da sociedade eles fossem constantemente associados ao poder político, mesmo não havendo qualquer domínio desta área por parte da comunidade judaica. Arendt salienta que esta associação entre judeus e o governo vigente tornava-se cada vez mais elaborada à medida que o poder político era trocado de mãos, pois no imaginário popular, o próprio grupo judaico era o responsável por orquestrar e manipular as ascensões e quedas políticas vistas na Europa, quando de fato, os judeus nem mesmo se interessavam pelo poder, ou em exercer influência sobre ele, apenas eram muito práticos em transferir sua lealdade para o próximo governo que viesse a ter autoridade de lhes proteger e manter seus privilégios.

Portanto, há de se entender o processo em que cada grupo ou classe que entrava em discordância ou oposição ao governo, o via representado pelos judeus, pois não havia grupo mais associado de modo tão subserviente ao Estado. Porém, ao constituírem um grupo que, apesar de aliado à autoridade, era ignorante politicamente, os judeus tornavam-se alienados das tensões crescentes entre governo e sociedade, de modo que não foram capazes de perceber quando o antissemitismo que sofriam tornou-se uma questão intimamente ligada à política.

Era-lhes difícil discernir entre o argumento político e a mera antipatia quando os dois se apresentavam concomitantemente. Mas, no caso dos judeus, ambos se originaram de aspectos opostos do mesmo fenômeno, que era a emancipação: o antissemitismo político surgiu porque os judeus apesar dela constituíam um corpo à parte, enquanto a discriminação social resultou da crescente igualdade dos judeus em relação aos demais grupos. (ARENDR, 2013, p. 59)

O antissemitismo social, segundo Arendt, não surtiu algum movimento *político* contra ou a favor dos judeus, antes, devido à condição de “igualdade” o judeu associava-se cada vez mais ao Estado-nação, permitindo o florescimento de um sentimento de ambivalência *social*.

¹⁹ “Essa falha surgiu ainda no Império Romano, onde os judeus eram protegidos, por assim dizer, pelo soldado romano, e, depois, na Idade Média, quando haviam buscado e recebido proteção de remotas autoridades monárquicas e clericais, a despeito da animosidade da população e dos governantes locais.” (ARENDR, 2013, p. 31)

²⁰ Deve-se salientar que os judeus que foram capazes de estabelecer qualquer relação mais próxima com o Estado, consistiam nos judeus ricos: “Estabeleceu-se assim uma perfeita harmonia de interesses entre os judeus poderosos e o Estado.” (ARENDR, 2013, p. 40)

Este sentimento se manifestava tanto em um desprezo munido de ressentimento, quanto em uma curiosidade e atração, comuns e concomitantes em meio à sociedade para com a comunidade judaica. Sabe-se, no entanto, que o antissemitismo social foi necessário para que o antissemitismo político se fortalecesse na Europa, encontrando bases já enraizadas para sustentar a transformação de um preconceito racial (que encontrava-se no âmbito político-social) em política de Estado.

Fortalecendo o antissemitismo social, há ainda outro fator que foi um grande impulsionador da imagem distorcida e propagada dos judeus na Europa do século XIX, tão importante quanto a associação dos judeus ao poder político. A partir da queda na nobreza europeia, devido à ascensão burguesa, aquela classe buscou estabilidade através dos laços matrimoniais e de linhagem; esta mudança no corpo social fez com que os judeus passassem a se perceber nas reais condições que se encontravam como povo despatriado e em iminente extinção cultural²¹. Assim, os judeus passaram a novamente²² recorrer às relações familiares no intuito de se preservar como grupo já estabelecido, e em segundo plano, zelar pela preservação cultural que era também parte de sua definição como grupo. Um segundo ponto que tange a questão familiar judaica, está em que para os judeus, considerar a família e seus interesses em alto grau de importância, inclusive acima do próprio indivíduo, era o mesmo movimento que a nobreza fazia de supervalorizar a linhagem e o nascimento, de modo que ambos foram identificados como uma ameaça ao crescimento da classe média e à ideia de "personalidade inata", em que há a valorização do sujeito como indivíduo e não apenas do grupo. Fazendo isso, isto é, estreitando relações com os círculos dos judeus mais próximos, se alienando do restante da sociedade, e outorgando à família um valor maior e acima do indivíduo, a comunidade judaica cedeu, mesmo sem conhecimento disso, mais um estereótipo para o repertório europeu de lendas e mistérios sobre eles mesmos, tornando assim, o antissemitismo cada vez mais imerso em estórias, permitindo apenas um pequeno contato com a realidade.

Vemos então os judeus sempre representados como uma organização de comércio internacional, uma firma familiar global com interesses idênticos em toda parte, uma força secreta por trás do trono, que transforma outras forças em mera fachada e vários governantes em marionetes, cujos cordões são puxados por trás do pano. Assim, devido à sua relação íntima com as fontes de poder do Estado, os judeus eram invariavelmente identificados com o

²¹ Esta percepção, ainda mais aguçada dos judeus, é gerada devido à exclusão social matrimonial, pois a nobreza passa a estabelecer laços apenas entre si, e por mais ricos que os judeus viessem a ser, sua riqueza não era capaz de lhe angariar um casamento entre os nobres.

²² Do mesmo modo que ocorreu no cativo egípcio, babilônico e romano, onde os judeus uniram-se como uma só família a fim de preservarem sua cultura e religião.

próprio poder e, devido ao seu desligamento da sociedade e à sua concentração no fechado círculo familiar, eram suspeitos de maquinarem — mancomunados com o poder, mas separados da sociedade — a destruição desta sociedade e de suas estruturas. (ARENDR, 2013, p. 35-36)

Assim, o antissemitismo social amadurecia no mais improvável solo: o da igualdade. À medida que a emancipação judaica se tornava legal e real, e seus direitos como cidadãos tangíveis, mais a sociedade europeia se deparava com um igual que lhe era dessemelhante, se tratava de diferenças que nenhuma lei positiva seria capaz de tornar igual. Hannah Arendt, portanto, aponta para uma questão que oscilou entre o campo político e ontológico. A partir do momento que um indivíduo se deparou com outro semelhante a ele em direitos e em qualidades inatas, e precisou reconhecer essa semelhança também em si, gerou-se o conflito. Reconhecer o eu no outro tornou-se uma tarefa de difícil realização — quando esse ‘outro’ são os judeus em uma sociedade antissemita — pois reconhecê-los como semelhantes era o mesmo que abdicar de seu embate com o Estado, de ceder para o inimigo que há gerações vêm mancomunado com governos no intuito de dissolver a sociedade já instituída e consolidada.

Contudo, Arendt reitera esta dicotomia, que se manifestou mais fortemente a partir desta condição de igualdade. A dicotomia era a seguinte: à medida que era fomentado um ressentimento social para com os judeus, simultaneamente, era promovida uma atração por quem realmente era a comunidade judaica e do que ela era capaz. Com isso, a autora esclarece que os estereótipos criados sobre o povo judeu (na época moderna/contemporânea) tiveram seu fundamento em opiniões que se dividiam em ora considerá-lo um povo misterioso, poderoso, místico, manipulador, e fundamental à política e à economia do Estado, ora rechaçá-lo, considerando-o corrupto, desfavorecido e sórdido; um povo que desejava destruir tudo o que se havia conquistado socialmente até o momento. Esta oscilação, é reflexo da assimilação que ocorria apesar do antissemitismo social, determinado pela autora como resultado da crescente igualdade concedida aos judeus na Europa, sendo seu reflexo representado por Benjamin Disraeli em *OT*. Enquanto isso, o antissemitismo político, que decorre do do ódio aos judeus como um grupo marginalizado, é explanado por Arendt no caso Dreyfus, na mesma obra.

Disraeli encontrou seu lugar de destaque em meio à sociedade britânica, assim como os judeus-exceção na Inglaterra, e apesar de não ter conseguido tornar real tal poder político concedido aos judeus, Disraeli, através de seus livros e histórias sobre o povo judeu, disseminou o temor público a respeito de seu povo, possibilitando a diversão de grande parte da elite que se mantinha entediada, e por isso se fascinava com teorias da conspiração e aspectos sociais

obscuros. assim como reforçou e intensificou os estereótipos antissemitas, como visto na França no caso Dreyfus.

O antissemitismo social deixa de ser inofensivo quando não se concentra mais unicamente nos judeus, quando abandona o distanciamento reservado com o qual os bem-nascidos tratam o *parvenu* - que o judeu de fato é - e de uma forma ou de outra arrasta os judeus para as batalhas políticas do momento (ARENDR, 1938, p. 266)

No último capítulo da primeira parte de OT, Arendt aborda e destrincha o Caso Dreyfus, e como ela mesma especifica: procura-se dar ênfase à análise do Caso Dreyfus e não ao processo legal, isto é, não era de interesse da autora perscrutar os trâmites judiciais que julgaram e condenaram o oficial Dreyfus, mas analisar as causas e entraves que permitiram que um oficial judeu, acusado falsamente e posteriormente inocentado, ainda permanecesse por um longo tempo preso sem ter sido novamente julgado, absolvido e reintegrado à sociedade.

Aconteceu na França no fim de 1894. Alfred Dreyfus, um oficial judeu do Estado Maior francês, foi acusado e condenado por espionagem em favor da Alemanha. O veredicto — deportação perpétua para a Ilha do Diabo — foi unânime. O julgamento foi realizado a portas fechadas. De todo o volumoso dossiê da acusação, só foi exibido o chamado *bordereau*. Tratava-se de uma carta, supostamente escrita por Dreyfus, endereçada ao adido militar alemão, Schwartzkoppen. (ARENDR, 22013, p. 89)

Em 1885, o coronel Picquard, que havia se tornado chefe da Seção de Estatística do Estado-Maior, em maio de 1896, relatou ao chefe do Estado-Maior, Boisdeffre, que a culpa da carta era na verdade de Walsin-Esterhazy, e não de Dreyfus. Em pouco tempo, o coronel foi transferido para Tunísia e posteriormente preso, após informar o vice-presidente do Senado, Scheurer-Kestner, a respeito da inocência de Dreyfus em 1897. Enquanto isso, Clemenceau²³ se engajava na luta para reexaminar o caso de Dreyfus e no ano seguinte publicou *J'accuse*, de Émile Zola, em seu jornal. Em 1898, o verdadeiro autor da carta, Walsin-Esterhazy, foi reformado por crime de peculato e confessou ter sido ele, e não Dreyfus o autor do *bordereau* (nome dado à carta) “[...] tendo forjado a letra de Dreyfus por ordem do coronel Sandherr, seu superior e antigo chefe da Seção de Estatística”. (ARENDR, 2013, p. 89) No entanto, mesmo após o Tribunal de Acusação ter anulado a acusação contra Dreyfus em 1889, e o presidente da República ter lhe concedido indulto, ainda lhe foram impostos dez anos de prisão como sentença devido a “circunstâncias atenuantes”, além de no ano seguinte, por maioria absoluta, os deputados terem votado e decidido contra qualquer nova revisão do Caso Dreyfus. Quando Clemenceau chegou ao cargo de primeiro-ministro, em 1906, Dreyfus solicitou uma nova

²³ Médico, jornalista que, em 1906, tornou-se primeiro-ministro da França.

revisão do caso. No mesmo ano, o Tribunal de apelação anulou a sentença anterior e absolveu Dreyfus, mesmo que a legislação vigente francesa não concedesse autorização para absolver, apenas para ordenar novo julgamento, de modo que, destaca Arendt, Dreyfus não foi de fato absolvido perante a lei, nem mesmo seu processo encerrado.

Porém, após este suposto desfecho, resquícios da repercussão do processo de Dreyfus estavam presentes em toda França:

Ainda por volta de 1908, nove anos após o perdão e dois anos depois de ter sido inocentado, quando, a pedido de Clemenceau, o corpo de Emile Zola foi transferido para o Panteão, Alfred Dreyfus foi atacado na rua. Um tribunal de Paris absolveu o agressor, afirmando discordar da decisão que havia inocentado Dreyfus. (ARENDR, 2013, p. 90)

Entre as questões que a autora se propôs analisar, uma delas é: como um processo judicial sobreviveu tanto tempo no imaginário europeu?

O Caso Dreyfus, em suas implicações políticas, pôde sobreviver porque dois de seus elementos cresceram em importância no decorrer do século XX. O primeiro foi o ódio aos judeus; o segundo, a desconfiança geral para com a república, o Parlamento e a máquina do Estado. (ARENDR, 2013, 90-91)

Como dito anteriormente, Arendt procurou analisar o caso Dreyfus para além do mero trâmite judicial, buscando ressaltar o antissemitismo político presente no caso. A autora ressaltou dois elementos fundamentais que se constituem como os responsáveis por reverberar justamente este modelo político e pensamento social presentes no julgamento do comandante judeu — o racismo antissemita como arma política. Apesar de um grupo de europeus (conhecidos como *antidreyfus*) à época associarem a desconfiança que se tinha do Estado como uma consequência à sua associação aos judeus - devido à pretensa influência política que se acreditava terem na política, haja visto os Rothschild durante o Imperialismo - Arendt esclareceu não ser este o ponto fundamental. A autora destacou que estes europeus mais radicais poderiam ser definidos como antirrepublicanos, antidemocratas e antissemitas, e mal podiam esperar pela eminente ruína da democracia, no entanto, não são estes os principais responsáveis pela adesão à condenação de Dreyfus, ou mesmo pela contaminação nazista em solo francês.

Entender que a derrocada do Estado-Nação se iniciou antes da crise pós Primeira Guerra, juntamente com a descredibilidade do liberalismo e da democracia, é crucial para compreensão de que grande parte da sociedade europeia já não tinha qualquer fé neste modelo político vigente, e eventos como a desolação causada pela guerra e a crise de 1929 apenas catalisaram este sentimento de necessidade de um intervencionismo forte do Estado. Portanto, buscar um grupo social específico responsável pela condenação de Dreyfus, e o que isso de fato significava

(política racial), é inútil, pois Arendt foi categórica em responsabilizar a sociedade como um todo por sua apatia ante à justiça e à democracia, isto é, apesar de haver uma pequena turba enfurecida com o Estado e com os judeus, havia toda uma sociedade que gradualmente normalizava essa fúria, este espírito antidemocrático e antissemita, se tornando indolente quanto à sua reflexão sobre justiça e política.

O que provocou a queda da França foi o fato de que ela não tinha mais nenhum verdadeiro partidário de Dreyfus, ninguém que acreditasse que a democracia e a liberdade, a igualdade e a justiça ainda pudessem ser defendidas ou realizadas sob a república. A república caiu, finalmente, como um fruto meio podre no colo daquele velho grupo *antidreyfusard* que sempre constituíra o âmago do seu Exército, e isso numa época em que ela tinha — é verdade — poucos inimigos, mas quase nenhum amigo. (ARENDDT, 2013, p. 92)

Este estado em que a sociedade europeia se encontrava, cética quanto à democracia, liberdade e igualdade (entre outros elementos), tornou possível a formação das massas²⁴, estas, sem dúvida, foram o fator culminante na derrocada do Estado Nação e na assimilação do antissemitismo já estabelecido, o qual foi galgando seu espaço nos meios sociais a partir de lendas e livros fantasiosos até sua consolidação como teoria racial bem definida e de cunho político. A inicial apatia e passividade política das massas, nada mais era do que consequência da sua exclusão dos partidos políticos, e deste modo, como um efeito bumerangue, elas não se sentiam mais responsáveis por apoiar ou mesmo reconhecer a legitimidade do Estado-Nação, tanto quanto qualquer vínculo e lei mantida por ele, como foi o caso dos judeus (facilmente associados ao Estado) e as leis de igualdade civil delineadas pelo governo. Assim, a queda do Estado-Nação, tanto quanto a acusação, o julgamento e a prisão de Dreyfus não eram simplesmente atos antissemitas evasivos gerados por histórias de fantasia, mas estavam fundados na rejeição de todo um sistema político que falhou em salvaguardar os aspectos fundamentais da democracia: a isonomia e a liberdade, permitindo que um preconceito histórico, considerado cultural, fosse transformado em arma política de dominação e dizimação.

Compreender, portanto, “por que os judeus e não os ciclistas”²⁵ como escreve Arendt, consiste em olhar para o direito de ser cidadão, a possibilidade de pertencer a uma comunidade

²⁴ As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDDT, 2013, p.280)

²⁵ OT, 2013, p. 17

política, pois o que tornou os judeus possíveis de serem perseguidos, torturados e mortos, não foi o mero antissemitismo social, mas a alienação política. A da ideia de igualdade entre os homens, advinda do Iluminismo, catalisa o ideal que o homem europeu, branco e ocidentalizado outorga a si de parâmetro a ser seguido pelas demais raças e povos, travestido de uma hipócrita ideia de igualdade. Os judeus abastados, percebendo-se nesta condição de “não ocidentalizado”, ou pelo menos, não europeu (pleno), buscam encaixar-se nestas condições impostas pelo Iluminismo, na tentativa de se desvincularem dos conceitos de atrasados e incultos, que lhes eram associados devido ao antissemitismo social. Portanto, é a partir dessas concepções excludentes de igualdade e liberdade iluministas, que parte dos judeus se verá na posição de ou permanecerem como párias sociais ou aceitarem tais imposições para serem assimilados. É importante reiterar que devido ao sentido de racismo de Arendt está baseado na perda de dois elementos básicos (sendo eles a igualdade e a solidariedade) percebe-se este movimento dentro do próprio Iluminismo, quando a ideia de igualdade passa a ser limitada a um único padrão de homem.

A partir dessa constatação (a aceitação deste conceito de liberdade e igualdade pelos judeus abastados), Arendt aponta para como a escolha desses judeus em preferirem as migalhas que a sociedade tinha para lhes oferecer em detrimento de uma busca árdua pela emancipação lhes custou muito mais que a perda de sua judaicidade:

Contudo, quem tenta explicar por que um determinado bode expiatório se adapta tão bem a tal papel abandona nesse momento a teoria e envolve-se na pesquisa histórica. E então o chamado bode expiatório deixa de ser a vítima inocente a quem o mundo culpa por todos os seus pecados e através do qual deseja escapar ao castigo; torna-se um grupo entre outros grupos, todos igualmente envolvidos nos problemas do mundo. O fato de ter sido ou estar sendo vítima da injustiça e da crueldade não elimina a sua corresponsabilidade. (ARENDR, 2013, p.17)

Arendt rejeita a teoria de bode expiatório ao tratar dos judeus, justamente por argumentar que poderia ter sido qualquer outro grupo, como os ciclistas que se tornaria alvo dos nazistas, e explana que a grande questão para a escolha deste grupo (judeus) foi justamente sua condição apolítica e principalmente sua apatia quanto a esta condição. A autora ainda levanta a questão da corresponsabilidade dos judeus ao explicitar o quão facilmente parte deles aceitaram esta imposição que lhes foi destinada: destituíram-se dos poucos direitos que possuíam e de sua cultura, em troca de uma patética posição social. Ao trazer uma parcela de responsabilidade da ruína que foi acometido o povo judeu a eles mesmos, traz uma nova perspectiva para a questão

judaica, sem minimizar as atrocidades do totalitarismo nazista, permitindo questionar, não apenas o papel dos judeus neste cenário, mas a ideia de igualdade e liberdade, trazida pelo Iluminismo, há séculos defendida e exaltada pela História e pela Filosofia.

2.4. Leis da Natureza: ideologia da decadência

A passagem do século XIX para o século XX foi fortemente marcada pela ideia de dominação de um grupo racial sobre o outro: seja o branco sobre o negro, o ariano sobre o judeu, ou o grupo racial do colonizador sobre o do colonizado²⁶; de modo que no século XX, tais ideias passaram a ser efetivadas no regime totalitário, sobretudo no nazista²⁷. Hannah Arendt, em sua obra OT, abordou o modo como os eventos que determinaram o regime totalitário foram contingentes (VILA, 2023, p. 17), assim como a constelação que eles formaram para gerar uma forma inédita de poder político sem precedentes (ARENDR, 2013, p. 391-393). Abordando a “lei da natureza” (seleção natural), a qual, para o nazismo, se tratava de uma lei determinante e inescapável, e a “lei da História” (luta de classes), que, para o stalinismo, regia as relações sociais históricas, a autora parece deixar uma pista a respeito de qual das leis ela considerou ter maior consequência na política europeia, ao tratar do totalitarismo, tanto na divisão e nomeação das três grandes partes de sua obra OT: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo, quanto em sua declaração em que escreve: A ideologia racial, e não a de classes, acompanhou o desenvolvimento da comunidade das nações europeias, até se transformar em arma que destruiria essas nações. (ARENDR, 2013, p.150)

A autora deixa claro que ambos os governos totalitários trabalharam para que a realidade fosse transfigurada de acordo com o ideal teleológico escolhido por cada movimento (nazismo –darwinismo social- e stalinismo – materialismo histórico), persuadindo e coagindo as massas através da ideologia, propaganda, burocracia e por fim, o terror, princípios basilares dos regimes totalitários. No entanto, anterior à própria formação do regime, foi necessário que eventos e circunstâncias ocorressem e se solidificassem para que as bases, supracitadas, pudessem ser lançadas como alicerce.

²⁶ Aqui, apesar de se tratar de grupos culturais e étnicos (colonizador e colonizado), a ideia de raça prevalece como um dos principais apontadores dessa distinção. (*A invenção do homem*, Manoela Sanches).

²⁷ Há o foco no regime nazista pois, segundo Arendt, em OT (p. 148), apenas duas ideologias se destacaram no âmbito social, ganhando a adesão das massas: “a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças.”, de modo que a autora tende a interpretar que a primeira ideologia se designa ao stalinismo, enquanto a segunda ao nazismo.

Quais são, então, os “elementos” que formaram a constelação na qual o totalitarismo (ou algo parecido) se tornou possível? Em um esboço de 1946 que ela elaborou para sua editora, Arendt listou cinco: “antisemitismo, decadência do estado-nação, racismo, expansão pela expansão, aliança entre a ralé e o capital” (ARENDR, 2023, p. 23)²⁸

Dentre todos esses elementos supracitados, o que se destaca para a importância dessa análise é o racismo e de que modo esta ideologia foi transformada em política de Estado. Para tanto, é primordial definir racismo no pensamento de Arendt e, por isso, retornar à parte dois de OT, “Imperialismo”, na qual a autora fez um apanhado a respeito do caminho realizado pela teoria racial até tornar-se uma ideologia solidificada dos regimes totalitários. No capítulo “Pensamento Racial antes do Racismo”, a filósofa retoma o conceito de ideologia, deixando claro que o florescimento da teoria racial na África subjugada pela Europa, consiste em uma das causas diretas para o surgimento do totalitarismo.

Arendt é certa ao diferenciar ideologia de uma ideia, ou de opinião, pois aquela é caracterizada pelo contato necessário, direto ou indireto, com a política, e busca intervir na história de modo a propor resolver questões do passado e do presente. A ideologia também estabelece como sua essência um elemento teleológico.

Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo. (ARENDR, 2013, p. 149)

Para a autora, a ideologia é o contrário do livre pensar, ela se pretende intérprete do sentido global do curso histórico²⁹, buscando, através de ficções lógicas desvendar teorias da conspiração, como a ideia de conspirações judaicas mundiais³⁰ e contrarrevolucionárias, impedindo assim, a expansão do poder. A ideologia se manifesta no não pensar, onde uma explicação total, isto é, uma ideia, logicamente construída, a partir de uma premissa, toma o lugar do pensamento em que há dúvidas e incertezas.

²⁸What, then, are the “elements” that formed the constellation in which totalitarianism (or something like it) became possible? In a 1946 outline she drew up for her publisher Arendt listed five: antisemitism, decay of national state, racism, expansion for expansion’s sake, alliance between mob and capital. (VILA, 2023, p.23, tradução nossa).

²⁹ DHA, 2022, p. 280

³⁰ Idem, 317

Após reiterar o conceito de ideologia, Arendt dá continuidade à sua argumentação desmentindo uma propositiva que ela virá a se deparar novamente em outra obra³¹, a de que o racismo é uma consequência direta do nacionalismo exacerbado. Entender o racismo como produto do ultranacionalismo, é ilógico, pois, enquanto a ideia de nacionalismo tem como primazia o princípio da igualdade e da isonomia, ambos muito bem definidos na Revolução Francesa e no Iluminismo (mesmo que de forma limitada), o racismo (tido como um produto do ultranacionalismo) se fundamenta no sentido contrário: buscando estabelecer uma hierarquia não apenas de inteligência, beleza e desenvolvimento entre os seres humanos, mas, uma hierarquia ontológica que tange diretamente a ideia de dignidade humana. Arendt também ressalta a política nacionalista já muito bem estabelecida na Europa quando o racismo emerge e irrompe através das políticas nacionais, interpondo-se a elas; teorias raciais definidas por padrões geográficos, científicos, linguísticos, entre outros, como é possível ver em Kant (“Physical Geographic”), Leibniz (Otium Hannoveranumsive Miscellanea”) e Buffon (“História Natural do Homem”)

Os habitantes da zona mais quente são excepcionalmente indolentes. Em alguns casos, essa preguiça é temperada até certo ponto pelo governo e pela força. [...] O habitante da zona temperada, especialmente em sua parte central, é mais bonito em corpo, mais trabalhador, mais espirituoso, mais moderado em suas paixões, e mais sensata do que qualquer outro tipo de pessoa no mundo. Consequentemente, essas pessoas sempre ensinaram o resto [do mundo] e venceram eles pelo uso de armas. (KANT, 2012 p. 576-577)³²

A autora procura esclarecer que o nascimento da teoria racial não se deu única e exclusivamente na Alemanha, como se a partir dos germânicos, as outras nações europeias tivessem sido contaminadas por esta ideia inicial. Para isso, ela descreve como o conceito de raça passou a se desenvolver nas sociedades francesa, alemã e inglesa. Importa compreender o papel ativo da sociedade europeia, de um modo geral, para que o ônus daquilo que foi produzido pelas principais nações europeias seja imputado corretamente não apenas à sociedade alemã

³¹ Em sua obra *Responsabilidade e Julgamento*, onde se encontra o texto *Reflexões sobre Little Rock*, a autora irá se deparar com o elemento do nacionalismo como justificativa para o racismo, tal ponto será retomado adiante pela pesquisa.

³²The inhabitants of the hottest zone are exceptionally indolent. In some cases, this laziness is tempered to an extent by the government and by force. [...] The inhabitant of the temperate zone, especially in its central part, is more beautiful in body, harder working, more witty, more moderate in his passions, and more sensible than any other kind of people in the world. Consequently, these people have always taught the rest [of the world], and vanquished them by the use of weapons. (KANT, 2012, p. 576-577), tradução nossa.

(declaradamente antissemita na época), mas também àqueles menos evidenciados, coparticipantes das causas, ampliando assim a compreensão do processo.

2.5. Da teoria racial ao racismo: França e Alemanha

A França, no século XVIII, estava inundada pela curiosidade do diferente, por culturas que em nada se igualavam ao arcabouço intelectual francês, mas que ainda assim traziam novos ares à frívola cultura da época e poderiam ser a oportunidade da expansão do ideal de “liberdade, igualdade e fraternidade”. No entanto, em meio ao alvoroço da sociedade vigente, uma nova conceituação de classes e posteriormente de raças emergiu pelas mãos da nobreza. O conde de Boulainvilliers, como nobre francês, defendia a primazia e soberania de uma parcela dos franceses, aquela considerada descendente direta dos germânicos, que ocupavam o topo da hierarquia social da sociedade francesa. De igual modo, os gauleses que ali habitavam também deveriam ser enxergados (e se enxergarem) como uma classe menos favorecida, isto é, pertencente à plebe e, portanto, súditos. Neste ínterim, era necessário que, pelo menos, os descendentes de germânicos entendessem seu lugar como detentores do poder econômico, social e político, de modo que, se necessário, este domínio deveria ser conquistado à força. O conde corroborava sua teoria a partir da ideia de *Conatus*³³ em Spinoza, a qual justificaria a conquista que, segundo ele, deveria ser algo inato a determinados homens e nações. Deve-se salientar que, para Boulainvilliers, não se tratava de raças, mas sim de classes, pessoas que foram conquistadas por aqueles que tinham o direito de conquistar.

Este pensamento elitista e hierarquizado de Boulainvilliers se tornou ainda mais aguçado após o exílio de nobres, durante e após a Revolução Francesa, na Inglaterra e na Alemanha principalmente, reforçando este estereótipo de que a França era formada por dois povos distintos. Na própria Revolução, esta ideia de divisão foi fundamental para que os franceses não se vissem lutando contra compatriotas, mas contra um povo estrangeiro. Ainda nas vésperas da Revolução, anterior ao conde Boulainvilliers, o conde Du Buat-Nançay disseminou a ideia de que os nobres que descendiam dos alemães³⁴ seriam aqueles que de fato

³³ A ideia de *Conatus* está presente no livro *Ética III* de Espinosa: “cada coisa à medida que existe em si, esforça-se para preservar em seu ser.”, esforçar-se é “nada mais que a essência verdadeira da coisa”. Spinoza, Baruch. *Ética*. Tradução de Danilo Marcondes. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

³⁴ É importante definir o porquê de os alemães terem sido escolhidos para serem os antepassados dessa nobreza francesa, segundo Arendt: “Às vésperas da Revolução, esse porta-voz do feudalismo francês (conde Du Buat-Nançay) sentiu-se tão inseguro que preconizava ‘a criação de uma espécie de Internationale da aristocracia de origem bárbara’ e, como a nobreza alemã era a única da qual se podia esperar uma eventual ajuda, não hesitou em identificar a origem da nação francesa com a dos alemães.” (ARENDR, 2013, p.152)

eram livres por nascimento, enquanto os franceses descendentes dos gauleses só eram livres devido à graça dessa nobreza que os libertara. Arendt usa o termo *affranchissement* que, entre outros significados em francês, define a libertação. Assim, entende-se que apenas aqueles que podem libertar seriam os que detém a posse, portanto, os nobres com descendência germânica em algum momento passado haviam sido senhores desses outros franceses considerados inferiores, configurando, sobretudo o Terceiro Estado.

No entanto, durante a Revolução, esses mesmos nobres começam a perceber que apenas a ideia de conquista defendida por Boulainvilliers não era suficiente para manter suas posições e cargos de nobreza. Deste modo, uma mudança política e ideológica passa a se tornar mais visível, especialmente com o advento dos ideais mais enfáticos do conde Montlosier, que deixava claro seu repúdio àqueles que não eram descendentes diretos dos germânicos, considerando-os uma mistura de raças e sugerindo mais claramente uma perspectiva racista.

Ao longo do século XIX, dando continuidade à teoria de Boulainvilliers e Montlosier, intelectuais como Augustin Thierry, Arthur de Gobineau, entre outros, elaboraram teorias raciais mais complexas, procurando fundamentar cientificamente a superioridade de certos grupos étnicos sobre outros.

Nos anos 40 do século XIX, Augustin Thierry ainda aderiu à identificação de classes e raças, e distinguiu a “nobreza germânica” da “burguesia celta”, enquanto outro nobre francês, o conde Rémusat, proclamava a origem germânica de toda a aristocracia europeia. Finalmente, o conde Gobineau transformou em elaborada doutrina histórica uma opinião, já aceita de modo geral entre a nobreza francesa, dizendo haver descoberto a lei secreta da queda das civilizações e elevado a história à dignidade de ciência natural. (ARENDR, 2013, p. 153)

Essas teorias refletiam uma tentativa de legitimar ideologicamente práticas discriminatórias e justificar a supremacia de determinadas raças e classes sociais. Arendt, portanto, esclarece que o berço da teoria do germanismo, que posteriormente dará a vez para o arianismo, teve origem francesa, além de apresentar uma justificativa para o apoio francês às teorias raciais posteriormente elaboradas pela Alemanha.

A teoria racial alemã passa a ter maior visibilidade na história a partir da derrota do exército prussiano para Napoleão, fazendo com que o povo germânico perceba a necessidade de unir-se em uma só comunidade. Pouco tempo depois, a ideia de união através do sangue e da pureza racial passou a ser utilizada para o fortalecimento do nacionalismo alemão. No

entanto, esta unidade dependia necessariamente de sua origem em comum, portanto, era necessário que a população fosse convencida deste fator fundamental, com exceção da nobreza (*Junkers*³⁵), que se entendia como autossuficiente e não buscava alguma comunidade que a autoafirmasse como nobres. Deste modo, diferentemente da França em que o racismo estava sendo moldado para a divisão da nação e uma posterior guerra civil, na Alemanha, o fator racial foi motivo para que os germânicos se unissem contra a ofensiva estrangeira e assim se fortalecessem.

Devido às inúmeras tentativas de unificar os reinos germânicos, a ideologia alemã se desenvolveu em meio ao nacionalismo da nação, tornando cada vez mais difícil a possibilidade de diferenciar o próprio racismo do ultranacionalismo. É fundamental ressaltar que apesar de patriotas, grande parte dos sentimentos nacionalistas eram carregados de uma dose de racismo, fato este citado pela própria Arendt:

Sentimentos nacionais inofensivos eram expressos em termos que hoje sabemos racistas, de modo que até mesmo os historiadores que identificaram o racismo alemão do século XX com a linguagem peculiar do nacionalismo alemão são levados a confundir o nazismo com o nacionalismo alemão [...] (ARENDR, 2013, p. 153-154)

Nota-se aqui que a própria autora não permite passar a ideia de que o nacionalismo está imune ao racismo. Mesmo que esta não seja a principal pauta da narrativa de movimentos nacionalistas, deve-se atentar para o desenvolvimento das teorias raciais ainda no início da formação do Estado-nação. Esta separação (entre nacionalismo e racismo) passou a ser mais nítida a partir de 1870, quando a Alemanha foi unificada e o racismo juntamente ao imperialismo puderam se manifestar sem a necessidade de estarem acompanhados do nacionalismo alemão.

Como visto, os *Junkers* não estavam preocupados com a ascensão da burguesia, pois estavam salvaguardados pela monarquia, considerando que o rei era o maior latifundiário da nação. Assim, não partiu da nobreza a consagração do racismo como ideologia na Alemanha, mas foi a partir de 1814, quando a língua em comum deixa de ser suficiente para definir a origem, e o parentesco de sangue passa a se tornar a demanda necessária para o desenvolvimento de uma nação pura e próspera. Deste modo, entre os escritores alemães,

³⁵ Os *Junkers* eram membros da nobreza alemã que incluía grandes proprietários de terras e militares de elite. Esta aristocracia latifundiária desempenhou um papel importante na construção do Reino da Prússia, a partir do século XVIII.

sobretudo os romancistas, e a classe média, que buscava ascensão social, a ideia de “personalidade inata” passa a consagrar o racismo dentro da Alemanha.

O romantismo alemão foi um grande aliado da disseminação do conceito de germanismo, através da propagação da ideia de “personalidade inata”, que se baseava no nascimento como causa para que o indivíduo herdasse características típicas de um verdadeiro nobre. Esta ideia, transformou-se no segundo elemento que, juntamente com a ideia de união tribal, compreendia na base da teoria racial alemã. Considerando que o romantismo alemão ficou conhecido pela “ilimitada idolatria da personalidade do ‘indivíduo’” (ARENDDT, 2013, p. 156), uma ideia como a de “personalidade inata”, foi facilmente disseminada, por exemplo, por autores como Adam Mueller e Friedrich Schlegel, que exaltavam o relativismo na Alemanha à época³⁶. Qualquer um poderia ter uma opinião pertinente, mesmo que por um curto período, deste modo, a ideia de hierarquização de raças devido a existência de uma raça superior passou a ganhar cada vez mais notoriedade entre a sociedade burguesa.

Logo ficou patente o aspecto discriminatório desse novo conceito social. Durante o período de antissemitismo social, que introduziu e preparou a descoberta do ódio aos judeus como arma política, foi o conceito da falta da “personalidade inata” — ou da inata falta de tato, da inata falta de produtividade, da inata vocação para o comércio etc. — que distinguiu a conduta do comerciante judeu da dos seus colegas em geral. (ARENDDT, 2013, p. 157)

É sem dúvida, interessante o papel indireto que os romancistas alemães tiveram na propagação desta teoria racial baseada no nascimento e no tribalismo. A romantização associada a qualquer ideia do indivíduo europeu tornou-se essencial para disseminação do racismo como ideologia, pois não importava se isso ferisse o direito natural de outro povo, ou se direitos políticos e/ou civis do estrangeiro fossem transgredidos, nem mesmo que a dignidade moral do não-europeu fosse violada, contanto que o sujeito (europeu) tivesse o direito de criar sua própria ideologia e colocá-la em prática. O exemplo mais notório desse relativismo não veio da burguesia alemã, mas sim de um nobre da França, responsável pela ideia de uma raça destinada a conquistar o mundo.

Arthur de Gobineau, segundo Arendt, se consagrou como o autor que efetivou o racismo como ideologia, particularmente em seu livro *Essai sur l'inégalité des races humaines* (“Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”), a partir de sua pretensa ideia teleológica em que

³⁶ A ideia de “personalidade inata”, desenvolvida pela classe média que galgava novas posições sociais, se tornou aliada ao individualismo disseminado pelo romantismo alemão, que buscava validar qualquer pensamento que o indivíduo viesse a ter, por mais estúpido que ele fosse.

descobriu o motivo da queda de todas as nações e conseqüentemente a queda da humanidade e sua aniquilação. O autor colocou em pauta que o motivo responsável por tal declínio é a mistura de sangue, e conseqüentemente de raças. Gobineau deixa claro em sua teoria da “lei do declínio” que a raça de nobres, isto é, a raça superior está fadada à destruição por misturar-se com outras raças, consideradas inferiores, levando assim à queda das civilizações; nisto, o conde (de título duvidável, segundo Arendt³⁷), estabelece uma justificativa para a supremacia da raça branca, posteriormente convertida em raça ariana. Os “melhores homens”, como o próprio Gobineau denominava, deveriam ocupar lugar de destaque no papel de governantes, devido ao seu direito inato. Gobineau buscava a substituição da aristocracia por uma raça de príncipes, os quais não precisariam da democracia para garantir os seus direitos, pois estes seriam predefinidos pelo sangue.

Como consequência desta percepção de uma raça separada, o conde elaborou uma prerrogativa para rechaçar o nacionalismo e patriotismo francês, o qual pregava a igualdade entre os homens (aqui novamente aparece a perca deste princípio, configurando uma das bases do racismo, de acordo com Arendt), pois nisto, bem como a mistura étnica, se apresentavam como ameaça ao projeto de supremacia racial. Se não fosse assim, todos os franceses nacionalistas estariam aptos a assumir esta estatura de “melhor homem”, e era justamente o que Gobineau pretendia evitar. Esta atitude antinacionalista do conde, reafirma o argumento de Arendt sobre o racismo não ser um produto do nacionalismo, mesmo que ambos possam se confundir ao longo da história.

Gobineau procurou definir uma elite baseada na raça e, de alguma forma, essa ideologia respaldou o desejo íntimo dessa “elite” racial:

A inerente irresponsabilidade das opiniões românticas encontrou na mistura de raças de Gobineau um novo alento, porque essa mistura mostrava grandiosos eventos históricos que podiam ser reconhecidos no íntimo de cada um. Isso significava que as experiências íntimas podiam ter importância histórica, e que a história se desenrolava no íntimo de cada pessoa. (ARENDR, 2013, p.161)

Entende-se, portanto, o porquê de a teoria de Gobineau ter feito tanto sucesso na Alemanha, já que a sociedade alemã vivia esta fase relativista endossada pelo romantismo, em que a opinião do indivíduo era supervalorizada não importava o quê. Neste contexto específico,

³⁷ OT, 2013, p.159 “Embora, em termos nobiliárquicos, Gobineau fosse possivelmente um impostor (seu título francês é mais do que duvidoso), exagerava e levava além dos limites as doutrinas genealógicas, expondo-as ao ridículo quando afirmava descender, por intermédio de pirata escandinavo, do deus germânico Odim e gabava-se por “também pertencer à raça dos deuses”

Arendt ressaltou a conversão da ideia individual de hierarquização racial, exposta por Gobineau e pelos romancistas, em opinião pública, não demorando muito para que o governo percebesse e se apoderasse deste pensamento, transformando-o em política de Estado.

2.6. Racismo europeu fora da Europa: o imperialismo

Arendt traçou o caminho da teoria racial em seu contexto interno, isto é, dentro da Europa. No entanto, era necessário que esta ideia viesse a ser colocada efetivamente em prática, isto é, se desenvolver em terras internacionais, aplicada com aqueles que de fato eram o grande alvo a ser domesticado, subjugado e dominado: o não europeu. E apenas assim a teoria racial teve a possibilidade de ser maturada para tornar-se a ideologia que embasaria o regime totalitário.

Quando os russos se tornaram eslavos, quando os franceses assumiram o papel de comandantes da mão de obra negra, quando os ingleses viraram “homens brancos” do mesmo modo como, durante certo período, todos os alemães viraram arianos, então essas mudanças significaram o fim do homem ocidental. Pois, não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas o seu fim, não a origem dos povos, mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem, mas a sua morte antinatural o racismo pode destruir não só o mundo ocidental, mas toda a civilização humana. (ARENDR, 2013, p.147)

No imperialismo, segundo a autora, a raça estabelecia o elemento hierárquico nas colônias, enquanto a burocracia representava o próprio governo. No entanto, apesar de ambas relacionarem-se, eram também independentes em seu desenvolvimento. Reconhecendo o valor da política externa, para o avanço da economia, a Europa tentou investir fundamentalmente no controle das colônias por meio de um sistema burocrático e no aperfeiçoamento da ideia de raças hierarquicamente organizadas. Arendt, portanto, passa a explicar o valor que as nações africanas tiveram inicialmente para Europa nesta segunda fase imperialista: um ideal supérfluo que servia apenas para ser cotado como mais um anexado ao escopo de colônias, consistindo na “expansão pela expansão³⁸” (ARENDR, 2013, p. 115). No entanto, possuir uma coleção de colônias logo deixou de ser um elemento frívolo e superficial para mostrar-se essencialmente útil para o projeto mercantilista e, posteriormente, racista.

Ainda neste momento de êxtase da Europa — em que não há a percepção da real importância dessas colônias, mas apenas o espanto para com o novo — alguns indivíduos (europeus) dirigiram-se a essas novas terras coagidas pela própria sociedade europeia. Como

³⁸ Arendt se utiliza deste termo para elucidar o sentido da marcha imperialista, que consistiu no acúmulo ilimitado de riquezas sem a necessidade da criação de um corpo político.

havia sido excluídos de círculos e agremiações sociais de sua própria nação, não eram nem respeitados ou mesmo necessários, por isso aventuravam-se (não com intuito de descobrir, como aconteceu nas grandes navegações) na tentativa de restabelecerem suas posições sociais novamente, e com sorte e mau-caratismo, em um nível mais alto nesta nova terra³⁹. Arendt também ressaltou a existência de um segundo grupo, os “homens de bem”, que foram para essas colônias no intuito de descobrirem o novo, atraídos pelo desconhecido que os excitava e saciava seu anseio pelo submundo, sendo a maioria deles parte da elite.

A grande questão que se interpôs à frente desses dois tipos de indivíduos era perceber que também eram humanos aqueles que habitavam a terra para onde se dirigiram, que não se tratava de animais ou seres desumanos, mas indivíduos como eles, mas a seu próprio modo. Assim também como os bôeres⁴⁰, que se tornaram uma espécie de guia aos novatos que chegavam à nova nação, todos eles não assumiram a humanidade presente nos autóctones daquela terra, não os reconhecendo como semelhantes. “Esse pavor de algo semelhante a nós que, contudo, não devia, de modo algum, ser semelhante a nós justificou em termos ideológicos a escravidão e constituiu a base da sociedade racista.” (ARENDR, 2013, p. 176) Assim como os burgueses têm em Hobbes — de acordo com Arendt — seu filósofo por definição⁴¹, os bôeres parecem ter em Rousseau esta ideia que os define, quando Arendt diz:

Nenhuma estrutura política, nenhuma organização comunitária unia os bôeres, nenhum território delimitado foi definitivamente colonizado por eles, e os escravos negros não serviam a nenhuma civilização branca. Os bôeres haviam

³⁹ Assim como ocorreu no processo de colonização da Austrália pelos ingleses, presidiários e homens considerados estorvos para sociedade eram enviados para Oceania através de ordens judiciais e sentenças penais. No caso do imperialismo, esses indivíduos que já estavam excluídos socialmente dentro de seu próprio país se dirigiam às colônias no intuito de serem novamente parte funcional de uma sociedade; suas nações não os obrigavam legalmente, mas os impelia socialmente a partirem. Deste modo, a um só tempo, a sociedade europeia era expurgada daqueles que estavam à margem da sociedade e conseguia um quadro de homens dispostos a exercer alguma forma de ocupação e presença europeia nas colônias.

⁴⁰ Bôeres eram descendentes dos colonos calvinistas dos Países Baixos e da Alemanha e da Dinamarca, que se estabeleceram nos séculos XVII e XVIII na África do Sul, cuja colonização disputaram com os britânicos.

⁴¹ Hobbes é declaradamente tido para Arendt como o filósofo que define os interesses individualistas burgueses, mesmo que isso não tenha sido reconhecido na época por esta classe. Em OT, a autora escreve uma nota de rodapé salientando a importância desta influência para o regime totalitário, pois Hobbes, no *Leviatã*, descreve, na compreensão desta autora, um governo de certo modo arbitrário, pois é regido simplesmente pelos interesses do indivíduo, e nisto, ressalta, está contida a ideia de junção entre os interesses públicos e privados, pois o interesse individual se converte em interesse público. Por fim, Arendt propõe a distinção entre o ideal de governo de Hobbes, que é voltado para a proteção dos direitos privados, enquanto para o totalitarismo não há a existência de privacidade, daquilo que não é do âmbito público.

perdido tanto a sua relação de camponeses com o solo quanto o seu sentimento civilizado de solidariedade humana. (ARENDDT, 2013, p. 176)

Ao aniquilarem os chefes tribais e iniciarem a escravização negra em seu próprio território, os bôeres, segundo a autora, assumem esse papel de *quase* deidade para os africanos, de modo que se estabelece ali este conceito hierárquico não apenas imposto por eles, mas também reconhecido e “livremente assumido” (ARENDDT, 2013, p. 177) pelos nativos, de modo que a ideologia racista passa a ser incorporada pelo próprio povo dominado. No entanto, apesar da constante negação de que negros eram humanos, esse grupo racial ainda insistia em deixar clara sua humanidade, fazendo com que os bôeres tivessem que elevar seu próprio nível hierárquico para “deuses” já que não poderiam serem iguais àqueles que escravizavam. Para os bôeres, a adaptação à terra tornou-se um hábito, pois ao serem tratados como pretensos deuses preguiçosos, totalmente dependentes de seus escravizados, tornou-se fácil aceitar esta terra como sua, fato que aterrorizou os ingleses quando perceberam esta adaptação e abandono dos valores europeus.

Ao se sentirem ameaçados pelo domínio britânico, pareceu bom aos bôeres assumirem uma postura ofensiva e declarar guerra aos ingleses. No entanto, devido ao já estabelecido sistema de raças elaborado por eles mesmos e como consequência a acomodação a uma vida indolente, os bôeres facilmente cederam sua hegemonia aos ingleses que, ao tomarem seu lugar hierárquico na cadeia racial, não precisaram de muito esforço para submeter uma nação que havia sido educada quanto a esta questão⁴².

Quando os bôeres perderam a guerra, e com ela o que já haviam abandonado deliberadamente, isto é, o seu quinhão nos lucros, ganharam definitivamente o consentimento de todos os outros elementos europeus, inclusive do governo britânico, para a instauração de uma sociedade racial regida pela falta de direito. (ARENDDT, 2013, p. 181)

Em meio à esta sociedade racial, o ódio a um grupo branco foi direcionado pelos bôeres: aos financistas judeus⁴³. Eles concentravam em si características antes já odiadas como o de serem financistas (pois temiam a exploração permanente do ouro e sua expansão), como o de

⁴² Deve-se salientar que em qualquer dominação europeia sobre uma colônia houve algum modo de resistência por parte dos autóctones; neste trecho o que está sendo ressaltado é a facilidade na passagem do poder dos bôeres para os ingleses.

⁴³ Para que a exploração das colônias viesse a ter êxito, foi necessário o investimento de capital para retirada de matéria prima, assim como para sustentar todo um governo do outro lado do oceano. Grande parte desses financistas eram de origem judaica, e muitos deles mudaram-se para África do Sul no intuito de conferirem e viverem os lucros de seus investimentos. No entanto, devido à perda de hegemonia bôer, o ódio desse grupo foi facilmente direcionado àqueles que financiaram que isto acontecesse.

serem judeus, trazendo consigo a ideia de um povo despatriado e misterioso, o qual parecia exercer grande influência política devido à detenção e administração desse dinheiro supérfluo.

À medida que o imperialismo se consolidava na África do Sul e Cecil Rhodes⁴⁴ assumia a exploração dessa sociedade que visava a expansão, foi percebido pelos bôeres que o Imperialismo teria vindo apenas para consolidar este ideal de uma sociedade não igualitária, onde a *ralé* e o capital eram valorizados pelo lucro que geravam; e, quando a questão racial entrava em conflito com o fator gerador de lucro, a primeira saía vitoriosa, pois eram as normas raciais que sustentavam a sociedade sul-africana do modo como havia sido moldada pelos bôeres.

Deve-se destacar que a aliança entre a *ralé* e o capital surgiu na gênese do imperialismo, o qual buscava lidar com o problema de acúmulo de capital passando a buscar novos mercados internacionais; neste contexto, a *ralé* representou a camada social amoral de indivíduos diretamente ligados à burguesia, como subprodutos desta (ARENDR, 2013, p. 145), que auxiliou a transferência da junção dos poderes político e econômico para as mãos de governantes imperialistas igualmente destituídos de moral. O papel desempenhado pela *ralé* tornou-se relevante à medida que esta moldava a sociedade europeia para o abandono total de princípios que tangiam aos direitos do homem não europeu, como foi o caso da ideologia racial adotada pelo imperialismo, já familiarizada com o antissemitismo que circundava os círculos sociais da época.

No entanto, apesar da fácil e rápida adaptação dos judeus à sociedade racial estabelecida pelos bôeres, a comunidade judaica ainda representava a classe dos *outlanders*, motivo de ódio e temor, pois ao permanecerem na África do Sul mesmo após terem perdido seu papel de financistas na indústria aurífera e diamantícia, os judeus passaram a apoiar a ideia inovadora de Rhodes, de industrializar o país, fato que aterrorizou os bôeres, pois representaria o fim da sociedade racial, devido ao fato de que o lucro assumiria a preponderância, ao invés da raça. Deste modo, ao se materializarem como ameaça à sociedade racista, os judeus concentraram em si o ódio de grande parte da população europeia e da África do Sul.

A sociedade racista da África do Sul ensinou à *ralé* a grande lição da qual sempre tivera uma noção confusa — de que, por meio de mera violência, um grupo subprivilegiado podia criar uma classe ainda inferior a si próprio; que

⁴⁴ Cecil Rhodes foi um colonizador e ex-primeiro-ministro da colônia do Cabo. Rhodes foi um expansionista nato, que acreditava piamente na “expansão pela expansão” (ARENDR, 2013, p. 191). Ele também desabilitou a influência econômica judaica ao desapossá-los do financiamento minerador, construindo um organismo autônomo e capitalista em seu governo em Cabo e na África do Sul.

para isso não era necessária uma revolução, mas bastava que ele se unisse aos grupos das classes dominantes; e que os povos estrangeiros ou atrasados ofereciam as melhores oportunidades para o emprego dessas táticas. (ARENDDT, 2013, p. 186)

Em outras possessões africanas, os líderes da *ralé* foram os primeiros a perceber que ao colocarem em prática a teoria racial segundo a qual existe uma raça superior e outra inferior, eles poderiam denominar a si mesmos como raça e grupo dominante; como ninguém havia feito isso até o momento, bastava que eles tivessem essa ideia antes dos outros. Foram nas colônias africanas que a elite nazista foi moldada⁴⁵, pois não foi difícil apreender o modo de transformar povos em raças e como submetê-los ao seu povo que outorga a si esta estatura de raça superior. Mesmo que para alcançarem isso fosse necessário agir como os *bôeres* na África do Sul, que ao entrarem em contato com os povos tradicionais da colônia, logo perceberam que precisariam de algum modo se igualar a eles para dominá-los, isto é, deixar de lado a noção tradicional de progresso e adotar formas de organização baseadas na supremacia racial. Assim, ao tornarem-se parte daquela terra, os *bôeres* passaram a dominá-la, estabelecendo uma sociedade racial nos termos daquela cultura, daquele povo e assim os subjugando. A criação de uma sociedade baseada nesses termos tornou-se o modo mais eficaz de dominação nas colônias africanas, e os europeus utilizaram-se deste mesmo método para subjugar o restante das raças que lhes pareceu necessário. O propósito de supremacia racial foi respaldado e reforçado pela *ralé*, que via na forma de dominação uma afirmação de sua própria superioridade, demonstrando claramente que a exploração imperialista não foi apenas fonte de riquezas e expansão de territórios para Europa, mas se tornou a melhor escola para o ensino do racismo como política de Estado.

2.7. A Política de Estado Totalitária

Hannah Arendt, em sua obra *OT*, estabelece dois ingredientes da cristalização histórica de componentes fundamentais que deram origem à política totalitária na Europa: antissemitismo e imperialismo. Ambos, respectivamente, são homônimos das duas primeiras partes em que se divide a obra e possuem em comum um componente imprescindível para o entendimento do processo de formação totalitária: a questão racial. O antissemitismo por si só já ecoa uma forma de racismo, no entanto, para Arendt, consiste em uma forma muito particular em sua formação como uma teoria racial: baseia-se em um racismo distinto do racismo costumeiro da Idade Moderna, o qual é definido pela cor, e configurou-se em um *modus*

⁴⁵ *OT*, 2013, p. 187 “Viram ali como era possível transformar povos em raças e como, pelo simples fato de tomarem a iniciativa desse processo, podiam elevar o seu próprio povo à posição de raça dominante.”

operandi que seguiu os próprios preceitos para designar um grupo, em sua maioria negros e nativos, como objeto de discriminação. Já o imperialismo consiste em uma política que se baseia em uma teoria racial baseada na hierarquia das raças e povos, como esclareceu Kant: “A humanidade tem seu mais alto grau de perfeição na raça branca.” (KANT, 2012, p.24). No entanto, mesmo a teoria racial baseada na cor passou por um complexo processo de maturação até transfigurar-se em ideologia, tornando-se um dos pilares sustentadores do regime totalitário. A ideologia racial e a ideologia de classe, respectivamente, permitiram a manutenção dos regimes totalitários nazista e stalinista, de acordo com a autora.

Arendt é bastante enfática ao diferenciar o totalitarismo de outras formas de governos também de cunho opressivo (ditadura, despotismo, tirania). Para ela, o totalitarismo é um modo novo e sem precedentes de fazer política, pois apesar de ter elementos autoritários, o uso de força armada e a centralização do poder, o regime totalitário se diferencia em aspectos que nunca foram colocados em prática em conjunto:

Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país. Independentemente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. (ARENDR, 2013, p. 391)

O totalitarismo almeja um controle total tão abrangente em relação a todas as categorias sociais, políticas e individuais que foge ao exemplo dos já conhecidos modelos de governo. Na edição de OT de 1973, no prefácio à Parte III da obra, Arendt ressaltou que seu foco foi a análise do nazismo alemão, até a morte de Hitler, assim como o stalinismo, desde 1929 até a morte de Stálin, em 1953. Percebe-se, no entanto, na obra, que a autora concedeu mais atenção ao regime nazista que ao stalinista ao descrever e exemplificar o governo totalitário. Este fenômeno pode ter ocorrido por pelo menos três motivos principais: primeiro, a autora, apesar de buscar manter-se imparcial na análise, percebe não ser possível tal façanha considerando especialmente que ela mesma foi perseguida por um desses governos, tornando sua descrição e análise mais pessoal no que tange ao regime nazista. O segundo motivo se deve à não disponibilidade de documentos e fontes comprobatórias daquilo que de fato ocorria na URSS. Apesar da morte de Stálin, o fim do stalinismo não se deu imediatamente à morte de seu autor, tratou-se de um processo mais gradual e lento em que as provas de como o regime funcionava vieram a ser mais acessíveis anos mais tarde, especialmente após a queda do Muro de Berlim,

apenas em 1989, quatorze anos após o falecimento de Hannah Arendt. Por fim, como terceiro motivo, alguns críticos acreditam que a inserção do stalinismo em meio à política totalitária seria mais um modo de combater o avanço do comunismo durante a Guerra Fria, do que por si só partícipe da obra como tema principal, assim como ocorreu com o nazismo (CORREIA e col. 2022, p. 316). O modo como Arendt assume a política nazista como a grande representante do que vem a ser de fato um governo totalitário, faz com que os leitores percebam o quão complexo e singular é para a autora a formação deste regime; um exemplo disso são as grandes diferenças apontadas entre a China de Mao Tsé-Tung e o nazismo alemão, ou a negação do fascismo configurar um regime totalitário, mas apenas semi-totalitário.

Portanto, torna-se fundamental compreender que, para Hannah Arendt, a política totalitária é composta por diversas particularidades que não podem ser simplesmente replicadas por qualquer governo que se diga autoritário ou ditatorial, antes, deve haver um composto específico de elementos que misturados geraram esta explosão totalitária, entre eles estão: as sociedades de massas, a propaganda, a ideologia, a burocracia e por fim o terror. À medida que entende-se como este conjunto foi utilizado para a montagem, concretude e estabilidade do totalitarismo (nazista), ao enxergar por uma perspectiva que vise o racismo como protagonista, é possível também analisar como esses mesmos elementos contribuíram para a transformação do racismo em uma política de Estado⁴⁶.

Os movimentos totalitários empregam o socialismo e o racismo esvaziando-os do seu conteúdo utilitário, dos interesses de uma classe ou de uma nação. A forma de predição infalível sob a qual esses conceitos são apresentados é mais importante que o seu conteúdo. (ARENDR, 2013, p. 308)

Os movimentos totalitários têm como objetivo a organização das massas para o firme estabelecimento do regime já amadurecido, isto é, o controle total. As massas são compostas por indivíduos atomizados e que não participam de qualquer agremiação social ou política que não o partido totalitário, oriundos da dissolução das classes sociais. Para que o governo totalitário viesse a se consolidar foram necessários artifícios para a preparação dessa sociedade de massas, pois foi através dela que o movimento pôde amadurecer e estabelecer condições favoráveis para o florescimento de uma política de controle total. Se as massas consistiam no sustentáculo do movimento totalitário, deve-se entender que a elas foram direcionados os ideais

⁴⁶ É importante definir que como política de Estado, compreende-se: ações, diretrizes e objetivos traçados pelo governo no intuito de alcançar algum objetivo elaborado com base no consenso social e político, muitas vezes transcendendo governantes; pois tanto as leis antissemitas definidas pelo governo nazista, quanto os *black codes*, antes de se tornarem parte do sistema político, eram pensamentos e ações normalizados em meio social.

que o partido precisava sustentar, pois através delas tais ideais também se manteriam de pé. Este movimento pôde ser notado no racismo e no antissemitismo, pois, se as massas não “comprassem” o ódio aos judeus (antissemitismo político) e a supremacia racial, seria inútil ao nazismo ter o apoio da ralé radical e da elite entediada, já que para a dinamicidade do totalitarismo, se faz necessário o movimento de uma turba alienada e manipulável.

Assim, para que as massas possam ser inicialmente organizadas, os movimentos totalitários se valem da propaganda; “Somente a ralé e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda” (ARENDR, 2013, p.303). O objetivo da propaganda totalitária não é o convencimento por meio do argumento, antes, à medida que as propagandas trazem cada vez mais a ideologia da política do partido, mais as massas passam a se converter às ideologias propagandísticas, acreditando serem elas de fato verdadeiras, fazendo com que até mesmo o real deixe de ser importante.

O totalitarismo não se contenta em afirmar, apesar de prova em contrário, que o desemprego não existe; elimina de sua propaganda qualquer menção sobre os benefícios para os desempregados. Igualmente importante é o fato de que a recusa em reconhecer o desemprego corrobora — embora de modo inesperado — a velha doutrina socialista de que quem não trabalha não come. Ou, para citar outro exemplo, quando Stálin decidiu reescrever a história da Revolução Russa, a propaganda da sua nova versão consistiu em destruir, juntamente com os livros e documentos, os seus autores e leitores: a publicação, em 1938, da nova história oficial do Partido Comunista assinalou o fim do super expurgo que havia dizimado toda uma geração de intelectuais soviéticos. (ARENDR, 2013, p. 303)

Compreende também que a propaganda totalitária se utilizava da ideia de nacionalismo e patriotismo exacerbado, aliada ao ódio àqueles que a própria ideologia outorgou a culpa pelas mazelas históricas, de modo que a propaganda exerceu no regime uma função dual que consiste em: ganhar as camadas não totalitárias para o movimento, isto é, as massas, ufanando-as, fazendo florescer o ultranacionalismo e catalisando o desprezo a respeito do inimigo, através de dissipação de mitos e estereótipos:

Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais permitiu perder de vista o alvo político supranacional. O “nacionalismo” nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repasto aos preconceitos das massas. (ARENDR, 2013, p. 15)

Da mesma forma, nos territórios ocupados da Europa oriental, os nazistas se utilizaram, no início, de propaganda antissemita principalmente para assegurar um controle mais firme da população. Não precisaram lançar mão do terror para nele apoiar a sua propaganda, nem o fizeram. (ARENDR, 2013, p. 303)

Neste ínterim, a propaganda buscou se utilizar do antissemitismo já atrelado à política fazendo valer os séculos de estórias e especulação sobre a comunidade judaica que era veiculado em meio à sociedade europeia, e muitas vezes endossado ou, pelo menos, não desencorajado por boa parte dos judeus. A propaganda, portanto, tem papel fundamental na transformação do racismo em política de Estado, no caso do nazismo, pois foi ela a grande responsável pela disseminação do antissemitismo em seu modo mais agressivo, veiculando o ideal nazista de que os judeus constituíam uma raça à parte e inferior e, assim, fomentado o ódio a esse povo.

A propaganda totalitária necessitava de um segundo artifício para fazer girar o mecanismo do movimento, a ideologia. Percebe-se que sem a ideologia, a propaganda não passa de uma série de tentativas midiáticas, pouco efetivas no intuito de um convencimento passageiro e superficial. No entanto, a partir do uso da ideologia, a propaganda se transformou em uma poderosa arma política de doutrinação.

A ideologia, para Arendt, consiste na lógica de uma ideia — é válida a estrutura interna do ideal que quer ser disseminado, isto é, sua lógica através da dedução, para acelerar o projeto histórico. Deve-se salientar que a ideologia está emancipada do real, isto é, existem elementos que não se podem apreender e, no entanto, a ideologia está além disso, pois este ideal subjetivo que a ideologia não é capaz de alcançar é adquirido por meio da doutrinação e através da propaganda, por isso a necessidade desta, já que a ideologia por si só, é capaz de alcançar a elite e a ralé, sem necessitar de meios que realizem essa intermediação. A ideologia, no totalitarismo, tem como uma de suas funções principais o desvendar, através de suas próprias ficções e ideais teleológicos, conspirações, além de problemas históricos que têm gerado inquietação e incerteza sobre o futuro.

...por exemplo a conspiração judaica mundial e as conspirações “contrarrevolucionárias” –, que seriam impeditivos da expansão do poder. É uma dinâmica destituída de tradicionais considerações utilitárias e da lógica de meios e fins que caracterizam o também conhecido realismo da razão de estado. (CORREIA et al. 2022, p. 317-318)

Deve-se reiterar, portanto, que a ideologia corresponde a um conjunto de ideias colocadas de acordo com o significado que a política quer atribuir a elas, agindo por meio de leis (leis da história ou leis da natureza), neste caso, as Leis Raciais de Nuremberg, ignorando qualquer coincidência ou acaso, pois a ideologia busca estabelecer um caminho para o futuro que sempre estará de acordo com os propósitos a serem alcançados pelo governo. Deve-se

ressaltar que o uso da ideologia em meio às massas — através da propaganda — silencia o livre pensar e a liberdade. É pela substituição da capacidade de pensamento pela lógica da ideologia que a sociedade de massas passa a ser moldada a partir de um padrão atomizado de sujeito.

Nunca se percebe tão claramente a origem ideológica do socialismo e do racismo como quando os seus porta-vozes alegam ter descoberto as forças ocultas que lhe trarão boa sorte na “corrente da fatalidade”. As massas sentem-se naturalmente atraídas pelos “sistemas absolutistas que pretendem ver todos os eventos da história dependentes das grandes causas originais ligadas pela corrente da fatalidade, como que eliminando os homens da história da raça humana” (Tocqueville). Mas não se pode duvidar que a liderança nazista realmente acreditava em doutrinas como a que segue, e não as usava apenas como propaganda: “Quanto mais fielmente reconhecemos e seguimos as leis da natureza e da vida, [...] tanto mais nos conformamos ao desejo do Todo-Poderoso. Quanto melhor conhecermos o desejo do Todo-Poderoso, maior será o nosso sucesso” (ARENDDT, 2013, p.306)

A ideologia configura o ponto de transformação de teorias raciais em racismo instituído, pois por meio dela, torna-se possível compreender, ou pelo menos apreender o trabalho realizado por meio da propaganda. A partir da veiculação de informações difamatórias, proporcionadas pelas propagandas, contra judeus, negros, ciganos, entre outras raças (citadas, por exemplo, em *Mein Kampf*), a existência de uma ideologia aceita na sociedade, permite a confirmação de todos os dados, pesquisas ou informações disseminadas, por mais mentirosas que elas viessem a ser.

Entre os artifícios utilizados pelo movimento totalitário, não se pode deixar de citar a burocracia, elemento importante para a atuação da política totalitária. É através da burocracia que se tornou possível eximir qualquer indivíduo da culpa daquilo que está sendo realizado, não existem indivíduos concretos responsáveis, mas uma estrutura abstrata que opera a despeitos dos indivíduos. Arendt é cirúrgica em destacar como o uso da burocracia no imperialismo, volta para a Europa como um efeito boomerang, atingindo primeiro o judeu, depois o europeu, possibilitando a prosperidade de um racismo institucionalizado, que é operado por um governo violento, austero, totalitário, no entanto, incorpóreo, ao qual não se pode atribuir a culpa especificamente a um alguém.

O resultado da operação da burocracia é inviabilizar a possibilidade de responsabilização, pois, efetivamente, o governo burocrático é o governo de ninguém e a responsabilidade só pode ser imputada a indivíduos concretos.

Finalmente, voltemos à denúncia anterior de Sorel e Pareto do sistema como tal – quanto mais burocratizada a vida pública, maior será a atração exercida pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida, não há como

discutir, a quem apresentar reclamações, sobre quem exerce as pressões do poder. A burocracia é a forma de poder onde todos são privados de liberdade política, do poder de agir; **já que o governo de Ninguém não é a ausência de governo, e onde todos são igualmente destituídos de poder temos uma tirania sem tirano.** (ARENDDT, 2004, p. 51) (grifo da autora)

É possível definir a burocracia como uma forma híbrida de governo, na qual as leis positivas, que oferecem determinada estabilidade ao corpo político constitucional e legítimo são substituídas por decretos provisórios vindos do anonimato. A burocracia caracteriza-se também por impossibilitar a participação política, considerando que as resoluções são imputadas apenas àqueles responsáveis por elaborá-las, não se deve pensar, portanto, que qualquer indivíduo consiga ter acesso à participação deste processo.

É fundamental que se compreenda que como não se sabe de quem é a autoria dos relatórios e decretos, estes mesmos passam a ser a encarnação do poder, possibilitando aos regimes totalitários criarem uma atmosfera de anonimato, simultaneamente à ideia de vigilância constante devido ao temor de não saber quem o vigia. Esta ideia funciona para a aplicação do racismo como política instituída, pois todos aqueles sob a direção do governo passam a seguir as suas diretrizes racistas incorporando a lei e a necessidade de seu cumprimento.

A necessidade da burocracia se desenvolve devido ao gerenciamento de um grande contingenciamento de massas, em que todos estão privados de sua liberdade de pensamento e ações. Já o líder, figura central da política totalitária, no que configura a burocracia, encontra-se dentro, no meio do sistema:

[...] em uma espécie de vazão, localiza-se o líder, e o que quer que ele faça, ele o faz de dentro e não de fora ou de cima, propagando-se para a sociedade, os membros do Partido, a burocracia, as elites e atenuando para as suas respectivas esferas o extremismo que os engloba. (CORREIA e col. 2022, p. 319)

A sobrevivência da burocracia totalitária está diretamente ligada à ideologia, isto é, é necessário que a ideologia mantenha-se viva entre a massa, inicialmente por meio da propaganda, para que a burocracia subsista, fazendo assim com que o sistema como um todo seja protegido e à prova da realidade, sendo necessário que haja um bloqueio da factualidade do mundo externo e que essa seja substituída pelo movimento totalitário.

Após a institucionalização dos regimes totalitários, através da burocracia, era necessário dar sequência à dinâmica totalitária, já que as propagandas após a instalação do governo, acabam perdendo o seu propósito e, para isso, passa-se ao uso de outro artifício: o terror. Este recurso consiste na realização do projeto do regime totalitário, transformando o sujeito na

personificação exata das leis da história ou da natureza, partindo do princípio do movimento totalitário que é a ideologia. A política totalitária através do terror, torna possível que o indivíduo seja transfigurado exatamente na figura moldada pelas propagandas: judeus passam a ser tratados pior que ratos, vistos como uma raça que precisa ser eliminada, fazendo com que esses sujeitos se submetam à ideologia arraigada, primeiro na sociedade, e agora na política.

O totalitarismo possui um modo de legalidade próprio, em que há a negação da legalidade positiva e a imposição de sua própria lei, a qual é compreendida a partir da própria ideologia teleológica do regime, isto é, o governo totalitário não se faz arbitrário, pois busca obedecer incontestavelmente àquelas leis da Natureza ou da História, estando estas acima de qualquer lei positiva, e capazes de se fazer cumprir a verdadeira justiça.

A legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente o reino da justiça na terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critérios de certo e errado que norteiam a conduta individual. Aplica a lei diretamente à humanidade, sem atender à conduta dos homens. (ARENDDT, 2013, p. 392).

Porém, após terem assumido estas leis como verdade irrefutável, quando os membros do regime percebem que há distinções para com os fatos visíveis e categóricos, procura-se realizar todo um movimento de distorção dessa realidade para que ela se amolde à realidade criada pela ideologia, correspondendo às expectativas e padrões exigidos pela lógica elaborada pelos regimes. Em um primeiro momento, o terror busca extirpar do governo os inimigos declarados do partido, aqueles considerados oposição, de modo que após haver uma extinção desses grupos, o próprio terror se converte em mola propulsora para que o sistema continue se movimentando. Assim, passam a surgir novas categorias de inimigos que precisam ser eliminados (muitas vezes, o próprio algoz tornando-se vítima), para que o organismo totalitário continue dinâmico e em pleno funcionamento, fazendo com que o próprio sistema tanto crie quanto elimine seus inimigos.

Segundo Arendt, o terror como parte da essência da política totalitária assume seu auge e perfeição nos campos de concentração, lá também é a mais pura expressão do que vem a ser o governo totalitário em sua completude, operando extensivamente sua política de Estado racista, no caso do nazismo, no qual há a total supressão da liberdade do indivíduo. Os campos de concentração são a total expressão da extinção de qualquer direito inato ou positivo, de modo que o sujeito que lá está sente-se inexistente, e esquecido pelo mundo.

Arendt identifica três passos fundamentais para o domínio total aplicado nos campos de concentração. O primeiro consiste no domínio da pessoa jurídica do homem. O regime era cuidadoso o suficiente para, nos campos, manter todas as categorias de pessoas ineficazes a cometer qualquer crime ou ação normal; isto era denominado de “custódia protetora”. Às categorias de pessoas que são referidas: judeus, criminosos, portadores de doenças, homossexuais, entre outros; o domínio totalitário procurou confinar juntamente todos os estes para que paulatinamente fosse minada qualquer consciência jurídica dos que ainda se consideravam inocentes. Para incutir o senso de culpa, era necessário evidenciar a todos os que ali estavam que atingiram o nível mais sórdido possível, de modo que um comerciante honesto era, juridicamente, igualado a um assassino. Portanto, a ideia de supressão jurídica consiste em que o sujeito pertencente a determinada raça passe a compreender o quão detestável o é por apenas ser partícipe dessa “ilegalidade”, incutindo no indivíduo um sentimento de culpa por simplesmente ser judeu ou negro.

Para com os próprios criminosos, o regime se utilizava de um artifício diferente, pois não era no campo de concentração que suas penas eram pagas, mas, somente após terem completado a sentença seu direito à liberdade deveria ser concedido, e assim eram enviados aos campos, acentuando seu senso de culpa que deveria ter sido justificado pela pena paga. Portanto, a primeira condição para dominação total do homem está na perda de sua pessoa jurídica, a alienação de seus direitos e deveres. De certo modo, este objetivo já havia sido alcançado em parte, quando estes seletos grupos haviam sido excluídos da proteção da lei⁴⁷. O processo de morte jurídica torna-se completo quando essas pessoas são lançadas em um campo de concentração que se encontra fora do sistema penal, isto é, consiste que a punição por seus “crimes” não será executada segundo à lei, mas à parte desta.

O segundo passo para o domínio completo do indivíduo se dá em direção a sua moral. Ao promover a degradação da moral do indivíduo, o domínio totalitário busca perverter a lembrança e a recordação que se tem dele. Utilizando-se dos familiares e amigos do sujeito em questão, o regime consegue minar qualquer possibilidade de ele ser lembrado, fazendo isso através do anonimato da própria morte (impedindo até mesmo o martírio), enraizando no indivíduo a certeza de que ele não pertence a ninguém e que ninguém nunca lhe pertenceu, e ao morrer, comprovou que nem mesmo existiu. Fazer da morte um evento ordinário à medida que

⁴⁷ Como o decreto de 1930 que anulou a lei de emancipação aos judeus, abolindo seus direitos civis e jurídicos.

se mostra constante, tendo enfoque uma raça, foi parte da herança do pensamento racial dada, deliberadamente, aos governos totalitários.

Como último recurso, o homem apenas tem a si mesmo, à sua individualidade, a sua identidade única. Após a aniquilação da pessoa jurídica, assim como da pessoa moral, a extinção da individualidade torna-se o passo menos difícil. Destruir a individualidade do homem compreende aniquilar qualquer possibilidade de ele criar algo, ou de ser espontâneo, consistindo num estado em que o homem apenas sobrevive, e que sua existência se torna mero acaso, esperando o dia em que a junção de fatores que o mantém vivo não faça mais sentido.

Assim, reitera-se que o governo totalitário é estabelecido em sua completude apenas nos campos de concentração, onde a política de Estado racista também se completa após perpassar pela fase propagandística e ideológica, dirigida e sustentada pelas massas, e institucionalizada através da burocracia. No entanto, apesar da não plenitude do governo fora dos campos, houve mudanças significativas que caracterizam essa passagem do movimento para o governo, como a transição da propaganda para a pura doutrinação por meio da educação e mídia; como também a livre instituição do terror, configurando a concretude da ideologia na mente das massas; o expurgo de todos os inimigos do regime, de modo que a perseguição se voltou para a própria sociedade de massas e membros do partido, devido a necessidade de material humano para a dinâmica do totalitarismo. Todas essas características contribuíram para a manutenção do racismo enraizado na sociedade e útil para política, que percebeu a fragilidade de uma emancipação mal executada direcionada a um povo que, segundo Arendt, em sua maioria, preocupava-se mais com seu status social que seus direitos políticos, tornando-se passivos no direcionamento de seus próprios destinos⁴⁸.

3 CAP. 2 UMA DEMOCRACIA RACISTA E UMA AUTORA INSENSÍVEL

Quando os russos se tornaram eslavos, quando os franceses assumiram o papel de comandantes da mão de obra negra, quando os ingleses viraram “homens brancos” do mesmo modo como, durante certo período, todos os alemães viraram arianos, então essas mudanças significaram o fim do homem ocidental. Pois, não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas o seu fim, não a origem dos povos, mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem, mas a sua morte antinatural o racismo pode destruir não só o mundo ocidental mas toda a civilização humana. (ARENDDT, 2013, 147)

⁴⁸ Arendt acreditava em uma coparticipação dos judeus naquilo que lhes aconteceu política e socialmente na Europa no séc. XX

2.8. A apátrida filha de Fortuna

Hannah Arendt foi definitivamente uma proeminente escritora e filósofa política (apesar dela mesma não se denominar dessa forma), judia alemã que se destacou por seu pensamento aguçado e seus posicionamentos muitas vezes pouco populares. Filha de Martha e Paul Arendt, ela foi criada como judia que era, mas não de acordo com os costumes do judaísmo, permitindo que Arendt escolhesse livremente se aproximar de movimentos como o sionismo, devido à preocupação política com a situação dos judeus, e não apenas por uma questão religiosa. Arendt foi versada em grego clássico, literatura alemã e filosofia antiga e moderna, concluindo sua tese de doutorado com o seguinte título: “O conceito de amor em Santo Agostinho”. Arendt foi diretamente influenciada por Walter Benjamin, Martin Heidegger e Karl Jaspers, com o qual manteve uma relação duradoura de amizade e afinidade intelectual.

Durante a vida e após a morte, foram atribuídos diversos estereótipos à Hannah Arendt e a seu modo de fazer filosofia. No entanto, entre as tantas características atribuídas a ela, duas se destacam como fundamentais para este trabalho; a primeira e talvez a mais interessante é descrita por Bernstein: sortuda

Ela foi atraída pelo apelo de Maquiavel à deusa *Fortuna* (geralmente traduzida como “sorte”, “acaso”, “contingência”). A sorte, como sabemos, pode ser boa ou ruim. Ao contrário de seu amigo íntimo, Walter Benjamin, que sempre parecia experimentar má sorte, até que se suicidou, a *Fortuna* de Arendt foi favorável em momentos cruciais de sua vida. (BERNSTEIN, 2022, p. 26)

Após a ascensão do nazismo, Arendt percebeu que a única organização judaica que estava verdadeiramente engajada com a questão político judaica era o sionismo; por isso, ela passa a se envolver ainda mais com o movimento ao realizar pesquisas sobre as propagandas antisemitas que eram veiculadas à época. No mesmo ano em que Hitler sobe ao poder (1933), Arendt foi detida e interrogada devido ao trabalho realizado para o grupo sionista. A autora se recusou a fornecer qualquer informação a respeito do grupo ou trabalho realizado por eles e, segundo Bernstein, devido a sua “sorte extraordinária”, a Gestapo a liberou sem maiores impedimentos. Devido ao aumento da perseguição, Arendt decidiu fugir ilegalmente da Alemanha juntamente com sua mãe, dirigindo-se à Paris, onde muitos judeus já haviam se refugiado da perseguição nazista. Lá, ela consegue alguns empregos, especialmente em organizações judaicas e sionistas (como a Youth Aliyah), provando mais uma vez de sua boa sorte, já que muitos judeus que se refugiaram na França, não conseguiram retornar a bons empregos, ou mesmo trabalhar, passando a viver uma vida precária e miserável. É também em

Paris que Arendt conheceu seu segundo marido⁴⁹ Heinrich Blücher (com quem se casou apenas em 1940), de família alemã e membro do Partido Comunista. Blücher também havia fugido da ira de Hitler para encontrar refúgio em Paris. Em maio, no mesmo ano de seu casamento, Arendt foi enviada a Gurs, um campo de internamento no Sul da França, devido à invasão alemã ao país, decretando que todos os estrangeiros de 17 a 55 anos fossem enviados aos campos de internamento também conhecidos como campos de trabalho⁵⁰. Ao ser enviada para Gurs, Arendt perdeu o contato com sua mãe e seu marido. No entanto, a autora conseguiu escapar do campo e com uma dupla sorte a acompanhando conseguiu também reencontrá-los; “Muitas mulheres que não escaparam foram enviadas a Auschwitz por ordem de Adolf Eichmann” (Bernstein, 2022, p. 28).

Após esse episódio, Arendt, juntamente com sua mãe e esposo, buscava sair do país para que não precisassem contar mais uma vez apenas com a boa sorte, e para isso, era necessário conseguir o visto para os Estados Unidos, como também viajar à Portugal, para lá, pegar um navio para Nova York sem serem capturados. Tendo novamente êxito em sua empreitada pela liberdade, Arendt, seu marido e, posteriormente, sua mãe conseguem o visto e, em 1941, chegam aos Estados Unidos.

Fortuna (quase como se Arendt fosse protegida pela deusa) interveio novamente. Hannah e Heinrich conseguiram obter vistos com a Varian Fry que chefiava o Comitê de Resgate de Emergência em Marselha. Eles driblaram a polícia francesa, que os procurava, escaparam da França, cruzaram a Espanha e chegaram a Lisboa, onde esperaram três meses por um navio para levá-los aos Estados Unidos. Em maio de 1941, Arendt e seu marido chegaram a Nova York. A mãe de Arendt chegou um mês depois. (BERNSTEIN, 2022, p. 28-29)

Aos 35 anos, Arendt chegou aos Estados Unidos, sem mesmo saber falar inglês praticamente, mas a partir do auxílio de amigos, a autora passou a dominar não apenas a fala, como também a escrita, inicialmente corrigida por colegas, mas que a permitiu publicar textos e artigos, inicialmente em periódicos judaicos locais. Arendt conseguiu alguns trabalhos em organizações judaicas (como a Comissão para Reconstrução Cultural Judaica Europeia), e, em 1944, apresentou a proposta de um livro que havia se proposto a escrever à Houghton Mifflin, inicialmente intitulado “Os Elementos da Vergonha: Antissemitismo - Imperialismo -

⁴⁹ O primeiro marido de Hannah Arendt chamava-se Günther Stern, eles foram casados de 1929 a 1936.

⁵⁰ Por que ler Hannah Arendt hoje? p. 28

Racismo”⁵¹. Posteriormente, após algumas mudanças estruturais e de conteúdo, Arendt publicou, em 1951, *Origens do Totalitarismo*, obra que lhe rendeu o reconhecimento como filósofa política, permitindo suas obras subsequentes ganhassem também grande destaque, como: *A Condição Humana*, *Eichmann em Jerusalém*, *Sobre a Revolução*, *Homens em Tempos Sombrios*, entre outros. É válido ressaltar que as obras de Arendt ultrapassam a observação e formulação de suas ideias a respeito de determinado evento ou tema escolhido pela autora. Seus escritos estão intimamente ligados à sua vivência, haja vista toda a saga vivenciada por ela como ex-cidadã alemã, perseguida pelo governo nazista como tantos outros judeus à sua época, a impossibilidade de exercer seus direitos civis, jurídicos e políticos, o que nos leva à segunda característica que pode ser atribuída à Hannah Arendt (além de abençoada por *Fortuna*): apátrida.

Soando quase como uma contradição à primeira característica que lhe foi atribuída neste texto, o fato de ter sido apátrida foi, pode-se assim dizer, a circunstância responsável pelo despertar político de Hannah Arendt. Não se deve esquecer que sua tese foi “O conceito de amor em Santo Agostinho”, e devido ao contexto que a autora passou a vivenciar, vendo-se alienada dos direitos mais básicos, Arendt percebe a necessidade de escrever sobre política e a situação vigente em que ela e o povo judeu se encontravam, fazendo com que este panorama se desdobrasse para outras análises político filosóficas. Não é correto entender que antes da ascensão do nazismo Hannah Arendt não se importava com a política, sabe-se de seu engajamento com o movimento sionista e sua observação apurada a respeito da condição apolítica que os judeus estavam sendo submetidos. No entanto, apenas quando chegou aos Estados Unidos, também como apátrida, que Arendt compreendeu a necessidade de fazer um retorno à história e analisar filosoficamente o contexto e os elementos que foram fundamentais, ou ignorados, para a formação do totalitarismo bem como, a tentativa de aniquilação de determinados grupos.

Partindo dessa perspectiva, Arendt, já como uma autora conhecida nos Estados Unidos (1957), foi convidada pela *Commentary* para escrever a respeito da decisão da Suprema Corte sobre o fim da segregação racial escolar (caso *Brown vs. Conselho de Educação de Topeka*), cuja posição era a de que esta separação entre raças feria a 14ª Emenda da

⁵¹ É, sem dúvida, interessante notar que a obra que posteriormente se tornaria *Origens do Totalitarismo* trazia como uma de suas partes principais a questão do racismo; em quatro anos de escrita Arendt decide escrever pontualmente sobre a política totalitária, trocando o nome desta última parte para *Totalitarismo*.

Constituição⁵². No entanto, a medida não foi bem implementada devido a uma turba de crianças e adultos brancos sulistas se revoltando contra a decisão judicial e recebendo crianças negras aos berros e discursos de ódio, mesmo que estas tivessem o direito de estarem ali.

O artigo submetido por Arendt sobre a situação vivida no Sul não foi bem recebido devido ao seu teor considerado ofensivo, de modo que os editores hesitaram em publicá-lo, fazendo com que o texto viesse a ser de conhecimento público apenas dois anos depois. O artigo finalmente foi publicado, mas acompanhado de uma nota da revista explicitando sua discordância com o seu conteúdo e o não compartilhamento do posicionamento da autora. Para possibilitar o entendimento mais apurado sobre o próprio conteúdo de RLR é necessário retornar um instante na história para entender as análises e ponderamentos filosóficos que Arendt destila desse processo.

2.9.Libertos, mas segregados

Em 1899, em Newman, na Geórgia, vivia um trabalhador rural negro, San Hose, subordinado a um latifundiário, Alfred Crawford. O trabalhador o procurou, segundo algumas versões, para lhe pedir um aumento; segundo outras, para pedir o dinheiro que o latifundiário lhe devia. A questão é que o pedido foi negado. Diante da recusa seguiu-se uma exaltada discussão que se estendeu para o dia seguinte em que Crawford, o latifundiário, foi até Hose enquanto este cortava lenha e continuou a discussão lhe ameaçando com uma arma. Para se defender, o trabalhador acertou o machado na cabeça do dono da fazenda e o matou. Uma massa enfurecida deteve Hose, acusando-o de homicídio, pilhagem da casa do fazendeiro e de violar sua esposa, ato que foi negado por esta. Mesmo que nem todas as acusações fossem verdadeiras, o resultado foi Hose ter contra si uma multidão enraivecida. Mais de duas mil pessoas participaram do linchamento: Hose foi despido e acorrentado em uma árvore, seus algozes lhe deceparam o órgão genital, além dos dedos e as orelhas, lhe enfiando facas pelo corpo e esfolando seu rosto, por fim, com o homem pendurado pelo pescoço à árvore, banharam seu corpo com querosene e o incendiaram.

A turba observou as contorções do corpo, a distorção das feições de Hose e os olhos quase a saltarem das órbitas. Enquanto esteve vivo, Hose só gritou “Ó, meu Deus!” e “Ai, Jesus!”. Quando o corpo arrefeceu, cortaram o que sobrou

⁵² A 14ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, promulgada em 1868 após a Guerra Civil, garante a todos os cidadãos americanos a liberdade e a igual proteção das leis. A 14ª Emenda também afirma que não se pode negar proteção igualitária às pessoas e à cidadania plena com base na raça.

do coração, do fígado e dos ossos em pedaços e que foram divididos pela multidão. (BETHENCOURT, 2013, p. 526)

Esta é uma dentre as várias histórias de linchamento de pessoas negras entre o século XIX e XX nos Estados Unidos. No caso acima houve o homicídio, ao que tudo indicava em autodefesa, no entanto, na maioria dos linchamentos não havia nenhum tipo de prova contundente que pudesse justificar nem mesmo um julgamento. Mas, mesmo sem provas, estas práticas se tornavam cada vez mais comuns, especialmente no Sul, contra negros e, alguns brancos que viessem a apoiar qualquer igualdade entre ambas as raças.

Nos anos 1890, a nova política sulista de segregação se disseminava pelo país, os negros perderam seu direito ao voto, à liberdade de ir e vir, entre outros direitos, conquistados após a Guerra Civil e a abolição da escravatura. Instituições como a Ku Klux Klan⁵³, fundada em 1865 estava fortalecendo-se cada vez mais com o ódio racial alastrado pelo país e a ideia de igualdade entre raças parecia cada vez mais absurda para os brancos norte-americanos.

Negros e brancos não podiam mais “se misturar” ou conviver nos espaços públicos. Escolas, serviços públicos e lojas reservavam aos negros instalações separadas, assinaladas por placas bem visíveis afixadas em locais como bebedouros, salas de espera, restaurantes e ônibus, diferenciando “pessoas de cor” e “brancos”. Negros também não podiam frequentar diversos parques e praias ou ser atendidos em vários hospitais. (PURDY, 2007, p.169)

É fundamental destacar que a perda desses direitos, especialmente nos estados sulistas, foi corroborada pelas autoridades locais e leis específicas que, por sua vez, eram largamente reforçadas pelos linchamentos⁵⁴ públicos, para os quais não havia necessidade de se provar identidade ou apresentar justificativas. Importava apenas que os linchamentos cumprissem com seu fim, o de aterrorizar a população negra e lembrá-la sobre qual deveria ser o seu lugar, isto é, o de submetida aos brancos. Adeptos de todas as classes sociais se tornavam rapidamente fundamentalistas radicais contra qualquer ideia de isonomia racial, atuando ferozmente a favor da ideologia de supremacia branca. Destaca-se que dentre os mais devotos estava a classe mais

⁵³ Fundada no Tennessee, a Ku Klux Klan (KKK) visava intimidar afro-americanos libertos e garantir a supremacia branca. O grupo se expandiu rapidamente pelo sul dos EUA, utilizando violência e táticas de terror. A KKK foi combatida pelo governo federal e por grupos de afro-americanos, levando à sua desmobilização no final da década de 1870.

⁵⁴ “Essa prática regular de execuções ilegais continuou até a década de 1940, com vários casos ainda registrados nas décadas de 1950 e 1960. Estima-se que 4742 negros tenham sido linchados entre 1882 e 1968”. (BETHENCOURT, 2013, p.528)

baixa branca, constituindo a maioria dos revoltosos que se envolviam inteiramente com a causa⁵⁵.

A alienação dos direitos civis aos negros permaneceu inalterada até 1954, com o fim da segregação escolar, no entanto alguns anos antes (fim da 2ª Guerra) os negros já se organizavam em associações e algumas organizações que buscavam lutar por seus direitos civis, mas é a partir dessa primeira conquista (caso Brown vs. Conselho de Educação de Topeka), que essas agremiações passaram a se fortalecer e ganhar notoriedade na sociedade, assim como alguns nomes e atos de protestos⁵⁶.

Após a aprovação da entrada de negros nas escolas frequentadas apenas por brancos, a fotografia de Elizabeth Eckford e Dorothy Counts chegou às mãos de Hannah Arendt, assim como há milhares ao redor do mundo: meninas negras, de quinze anos, com o direito de frequentar a escola, no caso a Central High School em Little Rock e a Harding High School em Charlotte, na Carolina do Norte (escolas majoritariamente brancas), ambas com a cabeça erguida e cercadas por uma turba de pessoas brancas gritando enfurecidas. Não é possível ver na imagem, mas sabe-se que o governador do Arkansas “havia enviado a Guarda Nacional de Arkansas com baionetas para impedir que Dorothy e outras pessoas entrassem na escola” (BERNSTEIN, 2022, p. 68)

⁵⁵ É realmente interessante notar que assim como no caso Dreyfus, em 1885, a classe social que mais se envolveu no discurso de ódio antissemita contra o militar judeu foi a ralé (classe baixa e expurgo da sociedade europeia, segundo Arendt), do mesmo modo que, nos anos de 1890, a classe que mais teve envolvimento com os linchamentos ligados ao racismo foi a dos pobres brancos. Pode-se argumentar que por se tratar de classes muito baixas, há consequências como a falta de informação e estudo que poderiam guiá-los à barbárie e a ideias e comportamentos inconcebíveis no que tange aos direitos humanos. No entanto, não se pode esquecer que em ambos os casos houve a participação de outras classes mais instruídas, informadas e abastadas, envolvidas nas mesmas situações (de linchamento e na execução do caso Dreyfus). A questão, portanto, que se interpõe é o maior envolvimento da classe baixa nestes casos de ódio em comparação com qualquer outra camada social. Como Arendt cita em *Origens*, não se pode esquecer que a ralé (e aqui incluo a classe baixa branca sulista) é resultado da marginalização de certos grupos de pessoas pela sociedade, bem como do desamparo desses grupos por parte dos partidos políticos e do governo, que pensavam ser esta classe desimportante. Assim, quando um grupo (judeus, ou negros neste caso) torna-se alvo do desprezo que em algum momento pertenceu àquelas classes, é no mínimo lógico que haja um esforço da ralé para não retornar para este lugar, exercendo finalmente o papel de senhor (como na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, a dialética do senhor e do escravo): aquele que era escravo busca ser senhor, canalizando todo seu ódio e tempo de opressão para alguém que foi considerado pior que ele mesmo pela sociedade. “O intelectual negro W. E. B. Du Bois chamou esse fenômeno de “salário psicológico”: aos olhos do pobre branco, a superioridade da sua cor compensa sua miséria socioeconômica” (PURDY, 2007, p. 169).

⁵⁶ O protesto no ônibus realizado por Rosa Parks (1955), a figura de Martin Luther King como líder do movimento de direitos civis (1955), a atuação de Malcom X (1955) e a fundação dos Panteras Negras (1966), entre outros.

[...] uma menina negra saindo de uma escola recém integrada a caminho de casa: perseguida por uma turba de crianças brancas, protegida por um amigo branco de seu pai, a face dando um testemunho eloquente do fato óbvio de que ela não estava precisamente feliz. A fotografia revelava a situação em poucas palavras, porque aqueles que nela apareciam foram diretamente afetados pela ordem do tribunal federal, as próprias crianças. (ARENDDT, 2004, p. 261)

É deste ponto de partida que Hannah Arendt escreveu o polêmico texto *Reflexões sobre Little Rock*, tratando a questão da dessegregação segundo sua própria perspectiva e reafirmando suas convicções pessoais e seus conceitos construídos até o momento.

2.10. Hannah Arendt e a questão da dessegregação

A análise de Hannah Arendt a respeito da foto citada, assim como do processo de dessegregação enfrentado pelo Sul dos Estados Unidos é singular e controverso, portanto, para possibilitar um exame mais apurado do texto RLR, o uso do livro *Hannah Arendt and The Negro Question* de Sophia Belle será utilizado como um dos principais parâmetros e guias no intuito de compreender as críticas e colocações de Arendt a respeito da situação em questão.

Nesta seção serão analisados quatro aspectos argumentativos de RLR, os quais são também analisados por Sophia Belle em *Negro Question*, entre eles estão: 1. O peso e a responsabilidade da dessegregação foi passado voluntariamente dos adultos para as crianças negras? E até onde isso vem a ser um problema? 2. A "Questão Real", assim denominada por Arendt, como a busca dos negros por ascensão social através da educação, quando, ao invés disso, deveriam buscar "verdadeiros direitos políticos" 3. Arendt se contradiz ao escrever como os negros deveriam, segundo a filósofa, agir ante à perseguição sofrida (se esquivando dela) quando claramente, no que tange aos judeus, ela enfatiza a resistência? e 4. Por que no texto de Arendt uma mãe branca parece ter mais direito do que uma mãe negra?

Além desses questionamentos baseados na argumentação de Arendt, há uma questão mais urgente a ser tratada de imediato neste texto que é um ponto, no mínimo, interessante levantado por Danielle Allen e posteriormente por Sophia Belle: segundo Allen, em seu livro *Talking to Strangers: Anxieties of Citizenship since Brown v. Board of Education*, há, pelo menos, duas fotografias que saíram no *The New York Times* naquela data (5 de Setembro de 1957), jornal do qual Arendt se utiliza da foto para iniciar RLR. No entanto, a menina da foto que Arendt descreve, se chama Dorothy Counts, não Elizabeth Eckford (esta segunda menina é protagonista de outra foto igualmente perturbadora, mas em uma cena diferente da descrição de Arendt), a fotografia em que Counts está também não é em Little Rock, e sim em Charlotte, na Carolina do Norte.

Embora Arendt acreditasse estar escrevendo sobre a foto de Elizabeth Eckford em Little Rock, Arkansas, que apareceu na primeira página do New York Times em setembro, a foto que ela realmente descreve é a foto acompanhante de Dorothy Counts em Charlotte, Carolina do Norte. É a foto de Counts, não de Eckford, que inclui o "amigo branco de seu pai" a quem Arendt se refere. O erro de Arendt foi frequentemente adotado por outros com base em sua autoridade. (ALLEN, 2004, p. 197) (tradução nossa)⁵⁷

Sophia Belle reitera o erro de Arendt explicando sobre a semelhança entre ambas as meninas, protagonistas das fotos, isto é, a semelhança da situação em que se encontravam, claro, mas também semelhanças de idade, de raça, e da vestimenta "...e as jovens senhoritas estão usando vestidos com padrões semelhantes." (GINES, 2014, p. 16), fatores que poderiam ter sido responsáveis pela confusão de Arendt entre as fotografias e as informações correspondentes. No entanto, o erro da autora em si não se torna o ponto mais relevante desta análise, mas sim aquilo que foi inferido por ela a partir das imagens, e para o exame daquilo que foi escrito faz-se importante contextualizar a situação que se encontravam as duas meninas inseridas por Arendt, mesmo que sem querer, em seu texto, facilitando assim, algumas das respostas às inquirições realizadas pela autora em RLR. Primeiramente parece plausível iniciar com Dorothy Counts, a menina cuja descrição realizada por Arendt condiz com a fotografia.

A fotografia que Arendt descreveu apesar de extremamente explícita, não foi capaz de contar toda a história da situação, possibilitando especulações das mais variadas, como a autora mesma fez ao escrever:

A menina, obviamente, foi convocada a ser uma heroína – isto é, algo que nem o seu pai ausente, nem os igualmente ausentes representantes do NAACP (National Association for the Advancement of Colored People) se sentiram convocados a ser. (ARENDR, 2004, p. 271)

Arendt é enfática ao apontar qual aspecto da fotografia que descreve lhe incomoda: à primeira vista, a menina da foto estar desacompanhada de qualquer membro de sua família ou comunidade (NAACP), capaz de protegê-la ante a situação “humilhante”⁵⁸ a qual está sendo submetida. Para Arendt, a fotografia de Dorothy (que para ela é Elizabeth) nada mais é do que um reflexo da decisão de homens e mulheres negros adultos de passarem a responsabilidade da dessegregação de seus próprios ombros para os das crianças. No entanto, o que a foto não revela,

⁵⁷ Although Arendt thought she was writing about the photo of Elizabeth Eckford in Little Rock, Arkansas, that appeared on the front page of the New York Times on September, the photo that she actually describes was the accompanying photo of Dorothy Counts in Charlotte, North Carolina. It is the photo of Counts, not of Eckford, that includes the “white friend of her father” to whom Arendt refers. Arendt’s mistake has been frequently adopted by others on the basis of her authority. (ALLEN, 2004, p. 197)

⁵⁸ RLR, 2004, p. 262.

por se tratar apenas da captura de um instante enfrentado por Dorothy, é que a menina (a única estudante negra que havia sido autorizada a se integrar à Harding High School) foi conduzida à escola por seu pai, Dr. Herbert Counts (que buscava estacionar o carro devido à rua bloqueada) e seu amigo Dr. Edwin Thompkins⁵⁹, sendo este o “amigo branco” descrito por Arendt que acompanhava a menina. Primeiramente Arendt pressupõe que a menina estava sozinha em meio à turba de crianças e adolescentes brancos prestes à lincharem, sem a companhia de algum familiar ou mesmo da NAACP, em segundo lugar a autora pressupõe a cor de um dos amigos do pai de Dorothy que a acompanhava⁶⁰, fazendo parecer que até mesmo para proteção da menina foi necessária a presença de alguém branco para fazê-lo. Mesmo que Arendt não conseguisse identificar qualquer um desses fatos pela fotografia, havia um artigo que acompanhava as fotos no jornal, escrito por Clarence Dean denominado “School Integration Begins in Charlotte with Near-Rioting”, o qual informava sobre a condição do pai de Dorothy buscando encontrar um lugar para estacionar, assim como a presença de mais dois amigos de seu pai, quando ele retorna para buscá-la na escola. Em nenhum momento o artigo de Dean define a cor do Dr. Thompkins, antes, informa a cor de um desses dois amigos que se juntaram ao Dr. Counts para buscar Dorothy, o Dr. R. A. Hawkins, dentista local, ativista da NAACP, que é definido como dentista negro tanto no artigo quanto na legenda do jornal. No artigo também é acrescentada a informação de que mais dois adolescentes negros haviam sido integrados à outras escolas em Charlotte, ambos acompanhados por seus pais⁶¹. Por fim, a perspectiva pela qual Arendt enxerga Dorothy parece ser também equivocada, dando a impressão de que Dorothy se sentia extremamente humilhada e coagida a estar ali:

[...] a face dando um testemunho eloquente do fato óbvio de que ela não estava precisamente feliz. [...] A minha primeira pergunta foi: o que eu faria, se fosse uma mãe negra? Resposta: em nenhuma circunstância exporia meu filho a condições que dariam a impressão de querer forçar a sua entrada num grupo em que não era desejado. (ARENDR, 2004, P. 261)

No entanto, mais tarde, Dorothy lembrou a situação com o jornalista Tommy Tomilson:

"As pessoas perguntam: 'Como você deixou alguém cuspir em você? Como todas aquelas pessoas disseram essas coisas?' Eu sempre digo, se você olhar para a fotografia da maneira certa, você verá o que eu vejo. O que vejo é que todas aquelas pessoas estão atrás de mim. Elas não tiveram coragem de chegar

⁵⁹ Hannah Arendt and The Negro Question, 2014, p. 17.

⁶⁰ Dr. Thompkins era um homem negro e não branco. Ibidem, p. 18.

⁶¹ Ibidem, p. 18.

na minha cara." (TOMILSON, 2007 *apud* GINES, 2014, p. 18) (tradução nossa)⁶²

A menina, não pareceu se sentir impelida a “se tornar uma heroína”⁶³, como Arendt escreveu em RLR, apesar de ter se comportado com grande dignidade e honradez, sem revidar as agressões verbais e físicas. Dorothy, na entrevista para Tomilson, não pareceu se sentir humilhada como a autora também escreveu em seu livro, ao citar que a decisão da Suprema Corte teve um papel proeminente na humilhação, mesmo que involuntária, das crianças negras.⁶⁴ Dorothy parece mais preocupada com a situação daqueles que tentaram humilhá-la, quase que com certa pena do estado em que se encontravam, do que olhar para si mesma com algum tipo de autocomiseração, contrariando mais uma vez a análise que Arendt fez da situação.

Apesar de Arendt não ter tratado sobre Elizabeth Eckford em seu texto, apenas ter utilizado seu nome e localização, esta outra menina negra, de também quinze anos, passa a ser objeto de análise neste texto para averiguação do que de fato ocorreu no dia da integração em que a foto foi tirada. Elizabeth, era de fato a menina que estava sozinha em meio à integração. No entanto, não haver alguém a acompanhando, foi na verdade, um equívoco de organização.

Elizabeth, juntamente com oito crianças conseguiram a autorização em Little Rock para frequentar escolas anteriormente frequentadas apenas por estudantes brancos. Membros da NAACP juntamente com os seus pais estavam se organizando para acompanhar seus filhos no primeiro dia da integração, mas foram orientados pelo superintendente escolar que talvez essa atitude dificultaria a proteção das crianças caso houvesse algum tumulto, que de fato houve. Apesar da orientação, Daisy Bates, presidente da NAACP em Arkansas, pediu ao reverendo Dunbar Ogden que ele e outros ministros acompanhassem as crianças, no entanto, Ogden reportou que os ministros que eram brancos, assim como ele mesmo, haviam ficado receosos de acompanhar as crianças até a escola, por isso apenas Ogden, seu filho de 21 anos, assim como mais um ministro branco e dois negros combinaram de acompanhar os nove estudantes. Deste modo, Bates telefonou para informar o plano em que os estudantes iriam se encontrar com os ministros e ser acompanhados por eles, mas, a família de Eckford que não tinha telefone,

⁶² People say, How did you let somebody spit on you? How did all those people say those things? I always say, if you look at the picture the right way, you see what I see. What I see is that all of those people are behind me. They did not have the courage to get up in my face. (TOMILSON, 2007 *apud* GINES, 2014, p. 18)

⁶³ Título do primeiro capítulo de RLR

⁶⁴ RLR, 2004, p. 262

acabou não sendo informada de como proceder no dia seguinte. Assim, Elizabeth acabou enfrentando sozinha jovens brancos enfurecidos com sua tentativa de fazer valer seu direito, ao chegar à Central High School, a menina não encontrou apenas pais e estudantes revoltados com a sua “audácia”, mas se deparou com a Guarda Nacional do Arkansas, enviada pelo governador não para protegê-la, mas para impedi-la de entrar. A menina então se dirige ao ponto de ônibus para fugir.

O caso de Elizabeth, poderia ter encaixado na descrição de Arendt sobre o enfrentamento solitário da questão da dessegregação, no entanto, ainda assim, a autora estaria errada, já que a família e a comunidade de Elizabeth estavam, sim, dispostas a lhe prestar o suporte necessário para enfrentar essas circunstâncias. A autora estava errada quanto à Dorothy e estaria errada quanto à Elizabeth, apontando a negligência dos pais e da NAACP quanto às crianças, passando para elas o peso de uma responsabilidade que não as cabia e sim aos adultos. Arendt pareceu se recusar a compreender aquilo que, literalmente, estava bem à sua frente⁶⁵, enquanto aplicava seus próprios conceitos e hipóteses do que havia acontecido e das verdadeiras intenções dos pais dessas crianças.

Em resposta à Arendt e suas colocações a respeito do posicionamento ou, neste caso, da falta de posicionamento dos adultos negros, Ralph Ellison, autor de *Homem Invisível* (1952) escreve:

Arendt "não tem absolutamente nenhuma concepção do que se passa na mente dos pais negros quando eles mandam seus filhos atravessarem aquelas filas de pessoas hostis. No entanto, eles estão cientes dos tons hostis de um rito de iniciação que tais eventos realmente constituem para a criança, um confronto com os terrores da vida social com todos os mistérios desvendados." Para Ellison, tal iniciação é necessária para a juventude negra porque o racismo não é reservado aos adultos. (ELLISON, p. 344 *apud* GINES, 2014)⁶⁶

Ellison escreve sobre a ideia de um rito de passagem que deve ser vivido por todo jovem negro no intuito de prepará-lo para vida, já que o racismo não escolhe idade, escolhe cor. O

⁶⁵ Como o artigo de Dean que estava abaixo das fotos de Dorothy e Elizabeth.

⁶⁶ Has absolutely no conception of what goes on in the minds of Negro parents when they send their kids through those lines of hostile people. Yet they are aware of the hostile overtones of a rite of initiation which such events actually constitute for the child, a confrontation of the terrors of social life with all the mysteries stripped away. [...] And in the outlook of many of these parents (who wish that the problem didn't exist), the child is expected to face the terror and contain his fear and anger precisely because he is a Negro American. Thus, he is required to master the inner tensions created by his racial situation, and if he gets hurt—then his is one more sacrifice. It is a harsh requirement, but if he fails the basic test, his life will be even harsher. (ELLISON, p. 344 *apud* GINES, 2014)

autor, quase que educando Arendt, lhe mostra que aquilo que Arendt de certo modo denomina como covardia, é sacrifício e coragem: é preciso coragem para permitir que um filho seu seja exposto a sentimentos totalmente contrários e adversos àqueles que normalmente ele encontra em casa; é preciso muita coragem para entender que a responsabilidade de colher os despojos de uma vitória (no caso judicial) foi outorgada a seus filhos e se eles não o fizerem, ninguém mais o fará, mesmo sabendo do perigo que eles podem correr; a vitória de um é a vitória de todos, e Arendt não parece ser capaz de compreender isso. Ellison escreveu na crítica, não apenas sobre a infeliz necessidade (que nenhum pai gostaria) que filhos afroamericanos têm de aprender a lidar com o racismo, entendendo o quanto ele se faz comum na sociedade que vivem, mas como também devem proceder ante a uma situação de racismo, buscando o autocontrole no que tange ao medo, à raiva, à autoimagem, precisamente o modo como Dorothy e Elizabeth agiram. É fundamental frisar que Ellison não normalizou o racismo ao escrever sobre o quão prosaico praticá-lo havia se tornado na sociedade estadunidense, assim como, não parecia ser a principal intenção dos pais afroamericanos submeter seus filhos às situações de racismo apenas para que eles se acostumassem com algo que se tornaria recorrente em suas vidas. Seria no mínimo contraditório que este ato dos pais fosse *per se*; soa muito mais como uma forma de resistência, em que os pais ensinavam aos seus filhos o que significava ocupar um espaço que lhes pertencia por direito, apesar das dezenas de adultos e crianças gritando o contrário, apesar da Guarda Nacional impedir o cumprimento da lei e apesar de pessoas como Hazel Bryan⁶⁷ destilando todo seu ódio racista. Para Hannah Arendt, a humilhação e o incômodo causados pela situação vivenciada por estudantes negros deveriam ser suficientes para que seus pais julgassem imprudente a integração escolar imediata, desistindo dela, por hora. No entanto, o que Ellison buscou salientar é que o objetivo (da integração escolar), não apenas dos pais desses estudantes, mas de toda a comunidade negra, que lutou por aquele direito, superava a perda de orgulho de “não ser desejado”⁶⁸, argumentando contrariamente à afirmação da autora a respeito da real intenção dos pais e da NAACP ao “forçar” uma integração escolar.

A questão real é a igualdade perante as leis do país, e a igualdade é violada pelas leis da segregação, isto é, por leis que impõem a segregação, e não por costumes sociais e maneiras de educar as crianças. Se fosse apenas uma questão de educação igualmente boa para os meus filhos, um esforço para lhes conceder igualdade de oportunidades, por que não me pediram que lutasse pelo melhoramento das escolas para crianças negras e pelo estabelecimento

⁶⁷ Em uma das fotos tiradas de Elizabeth em 5 de setembro, atrás dela estava Hazel Bryan, uma aluna da escola Harding High School em Charlotte, que foi registrada com seu rosto vociferando insultos. Logo, Bryan se tornou um símbolo da segregação no Sul.

⁶⁸ RLR, 2004, p.261

imediatamente de classes especiais para aquelas crianças cujo histórico escolar as torna aceitáveis nas escolas de brancos? (ARENDR, 2004, p. 262)

Para Arendt havia um objetivo tácito entre a comunidade negra, no que concerne às integrações das escolas: a inserção social dos negros. A autora entende que o real motivo da luta por uma educação de qualidade faria com que os afroamericanos lutassem para que isso ocorresse em suas próprias escolas, igualando-as ao nível educacional dos brancos. Outro motivo levantado por Arendt para afirmar que há uma tentativa dos negros de serem inseridos na sociedade (branca) está na apatia pela luta por direitos, considerados por ela, mais básicos e essenciais, como o casamento, ou o voto.

Em vez de ser convocada a travar uma batalha bem definida pelos meus direitos indiscutíveis – o meu direito de votar e ser protegida no ato de votar, de casar com quem eu quiser e ser protegida no meu casamento (embora é claro, não nas tentativas de alguém se tornar cunhado de outro), ou o meu direito de ter oportunidades iguais –, eu sentia que havia me envolvido num caso de ascensão social... (ARENDR, 2004, p. 262)

Arendt apresenta, tanto o problema das escolas, como as péssimas condições que se encontravam os negros como cidadãos (sem a possibilidade de votar, se candidatar, casar-se com quem bem desejasse) como um problema exclusivo da comunidade negra, como se ela levasse estivesse fazendo jus ao lema das Leis Jim Crow “Separados, mas iguais”, incentivando os afroamericanos a exigir os direitos que lhe tornassem “iguais” aos brancos, mas ainda segregados.

É do conhecimento de todos que os locais de férias neste país são frequentemente “restritos” segundo a origem étnica. Há muitas pessoas que se opõem a essa prática; ainda assim, é apenas uma extensão do direito da livre associação. Se como judia desejo passar as minhas férias apenas na companhia de judeus, não vejo como alguém pode de maneira convincente me impedir de satisfazer a minha vontade; assim como não vejo razão para que outros locais de férias não atendam a uma clientela que não deseja ver judeus nas férias. (ARENDR, 2004, p. 274)

A autora não parece se importar com a segregação em si, contanto que os direitos políticos (aqueles que ela define como políticos), além dos direitos naturais e básicos de todos (brancos e pretos) estejam resguardados. Arendt deixa claro a necessidade de se alcançar os direitos básicos dos afroamericanos e a importância que isso ocorra, de fato, não vendo problema que isso se efetive em solo ainda segregado. No entanto, seu principal incômodo não está na supressão desses direitos, ou naquilo que deve ser feito para que sejam alcançados, mas no que ela considera ser uma tentativa interesseira e arrivista dos pais que submeteram os seus filhos às humilhações sociais, buscando ascender socialmente. Era inconcebível para Arendt que homens e mulheres estivessem submetendo seus filhos a tamanha humilhação, os

colocando voluntariamente em uma posição vulnerável para buscarem ser aceitos pela sociedade, assim como ocorreu com os judeus na Europa.

Na biografia que Arendt escreve sobre Rahel Varnhagen, a autora descreve as diversas formas pelas quais os judeus buscaram serem assimilados à sociedade europeia no fim do século XIX e início do XX, fracassando na maior parte do tempo; entre os modos principais de ascenderem socialmente estavam: batismo, casamento e educação. Ao se deparar com a insistência dos afroamericanos em conseguirem a integração escolar, Arendt remete esta atitude à mesma tentativa, realizada pelos judeus na Europa, de buscarem uma ascensão a qualquer preço, mesmo ao custo de seus direitos políticos.

Como citado no capítulo anterior, a integração social judia não foi bem-sucedida, especialmente aquela realizada por meio da educação, isso porque, a sociedade europeia exigia uma destituição quase total de quem os judeus eram (de sua identidade judaizada) para que estes fossem assimilados, simultaneamente demandando que determinados resquícios de sua judaicidade se mostrassem, tornando muito árduo o ser e não ser judeu. Arendt, calejada de ter testemunhado esse ciclo vicioso e infrutífero acontecendo, além de repudiar as patéticas tentativas de inserção social judaica, analisou a situação negra com os mesmos olhos, concluindo o mesmo fim, isto é, o fracasso dos afroamericanos. No entanto, a autora, parecia tão certa de suas convicções a respeito da situação em que os negros haviam se colocado, que não analisou alguns pontos que poderiam lhe ampliar a perspectiva a respeito de toda a situação sobre a integração. Entre os aspectos que Arendt poderia ter observado estava de que apesar da decisão *Brown vs. Board* a esmagadora maioria das famílias negras não enviaram seus filhos para a integração escolar de imediato. Pelo contrário, como foi visto, apenas nove estudantes foram aceitos na escola em que Elizabeth Eckford estudava (tendo apenas três se formado lá)⁶⁹, enquanto que apenas Dorothy Counts foi autorizada a seguir com o processo de integração, tendo os seus pais a retirado da escola pouco tempo depois.

Dr. Counts explicou: “Ao matricular Dorothy na Harding High School, buscamos para ela a melhor experiência educacional que esta escola pública poderia oferecer a um jovem americano...Nem é preciso dizer que lamentamos a necessidade que torna a retirada conveniente.”³⁰ A declaração do Dr. Counts não menciona nenhum desejo de se assimilar, se associar a brancos ou alcançar mobilidade social ascendente. No entanto, ele descreve a matrícula

⁶⁹ Hannah Arendt and *The Negro Question*, 2014, p. 21

da filha na Harding High School como um esforço para "desfrutar da plena cidadania". (GINES, 2014, p. 21) (tradução nossa)⁷⁰

É interessante notar como Arendt parece fechar os olhos para algumas evidências que poderiam fazê-la dar um rumo diferente para sua argumentação, além de soar contraditória em algumas análises⁷¹. Apesar da autora imaginar que nenhum negro assumiria publicamente o intuito de mobilidade social através dos filhos, a fala do Dr. Counts apontava mais para uma busca por cidadania do que uma intenção de ascensão na sociedade branca. Além disso, sua atitude de retirar sua filha da escola não faria jus ao seu plano oportunista de adentrar à sociedade e ser reconhecido forçosamente por aqueles que não o queriam fazê-lo. Outro ponto a ser destacado é sobre Arendt considerar o casar-se com quem quiser um direito mais essencial que a educação igualitária, para ela, tratava-se de um direito da vida privada do indivíduo, o qual o governo não teria o direito de interferir. No entanto, se Arendt examinou a situação com a ótica da situação dos judeus e suas tentativas de adentrar à sociedade europeia, vale lembrar que além da educação, um segundo modo de ascensão social era por meio do casamento. Assim, por que para a autora a educação seria oportunismo por parte dos negros enquanto o casar-se com um (a) branco (a) (veementemente defendido por ela) não? Se analisado, ambos seriam modos de se inserir em um âmbito social, sendo o casamento um meio ainda mais controverso e menos digno do que a educação.

Ao ignorar alguns desses fatos, Arendt ignora também o conceito de “mentalidade alargada”, cunhado por Kant, mas desenvolvido também pela autora em suas *Lições sobre a Filosofia Política de Kant*, em que a autora ensinou sobre a necessidade da alteridade para que os Direitos Humanos sejam de fato efetivos: “pensar com a mentalidade alargada significa treinar a própria imaginação para sair em visita” (ARENDRT, 1994, p. 57). Esta visita a qual Arendt refere-se, consiste no tomar conhecimento do outro, de suas perspectivas e ideais, permitindo a ampliação do próprio pensamento. A autora renega seu próprio conselho sobre

⁷⁰ And in Charlotte, Dorothy Counts withdrew from Harding after the windshield to her brother’s car got shattered when he picked her up from school one day. In a public statement Dr. Counts explained, “In enrolling Dorothy at Harding High School, we sought for her the highest educational experience that this tax supported school had to offer a young American. . . . Needless to say we regret the necessity which makes the withdrawal expedient.” Dr. Counts’s statement makes no mention of a desire to assimilate, to associate with white people, or to achieve upward social mobility. He does, however, describe enrolling his daughter at Harding High School as an effort to “enjoy full citizenship.” (GINES, 2014, p. 21)

⁷¹ Como a ideia de pensamento alargado, de certo modo negada por ela ao analisar a questão das escolas.

pluralidade e a essência deste conceito dentro da política (mesmo que para ela a questão da educação não estivesse no âmbito político), pois consiste em respeitar as diferenças e permitir-se enxergar por uma nova perspectiva, a do outro, permitindo o florescimento das diferenças. Arendt não percebe que ao escrever como se já compreendesse o todo da situação vivenciada pelos afroamericanos em meio à integração escolar, isto é, ao especular e afirmar as intenções duvidosas e negligentes dos pais negros para com seus filhos, a autora presume estar ciente do que é ser uma pessoa negra, melhor dizendo “uma mãe negra” em meio a este processo. Entre outros pontos, o que parece fugir de Arendt é que ser negro não consiste em o ser em apenas naquela circunstância de decisão da Suprema Corte, ser negro representa anos de escravidão em um país que após a independência convenientemente abrangeu o manto da igualdade na Constituição apenas os brancos⁷². Representa viver em um país que em parte apoia a segregação e o aviltamento institucional e em parte o apoia pela condescendência silenciosa, representa viver em um país que os linchamentos, a falta de direitos básicos (políticos, civis e jurídicos) são comuns devido à cor da sua pele; representa que um filho seu pode ser insultado, caluniado e agredido por simplesmente obedecer a uma ordem judicial e se apropriar de um direito que lhe pertence. Ao não levar em conta qualquer desses aspectos, Arendt se limita em sua própria capacidade de julgar, não se permitindo qualquer representação de juízos políticos que conduzem a um entendimento do outro.

Ainda a respeito das análises realizadas pela autora sobre a condição dos afroamericanos em meio à integração nas escolas, percebe-se um movimento argumentativo contrário realizado por ela: enquanto durante grande parte de RLR a autora compara, tacitamente, as atitudes dos negros a dos judeus arrivistas, logo no início desse texto a autora não aplicou a mesma medida para julgar as atitudes dos pais afroamericanos. “Se eu fosse uma mãe negra no Sul, sentiria que a decisão da Suprema Corte, involuntária, mas inevitavelmente, colocara o meu filho numa posição mais humilhante do que aquela em que ele se encontrava antes.” (RLR, 2004, p. 262). Arendt parece se utilizar de medidas distintas para julgar uma situação muito similar de preconceito e racismo, isto é, aquela sofrida não só por ela, mas por todos os judeus na Europa, durante o século XX, e o racismo sofrido pelos afroamericanos após a decisão da Suprema Corte. Em uma entrevista com Günter Gaus, em 1964, na Alemanha, Arendt salientou o

⁷² Arendt estava ciente dessa escolha dos pais fundadores na Revolução Americana, pois em seu livro *Sobre a Revolução*, ela descreve a escolha de manter a escravidão dos negros apesar da Independência, além de denominar este ato de igualdade presente no primeiro artigo da Constituição, consistindo para a autora em um ato de sacrifício pela união do país.

antisemitismo sofrido por todas as crianças judias, e como sua mãe, Martha Arendt, a ensinou a se defender de tais ataques:

Veja, todas as crianças judias encontraram anti-semitismo. E isso envenenou a alma de muitas crianças. A diferença para nós era que minha mãe sempre insistiu que nunca nos humilhássemos. Que é preciso se defender! Quando meus professores faziam comentários anti-semitas... eu era instruída a me levantar imediatamente, sair da aula, ir para casa e relatar tudo. Então, minha mãe escrevia uma de suas muitas cartas registradas, e com isso, meu envolvimento no caso terminava completamente... Mas se tais comentários fossem feitos por crianças, eu não tinha permissão de reportar em casa. Isso não contava. Seja o que for que as crianças digam, a gente pode responder sozinha. Dessa forma, essas coisas nunca foram um problema para mim. Existiam regras de comportamento pelas quais minha dignidade era, por assim dizer, protegida, absolutamente protegida, em casa. (ARENDDT, 2001 *apud* GINES, 2014, p. 19)⁷³

Sophie Belle, ao comentar este trecho da entrevista em sua crítica à RLR⁷⁴, levanta um questionamento fundamental a respeito da atitude da mãe de Arendt e das mães e pais negros que enviaram seus filhos às escolas, parafraseando-a: inicialmente ela aponta para a atitude que sua filha deveria ter caso algum adulto na escola se portasse, seja com ações ou palavras de modo antissemita, ela deveria sair do local em que sofreu o preconceito e ir direto para casa, reportando o acontecido à sua mãe, que assumia dali. No entanto, Arendt não era instruída a reportar atos antissemitas de seus colegas à sua mãe, antes, ela mesma deveria resolver a situação sozinha, aprendendo, assim, a se proteger. A autora não considerou que os pais negros estivessem fazendo o mesmo que sua mãe fez consigo, com seus filhos, permitindo que enfretassem as suas próprias batalhas para aprenderem a se defender, afinal, a escola seria um lugar onde a maioria das ofensas viria de outro igual (uma criança) e não de um adulto. Portanto, Arendt se colocou a favor da autodefesa das crianças judias, alegando dignidade, porém quando se trata das crianças negras, estar em um lugar em que não se é desejado se trata de humilhação e da sujeição do orgulho próprio à alguma forma de degradação social.

Parte do problema aqui é a supersimplificação de Arendt da comunidade negra em relação à questão da integração escolar. [...] Arendt não reconhece que há

⁷³ You see, all Jewish children encountered anti-Semitism. And it poisoned the souls of many children. The difference with us was that my mother always insisted that we never humble ourselves. That one must defend oneself! When my teachers made anti-Semitic remarks . . . I was instructed to stand up immediately, to leave the class and to go home, and to report everything. Then my mother would write one of her many certified letters, and with that, my involvement in the affair ended completely. . . . But if such remarks were made by children, I was not allowed to report it at home. This did not count. Whatever is said by children, one can respond to oneself. In this way, these things have never been a problem for me. There existed rules of behavior by which my dignity was, so to speak, protected, absolutely protected, at home. (ARENDDT, 2001 *apud* GINES, 2014, p. 19)

⁷⁴ *Hannah Arendt and The Negro Question, 2014*

a causa da superioridade numérica da maioria, a falta de razão entre as crianças e o fato de elas não poderem fugir do mundo das crianças porque o mundo adulto lhes é vedado. (GINES, 2001, p. 19-20) (tradução nossa)⁷⁵

Como bem escreveu Belle (Gines), Arendt simplificou a questão da comunidade negra, como se todos pensassem e agissem como um corpo homogêneo, sem considerar a singularidade deste povo e dessa situação, em um momento insinuando uma comparação com os judeus párias, e em outro sem perceber a semelhança das situações de racismo e preconceito sofridos pelas duas comunidades (afroamericana e judia). Outro momento em RLR que a autora acaba cometendo o mesmo erro de contradição e falta perspectiva está no seguinte trecho:

Em vez de ser convocada a travar uma batalha bem definida pelos meus direitos indiscutíveis – o meu direito de votar e ser protegida no ato de votar, de casar com quem eu quiser e ser protegida no meu casamento (embora é claro, não nas tentativas de alguém se tornar cunhado de outro), ou o meu direito de ter oportunidades iguais – eu sentiria que havia me envolvido num caso de ascensão social; [...] e se escolhesse esse caminho de melhorar a minha situação eu certamente preferiria fazê-lo sozinha, sem ajuda de agências governamentais. (ARENDRT, 2004, p. 262, grifos nossos).

Uma das críticas mais persistentes da autora, a respeito do modo como os judeus agiram ante a onda do antissemitismo político que viera sobre eles, consiste na ação individual, isto é, os judeus que ansiavam por ascensão social (párias) buscavam por uma assimilação individual, sem visar o benefício da comunidade judia, preferindo as regalias sociais aos direitos políticos. Este trecho em destaque, em que Arendt afirma ser melhor agir sozinha, no que diz respeito à busca de direitos, contradiz sua crítica à passividade dos judeus quanto aos seus próprios direitos políticos, além de enfatizar a individualidade⁷⁶ com que a assimilação foi perseguida pelos párias judeus. A autora teceu uma crítica consistente a respeito da individualidade política que assolou grande parte dos judeus, ao buscarem ser assimilados abdicando de si mesmos e agarrando-se à cultura e educação que os permitiria tornarem-se mais ocidentalizados e menos judaizados. No entanto, o impacto de agirem sozinhos, isto é, sem a noção de pertencimento à uma comunidade, ou mesmo a noção da importância de ser cidadão (pertencimento ao Estado), fez com que os judeus se tornassem alvos fáceis para uma política de Estado genocida, já que eles não se encontravam nem unido e nem com direitos. Ao se referir aos negros, Arendt,

⁷⁵ Part of the problem here is Arendt's oversimplification of the Black community concerning the issue of school integration. [...] Arendt does not acknowledge that there cause of the numerical superiority of the majority, the lack of reason among children, and the fact that they cannot flee the world of children because the adult world is barred to them (GINES, 2001, p. 19-20)

⁷⁶ EJ, 1938, p. 217-218

enfatizou ser melhor agir sozinha (caso ela mesma fosse uma mãe negra) do que se apoiar em qualquer ajuda que o Estado possa oferecer, interferindo assim, em sua própria argumentação direcionada aos judeus que se encontravam (inicialmente) em situação muito parecida. A autora ainda, escreveu sobre a primazia que outros direitos deveriam ter ante à educação integrada, elencando-os hierarquicamente, como se a escolha de institucionalização desses direitos fosse facilitada à comunidade negra. A autora critica duramente a escolha dos judeus por uma ascensão social ao invés de seus direitos políticos, no entanto, não se pode deixar de imaginar, caso os judeus tivessem optado por seus direitos políticos, e entre eles alguma questão educacional estivesse envolvida, se Arendt se oporia a essa primeira conquista, como fez com os afroamericanos. O exercício de conjectura⁷⁷ a esse respeito não é nada mais do que uma tentativa de expor a semelhança inegável de ambos os grupos (negros e judeus) no que tange à alienação de direitos básicos e ao racismo social que lhes foi infringido, permitindo enxergar o modo como Arendt se utiliza de dois pesos e duas medidas para algumas análises semelhantes.

Em RLR, a autora não parece julgar erroneamente apenas os afroamericanos à semelhança dos judeus párias, mas novamente coloca em primazia os direitos de pais brancos em detrimento dos pais negros, ela escreveu:

A minha segunda pergunta foi: o que eu faria, se fosse uma mãe branca no Sul? Novamente tentaria impedir que meu filho fosse arrastado para uma batalha política no pátio da escola. Além disso, sentiria ser necessário o meu consentimento para quaisquer mudanças drásticas, não importando qual fosse a minha opinião a esse respeito. (ARENDR, 2004, p. 263)

Em seu livro, *Belle*, cita esta passagem de Arendt, como uma tentativa de a autora justificar o racismo dos brancos em seu direito privado a escolha da criação de seus filhos⁷⁸, enquanto os negros estariam em segundo plano requerendo seus direitos às oportunidades educacionais para seus filhos. Arendt defende a escolha dos pais brancos à segregação sem considerar a escolha dos pais negros à integração, além de não perceber a incoerência de defender a livre associação apenas à raça branca, enquanto este direito estaria restrito aos negros:

⁷⁷ A conjectura a respeito da mudança da História (onde os judeus teriam escolhido a emancipação ao invés da assimilação) é apenas uma ferramenta para facilitar a compreensão das semelhanças entre as circunstâncias apresentadas, e trata-se apenas de um exemplo fictício, pois sabe-se que, para Arendt, a questão da educação não se encontrava do âmbito político, mas sim do social, por isso não poderia ser tratado como tal.

⁷⁸ *Hannah Arendt and The Negro Question*, 2014, p.25

Forçar os pais a mandarem os filhos para uma escola integrada contra a sua vontade significa privá-los de direitos que claramente lhes pertencem em todas as sociedades livres – o direito privado sobre seus filhos e o direito social à livre associação. (ARENDRT, 2004, p. 280)

Outro aspecto levantado por Belle, consiste na defesa que Arendt apresenta das crianças brancas pobres que seriam obrigadas a estudar em uma escola integrada, podendo gerar assim, além de uma defasagem escolar, a infração dos direitos de seus pais em não querer que seus filhos estudem em uma escola integrada, mas se verem obrigados a tal ação. Este argumento da autora, segundo Belle, é capaz de enxergar certa injustiça com as crianças brancas pobres, mas é incapaz de abranger a situação que as crianças negras, em sua maioria pobres, também estavam ao terem oportunidades educacionais negadas.

Arendt não parece considerar os direitos dos pais e alunos negros como comparativamente importantes aos dos pais e alunos brancos. Ela se posiciona contra esforços de desegregação forçada ou legalizada, exceto em circunstâncias extremas ou raras. Em resposta às críticas, Arendt dá um exemplo de tal circunstância. Ela insiste que se fosse uma mãe branca e pensasse que "o Sul poderia ser materialmente ajudado por educação integrada, eu tentaria... organizar uma nova escola para crianças brancas e coloridas" (Resposta 180). Se a escola tivesse pais e alunos consententes, e os cidadãos do sul ainda se organizassem para conseguir que o estado interferisse na abertura e funcionamento da escola, então "esse seria o momento preciso em que, na minha opinião, o governo federal deveria ser chamado a intervir. Pois aqui teríamos novamente um claro caso de segregação imposta por autoridade governamental". (GINES, 2014, p. 25-26) (tradução nossa)⁷⁹

Belle também pontuou o fato de Arendt comentar sobre a intervenção do governo federal apenas quando ambos os lados (pais brancos e pais negros) estivessem satisfeitos com a ideia de integração escolar, e os cidadãos do sul viessem a intervir nesta decisão apelando ao governo estadual. Aí sim, segundo ela, seria um caso de segregação que o governo federal deveria intervir. No entanto, a autora não faz qualquer menção a respeito do caso de Little Rock, em que o governo escolar, juntamente com o prefeito obedeceram a decisão judicial de integração escolar, enquanto o governador de Arkansas enviou a força policial do estado para

⁷⁹ Arendt does not seem to consider Black parents' and students' rights as comparably important to those of white parents and students. She takes a stand against efforts at forced or legalized desegregation except in extreme or rare circumstances. In her response to critics, Arendt gives an example of such a circumstance. She insists that if she were a white mother and thought "the South could be materially helped by integrated education, I would try ... to organize a new school for white and colored children". If the school had consenting parents and children, and southern citizens still organized to get the state to interfere in the opening and functioning of the school, then "this would be the precise moment when, in my opinion, the federal government should be called upon to intervene. For here we would have again a clear case of segregation enforced by governmental authority". (GINES, 2014, p. 25-26)

impedir o cumprimento da ordem federal. Ou seja, mais uma vez a autora está defendendo o direito dos brancos (aqueles que apelaram ao governador) frente ao direito dos negros que apoiaram a decisão da prefeitura e dos conselhos escolares; David Spitz disse em seu texto de crítica à Arendt: "noção superficial de federalismo [...] que alegraria o coração de John C. Calhoun" (SPITZ, *Politics and the Realm of Being*, 1959, p. 58 *apud* GINES, 2014, p. 26) (tradução nossa) A atitude de Arendt aparentava mais uma conveniência na interferência do governo federal, do que uma real preocupação com o federalismo e a autonomia dos estados.

Por fim, um último trecho de RLR feito pela autora, chama a atenção: “Será difícil para os jovens brancos, ou pelo menos para aqueles no grupo que superarem a sua presente brutalidade, esquecer essa fotografia que expõe tão impiedosamente a sua delinquência juvenil.” (ARENDR, 2004, p. 271) Arendt escreveu isso ao se referir à fotografia de Dorothy Counts, a quem ela apelidou de Elizabeth. Na foto, como Arendt mesmo escreveu, no início de RLR, se trata de uma menina negra com uma expressão nada feliz sendo perseguida por uma turba de crianças brancas. A outra foto, publicada juntamente a esta, no mesmo jornal, é de Elizabeth Eckford impedida de entrar na escola pela Guarda Nacional do Arkansas. No entanto, há outras fotos tiradas nestas mesmas circunstâncias e, entre elas, uma segunda foto de Eckford que se popularizou nos EUA e no mundo. Esta foto⁸⁰, também tem a figura de uma menina negra sendo perseguida por uma turba de crianças brancas enfurecidas, mas uma em especial Hazel Bryan. Bryan também era uma estudante da escola em que Eckford havia sido matriculada e devido à integração escolar seus pais a tiraram da Central High School e a matricularam em uma escola rural mais próxima de sua casa. No entanto, um ano depois a jovem desistiu dos estudos para se casar um ano depois. Com a onda de movimentos pelos direitos civis, Hazel, se percebeu do lado errado dessa luta racial, e ao assistir um dos líderes desses movimentos, especificamente Martin Luther King, se tornou uma ativista dos direitos civis dos negros, não muito engajada, mas o suficiente para ligar para Eckford para se desculpar pelo ocorrido. Por sua vez Elizabeth, terminou colégio, frequentou algumas faculdades até ingressar no Exército e por fim retornou a Little Rock, sendo sustentada por cheques de invalidez, convivendo com os traumas da discriminação e a depressão durante esse tempo. No 40º aniversário da integração das escolas em Little Rock, o presidente Bill Clinton quis fazer uma grande comemoração. Assim, ambas as mulheres foram convidadas para serem fotografadas juntas pelo mesmo fotógrafo, Will Counts, que havia tirado a primeira foto delas

⁸⁰ O livro *Talking to Strangers* de Danielle Allen tem como base de escrita esta foto de Elizabeth Eckford, a qual se popularizou mundo afora.

juntas em situação muito díspares. Após aceitarem, a foto de Eckford e Bryan juntas claramente repercutiu bem menos que sua primeira foto, mas foi o suficiente para uma boa propaganda de igualdade no governo de Clinton, com pôsteres que diziam: "A verdadeira reconciliação só pode ocorrer quando reconhecemos honestamente nosso passado doloroso, mas compartilhado"⁸¹.

A tentativa de unir Elizabeth e Hazel salientando, assim, o valor do perdão e da superação, obviamente possui o seu valor. No entanto, insinuar um compartilhamento de situações como se ambas tivessem vivido as mesmas dificuldades no passado, como parece indicar a frase, é no mínimo estupidez. Infelizmente, a frase salientada de Arendt, em que ela aponta para a dificuldade que os jovens brancos poderiam vir a enfrentar ao verem estampada no jornal sua "delinquência juvenil", segue a mesma linha da frase do pôster. Há uma tentativa de não apenas igualar os sofrimentos entre brancos que oprimiram e negros que foram oprimidos, desconsiderando a inegável trajetória dicotômica que ambos trilharam. Mas Arendt vai além, pois coloca o sofrimento do algoz branco (ao perceber seu mau comportamento) acima do sofrimento infligido aos afroamericanos, como se de algum modo, o opressor ao cair em si, se martirizasse, padecendo mais do que toda aflição e exploração gerada por ele. Neste trecho, Arendt demonstrou se importar mais, não apenas com a esfera privada dos cidadãos brancos, com seus direitos políticos e civis, como também com o sofrimento que eles pudessem vir a sentir, em contraposição ao sofrimento há séculos sofrido pelos afroamericanos.

2.11. O social e o político em Hannah Arendt

A segregação é a discriminação imposta pela lei, e a dessegregação não pode fazer mais do que abolir as leis que impõem a discriminação; não pode abolir a discriminação e forçar a igualdade sobre a sociedade, mas pode e na verdade deve impor a igualdade dentro do corpo político. (ARENDDT, 2004, p. 272)

Entre as questões que levaram Arendt a examinar e tirar suas próprias conclusões a respeito da situação dos afro-americanos em meio à integração escolar, está uma que manteve seu posicionamento em grande parte do discurso sobre o comportamento dos pais negros em relação aos seus filhos, a ideia de que a educação não é um problema político, mas apenas uma questão social, isto, é, inerente apenas à sociedade e àqueles que a compunham. No entanto,

⁸¹Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Faventurasnahistoria.uol.com.br%2Fnoticias%2Freportagem%2Fhistoria-por-tras-da-mais-famosa-foto-da-luta-pelos-direitos-civis-dos-negros-nos-eua.phtml&psig=AOvVaw2F-coxvd_It_IDL5DBcjwm&ust=1720120585338000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAYQrpoMahcKEwiAmbfXyouHAxUAAAAAHQAAAAAQBA>

antes de analisar esta razão intrínseca a todo o texto de RLR, é fundamental estabelecer o que Arendt entende por esfera social e política, e a que a elas era devido.

A ideia de conceituação e diferenciação entre público e privado foi desenvolvida por Hannah Arendt em sua obra *A Condição Humana* (1958), apesar desses ideais constarem em outras obras, como RLR. As ideias de esfera pública, privada e social, foram, mais tarde, retomadas pela autora em *Sobre a Revolução* (1963) e em *RLR* (1957), como se verá a seguir.

Arendt, em CH, ao buscar definir e diferenciar público e privado, recorre à Grécia Antiga, e ao modo como os antigos viviam, separando rígida e necessariamente ambas as esferas para o exercício de uma vida livre e “igual”⁸². A autora não buscou se refugiar na Antiguidade no intuito de trabalhar tais conceitos como um padrão a ser seguido pela contemporaneidade. Antes, trata-se de uma referência que ela buscou para facilitar a compreensão e a ilustração daquilo que descreveu, apontando para um tempo em que a política desempenhava um papel fundamental na vida pública. Arendt enfatizou que o advento da Modernidade trouxe consigo este borrão entre ambas as esferas (pública e privada), fazendo com que a política perdesse seu lugar privilegiado em meio público, a partir da ascensão da individualidade endossada pelo acúmulo de capital (propriedade privada), e com isso a perda de sua principal característica: a pluralidade.

Segundo Arendt, a esfera pública “denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos” (ARENDR, 2007, p. 59). Primeiramente, o que é público consiste naquilo que pode ser visto e ouvido por todos, isto é, possui caráter aparente, portanto a aparência compreende a primeira característica daquilo é público, para a autora. É através da aparência que, segundo Arendt, a realidade é constituída, pois só é exposto aquilo que se quer que seja visto e ouvido, aquilo que seja relevante. “A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDR, 2007, p. 60). A percepção que cada indivíduo possui da realidade depende totalmente da aparência, sendo assim, da esfera pública, a qual, apenas aquilo que de fato importa é levado a esta esfera, enquanto assuntos “irrelevantes”⁸³ são guardados para esfera privada⁸⁴.

⁸² Sabe-se que na Grécia Antiga estava destinada apenas àqueles considerados cidadãos, isto é, homens, gregos com maioria e livres.

⁸³ Para Arendt, o irrelevante não é de fato irrelevante ou sem importância, o é para política (que se encontra na esfera pública), mas consiste, como ela mesma escreveu, em um “encanto extraordinário” (p. 61) se encontrado na esfera privada.

⁸⁴ *A Condição Humana*, 2007, p. 60

Quando ocorreu a ampliação da esfera privada, não significou que esta tornou-se esfera pública por ocupar o lugar que lhe pertencia, mas a esfera pública que passa a se retrair por não conceber em si o irrelevante, aquilo que seria próprio do privado⁸⁵. Já que muito daquilo destinado ao âmbito privado, ao obscuro, ao secreto, quando vem à luz, perde-se em sua essência:

O amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morre ou, antes, se extingue assim que é trazido à público [...] dada a sua inerente natureza extraterrena, o amor só pode falsificar-se e perverter-se quando utilizado para fins políticos, como a transformação ou salvação do mundo. (ARENDDT, 2007, p. 61)

O segundo aspecto que Arendt elenca, para além da aparência, é aquilo que é “comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDDT, 2007, p. 62), isto é, o mundo comum a todos que nele estão, estiveram e vão estar, além de ser um mundo inteiro interpõe os indivíduos entre si, como um intermediador entre os homens⁸⁶ “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia um dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer.” (ARENDDT, 2007, p. 62). O mundo comum é dinâmico, devido ao modo como ele se apresenta aos indivíduos, pois não se constrói um mundo apenas para uma geração, mas este deve transcender aqueles que nele habitam, dando a oportunidade de mais sujeitos desfrutarem disso que é comum a todos (o mundo), fazendo com que a própria esfera pública e a política sejam tão dinâmicas quanto é o mundo. E nisto está a similaridade daqueles que habitam (habitaram e irão habitar) o mundo, o compartilhamento de um mundo que esteve lá quando nasceram e estará lá depois de suas mortes, mas que subsiste à medida que há a conservação da esfera pública.

Para os gregos a *pólis* consistia neste espaço de livre expressão dos pensamentos que agregavam à comunidade, assim como a *res publica* era para os romanos, de modo que a oportunidade de ser visto e ouvido por todos, permitia aos diversos olhos e ouvidos, que poderiam receber aquilo que era exposto, ser recebido de maneiras diversas.

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna. (ARENDDT, 2007, p. 67)

⁸⁵ Idem, cap. 2, p. 62

⁸⁶ Ibidem

Portanto, é fundamental salientar que o mundo comum não é garantido pela individualidade de pensamento, muito menos pela padronização do pensar e agir entre os homens, Arendt esclarece a importância de que esses indivíduos não pensem de forma igual nem se alinhem em suas perspectivas políticas, principalmente, pois o que mantém a igualdade entre eles é o interesse pelo mesmo objeto⁸⁷, isto é, a política em si, ser visto e ouvido no mundo comum, certos de que o serão. “O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe permite uma perspectiva” (ARENDR, 2007, p. 68)

Já a esfera privada constitui a própria essência da palavra, isto, é estar privado de algo neste caso. Arendt explicou em CH que o indivíduo que vive uma vida inteira na esfera privada, é destituído da realidade do mundo comum, de ser visto e ouvido, de se fazer conhecido e de conhecer, assim, é como se ele não existisse. A esfera privada é a esfera do lar, onde se esconde o que se deve esconder da esfera pública, é a esfera onde o oculto se encontra, isto é, tudo aquilo que é indizível e impraticável em público.

A ideia de propriedade privada, inicialmente parece ser parte do âmbito privado como o próprio nome já diz. No entanto, Arendt alerta para como a ideia de propriedade privada está atrelada mais à esfera pública do que à privada. Historicamente, na Grécia e Roma Antiga, a ideia de propriedade privada estava diretamente associada à ideia de cidadão: poderia exercer a cidadania aquele que possuía um lugar a que pertencer. Aquela que viesse a perder seu lugar perdia o direito de ser cidadão, isto é, de fazer política⁸⁸. Portanto, a propriedade privada se conecta à esfera pública devido a possibilidade de exercer seus direitos políticos, adquirindo certo caráter sagrado⁸⁹.

A riqueza, no entanto, até a Modernidade⁹⁰, jamais possuiu caráter sagrado, podia-se ser rico, porém, sem a cidadania grega e a propriedade privada de nada adiantava, seria nada mais que um apátrida abastado, enquanto um cidadão negro, mesmo que por, enquanto possuísse sua propriedade, seus direitos como cidadão eram garantidos. A riqueza privada era o meio pelo qual o homem buscava os meios para sobreviver, pois, antes de fazer política era

⁸⁷ Ibidem cap. 2, p. 67

⁸⁸ Ibidem, cap. 2 p. 72

⁸⁹ Ibidem cap. 2, p. 72 O caráter privado dessa privatividade assemelha-se ao caráter sagrado do oculto (esfera privada), ou seja, do nascimento e da morte, o começo e o fim dos mortais que, como todas as criaturas vivas, surgem às trevas de onde vieram. Esta ideia do oculto está diretamente associada à prática da religião no lar que era realizada privatamente.

⁹⁰ Ibidem, cap. 2 p. 71 Foi quando começou a expropriação dos pobres e a emancipação social daqueles que não possuíam propriedade.

necessário, primeiramente, encontrar o modo pelo qual subsistiria, assim sanando as necessidades trazidas pela vida. Arendt escreveu a esse respeito, que “a pobreza força o homem a agir como escravo”, fazendo com que a riqueza se tornasse a porta de acesso ao ingresso da vida pública, devido seu caráter de condição para que o homem sanasse suas necessidades básicas, para então, exercer a atividade política. Portanto, na era moderna, quando a propriedade privada e riqueza passam a ser sinônimos, ambas começam a ser identificadas com caráter sagrado, e caso entrem em conflito, a propriedade privada passa a ser sacrificada em detrimento do acúmulo de riquezas. Isso ocorre devido a perda gradativa do papel do cidadão na política, passa-se a gerar uma glorificação do trabalho para a geração de riquezas, no lugar das atividades políticas, alargando-se assim, a vida privada, simultaneamente que a esfera pública passa a definhar e esmorecer, pois não há mais um objeto de interesse em comum entre os homens, sendo antes a política.

Além dos aspectos que permitiam a inserção do homem na política, não se pode deixar de salientar alguns pontos que compõem a esfera privada, justamente devido à concessão que este âmbito permite, entre eles a violência. Sabe-se que devido à esfera pública ser caracterizada pela aparência, a violência não lhe cabe muito bem, especialmente pelo fato de ser no âmbito público que a política se abrigava. Portanto, cabe à esfera privada asilar a desigualdade e consequentemente a violência, pois é na esfera privada, no lar, que a hierarquia violenta se manifestava, com o patriarca, o chefe de família que exercia seu poder sem que houvesse limites a ele, pois em público, os gregos agiam como iguais entre cidadãos, não havendo espaço para alguma ação de desigualdade hierárquica ou violenta, já que a política apesar de acolher a pluralidade não se manifestava violentamente.

O funcionamento e complementaridade das duas esferas era possível, na experiência grega, porque a igualdade não era comum a todos, o que difere fundamentalmente do que entendemos hoje por igualdade. A cidadania ou o direito de participar do domínio público, de deliberar sobre temas comuns, de compartilhar do mundo e de ser reconhecido como igual entre os pares era prerrogativa dos senhores. Encontravam-se excluídos desse espaço escravos, mulheres e estrangeiros, destituídos do modo de vida no qual o discurso tinha sentido e sujeitos à violência praticada pelo homem. (RIBEIRO, 2022, p. 45)

Deste modo, entende-se que Arendt remeteu-se à Grécia Antiga para uma exemplificação mais apurada do que para ela representou a esfera pública e privada, como duas faces de uma mesma moeda, sendo ambas interdependentes. A autora aborda também a ascensão de uma terceira esfera que consiste na esfera social, esta, como visto a pouco, gerada pela produção de riquezas, alargamento da esfera privada e individualização do homem,

centrado em seus próprios interesses, perdendo o senso de comunidade política, a partir da Modernidade. É a partir da emersão sistemática da esfera social que o indivíduo passa a se afastar do mundo comum, isto é, não há mais uma distinção daquilo que é compartilhado entre os homens no mundo e aquilo que desrespeita às necessidades básicas a serem supridas, interesses e vida privada. Diferentemente dos antigos que possuíam a distinção da divisão entre ambas as esferas, os modernos perderam qualquer noção limítrofe entre público e privado, fazendo com que os interesses da vida particular venham a ser tratados publicamente e vice-versa, fazendo com que esta difusão entre as esferas desemboque na maximização da esfera social. Entre os problemas encontrados por Arendt neste apagamento da esfera pública e privada está sobretudo a ineficiência da política como ação comum, isto é, a política passa a atender interesses privados, tornando-se menos apta a acolher a pluralidade e a abrigar as diferenças. Além desta noção distorcida de política, a ideia de igualdade que havia na esfera pública se esmorece, para dar vez a um conceito de igualdade mais parecido com aquele contido no âmbito privado, como uma família que obedece às regras e segue ao objetivo traçado como princípio e padrão para ela. A sociedade passa a se tornar una, sem o encorajamento das diferenças, obedecendo a um único interesse, minando a singularidade do indivíduo na esfera privada e o anulando na esfera pública.

Foi a partir desta rígida perspectiva entre público, privado e social que Arendt manteve-se irredutível em RLR ao analisar uma intrusão, segundo ela, de interesses privados na política, nada mais do que uma consequência da manifestação da esfera social.

O que a igualdade é para o corpo político – seu princípio intrínseco –, a discriminação é para a sociedade. A sociedade é essa esfera curiosa, um tanto híbrida, entre o político e o privado em que, desde o início da era moderna, a maioria dos homens tem passado a maior parte da vida. Pois cada vez que abandonamos as quatro paredes protetoras de nosso lar e cruzamos o limiar do mundo público, entramos primeiro não na esfera política da igualdade, mas na esfera social. (ARENDR, 2004, p. 273)

Primeiramente, é fundamental ressaltar que para autora, o racismo, e boa parte da segregação racial (como não permitir que negros frequentem determinados lugares destinados apenas aos brancos)⁹¹ trata-se de questões sociais, não políticas, pois concerne a um problema, o que ela não nega, ligado à sociedade e seus preconceitos arraigados, de modo que não cabe ao governo interferir em questões sociais (por isso, o incômodo da autora com a decisão de integração escolar tomada pela Suprema Corte). Ao levar a cabo sua cosmovisão sobre a esfera

⁹¹ RLR, 2004, p. 274

social, e como a partir de sua ascensão a política passou a ser prejudicada, Arendt se munuiu de argumentos que rechaçam a ação negra de levar uma questão social (assimilação social) para um debate político, pois trata-se de um interesse particular ganhando espaço em um âmbito que deveria abordar questões de cunho político.

A autora escreveu sobre como a política deve ser movida pela ideia de pluralidade, e que apesar dessas diferenças, presentes no espaço público, há uma noção muito bem estabelecida sobre a igualdade entre as partes dentro da política. Ao compreender que o racismo se trata de uma questão associada diretamente à política, Arendt parece entrar em contradição ao negar esta igualdade aos negros. No entanto, a lógica do argumento da autora não falha quando se compreende que para ela não se trata de política, e sim de questões privadas sobre ascensão social, e não apenas isso. Arendt é categórica ao salientar o quão prejudicial tem sido para a humanidade certas consequências trazidas com esfera social. Entre essas consequências está a agremiação de sujeitos individualizados que passam a perseguir apenas os seus próprios interesses, que posteriormente se tornarão um conjunto massivo de homens não pensantes, padronizados, sem nenhuma valorização pelo plural, pelo diferente. Portanto, o movimento que a autora parece realizar em RLR é de defesa da política, defesa da pluralidade que nela deveria habitar. Arendt aponta para a possibilidade de sobrevivência das livres escolhas (no caso dos brancos a segregação), proporcionando, assim, um ideal de distinção no corpo político-social.

Sem a compreensão da autora de que o racismo se trata de um aspecto essencialmente político⁹², a contra-argumentação ao seu posicionamento se torna um tanto infrutífero, já que Arendt errou ao não perceber que a segregação não se tratava de pluralidade, ou ao tratar o racismo político como racismo social (elementos que ela mesma teve contato alguns anos antes, na Europa), pois ao afirmar a legalidade de se frequentar uma escola sem a presença de determinado grupo⁹³, a autora entra em contradição ao não notar justamente a falta de pluralidade em meio aos debates levados para o meio político. Sem os negros para exercer direito ao voto, para terem uma educação adequada ou mesmo para escolherem um lugar público onde frequentar, todo sentido de “separados, mas iguais”, endossado por Arendt cai por terra, já que não se trata de uma escolha dos afroamericanos de se afastarem, não participarem ou não frequentar, isso lhes é imposto, institucionalmente, isto é, há participação governamental

⁹² Idem, 274: “De qualquer modo, a discriminação é um direito social tão indispensável quanto a igualdade é um direito político.”

⁹³ Considerando que para Arendt educação tratava-se de um aspecto privado.

em questões políticas, como também sociais, e Arendt pareceu fechar os olhos para tais elementos.

W. E. B. Du Bois, em seu artigo de 1935, *Does the Negro Need Separate Schools?*, discute sobre a resignificação da escola segregada, se utilizando de uma linha argumentativa semelhante à Arendt. O escritor esclarece que não apoia a segregação, no entanto entende o valor de um ambiente que a criança seja reconhecida, acolhida e formada de acordo com a cultura racial a qual pertence. Du Bois, explicita que para que esta cosmovisão se consolide entre os afro-americanos deve haver uma melhoria significativa das escolas destinadas aos negros, a partir de maiores investimentos governamentais na estrutura e formação de profissionais dessas escolas⁹⁴. Além disso, o autor ressalta que se deve haver certeza que manter as escolas segregadas seja uma decisão da maioria dos negros também, sendo papel do governo se certificar disso, através de conferências cuidadosas, reuniões públicas e petições⁹⁵. Du Bois é defensor de uma educação igualitária e acredita que essa educação dificilmente seria oferecida por escolas integradas

Tolerar escolas ruins e educação inadequada porque as escolas são "mistas" é um erro caro, senão fatal. [...] é difícil pensar em algo mais importante para o desenvolvimento de um povo do que o treinamento adequado para suas crianças; e ainda assim, repetidamente vi pais negros sábios e amorosos tomando infinitos cuidados para forçar seus pequenos filhos a ir a escolas onde as crianças brancas, os professores brancos e os pais brancos desprezavam e ressentiam a criança negra, zombavam dela, negligenciavam ou intimidavam, tornando literalmente sua vida um inferno. (DU BOIS, 1935, p. 330) (tradução nossa)⁹⁶

O ponto que Du Bois abordou neste artigo, salientando a importância da educação para o negro, seja ela segregada ou não (apesar de ele trazer luz sobre uma nova perspectiva a respeito de escolas separadas), definitivamente enxergou a comunidade afro-americana como um bando de arrivistas sociais, em busca de ascensão social, do mesmo modo que Arendt fez. E embora ambos venham a ter um caminho argumentativo semelhante, no que diz respeito à permanência dos negros em escolas separadas, a todo momento Du Bois encarou essa questão como um tópico político, haja visto a interferência do governo requerida pelo autor, buscando trazer a

⁹⁴ DNNS, 1935, p. 335

⁹⁵ Idem, p. 329

⁹⁶ To endure bad schools and wrong education because the schools are "mixed" is a costly if not fatal mistake. [...] is difficult to think of anything more important for the development of a people than proper training for their children; and yet I have repeatedly seen wise and loving colored parents take infinite pains to force their little children into schools where the white children, white teachers, and white parents despised and resented the dark child, made mock of it, neglected or bullied it, and literally rendered its life a living hell. (DU BOIS, 1935, p. 330)

responsabilidade por melhorias públicas nas escolas negras. É fato que o autor não responsabiliza apenas o governo pelo desenvolvimento da educação dos afro-americanos, do mesmo modo, ele chama para a ação a própria comunidade negra, como a NAACP, apontando sua apatia em requerer uma divisão igualitária de fundos governamentais entre escolas brancas e negras. Sophie Belle, ressaltou esse aspecto do artigo de DuBois como contraponto ao argumento arendtiano que dizia que se os negros estivessem realmente interessados em educação, eles estariam requerendo melhorias e recursos para suas próprias escolas⁹⁷. Du Bois elencou duas causas para os negros não apoiarem a ideia de uma escola destinada apenas a eles: a primeira seria o sentimento de rendição à segregação e ao preconceito, caso viessem a acolher a ideia de escolas separadas; sendo a segunda causa essencial para este debate, a falta de fé dos negros neles mesmos, nos professores que viriam a ensinar seus filhos, nos gestores que estariam cuidando da gestão de suas escolas, entre outras realizações que não acreditavam serem capaz de desempenhar tão bem quanto os brancos. Sobre isso, Belle escreveu:

Para contrastar ainda mais Du Bois e Arendt, ele entende que a falta de fé nas escolas negras resulta do sistema mais amplo de racismo anti-negro em que as famílias negras estão envolvidas, não do desinteresse pela igualdade educacional. [...] Du Bois descreve essa auto-dúvida e busca de validação externa para a autoestima como "a consequência lógica da propaganda 'branca' que varreu a civilização nos últimos mil anos, e que agora é sustentada e defendida por palavras bravas, altos salários e monopólio de oportunidades". Portanto, embora Du Bois possa concordar com Arendt sobre o potencial dano às crianças negras que integram escolas brancas, não acho que ele concordaria com suas afirmações de que a segregação na educação é estritamente uma questão social ligada à mobilidade social ascendente. Em vez disso, ele enquadra a educação como uma questão pública e política conectada a questões mais amplas de injustiça e desigualdade racial. (GINES, 2004, 27-28) (tradução nossa)⁹⁸

Deste modo, Belle e Du Bois demonstraram o quão profunda o racismo estava arraigada não apenas na sociedade, mas na política estadunidense, sendo corroborada principalmente pelos brancos, mas de alguma forma, também pela própria comunidade negra, que

⁹⁷ RLR, 2004, p. 262

⁹⁸ To further contrast Du Bois and Arendt, he understands that the lack of faith in Black schools results from the larger system of anti-Black racism in which Black families are entangled, not from disinterest in educational equality. [...] Du Bois describes this self-doubt and seeking of external validation for self-worth as "the logical consequence of the 'white' propaganda which has swept civilization for the last thousand years, and which is now bolstered and defended by brave words, high wages, and monopoly of opportunities." So while Du Bois may agree with Arendt about the potential harm to the Black children who integrate white schools, I do not think he would agree with her claims that segregation in education is strictly a social issue tied to upward social mobility. Rather, he frames education as a public and political issue connected to larger issues of racial injustice and inequality. (GINES, 2004, 27-28)

provavelmente não se atentava para o sentido dúbio de algumas de suas ações (sem perceber que eles mesmos poderiam estar movidos por um racismo antinegro), e simultaneamente este argumento revela a superficialidade com que Arendt analisou a dessegregação e os motivos dos afro-americanos em meio a essas circunstâncias.

2.12. EUA e a política de Estado Racista

Por fim, nesta última seção será examinado se os Estados Unidos se utilizavam de uma política de Estado racista. Sabe-se que o racismo no Sul era institucionalizado e, portanto, não há como negar uma ação estatal racial nesta região. No entanto, o norte, mais progressista, apesar de se esquivar da institucionalização de tais pensamentos (racistas), ainda mantinha um racismo social bastante engendrado não apenas na sociedade, mas em sua política, abrindo espaço para se inquirir: a passividade do governo ante este racismo enraizado, não configura uma política de Estado? É fundamental esclarecer que para Arendt política de Estado racial se manifesta apenas quando a intenção final do Estado em questão resulta em extermínio de determinado grupo ou raça, como foi o caso da Solução Final. Este último capítulo procura explicar uma perspectiva mais abrangente de política racial, a qual o *telos* não configura apenas em um único aspecto, isto é, o genocídio de uma raça, mas inclui a constante opressão por meios sociais e políticos por meio do Estado. A política de Estado racista estadunidense teria como fim último a manutenção da “união” da nação em detrimento da exploração contínua e sistemática de uma raça. Concomitantemente, ao ser considerada a perspectiva de Arendt a respeito de política de Estado racista (aquela que alcança seu objetivo apenas com o extermínio da raça perseguida), deve-se compreender que não há o intuito de apontar semelhanças entre uma política totalitária e uma democracia segregacionista, tratando ambas como sinônimos ou simplesmente parecidas. Busca-se, portanto, demonstrar os benefícios⁹⁹ que advém a partir da ampliação da ideia arendtiana de política de Estado racista, pois a partir dessa aplicação é possível reconhecer ações negligentes, intimidadoras e hipócritas tomadas pelo governo americano que afligiram jurídica e politicamente o povo negro desde a declaração de independência (1776).

Ainda no capítulo 1 desta dissertação, na nota de rodapé 37 foi definido o conceito comum de política de Estado, em que reitera-se: “É importante definir que como política de Estado, compreende-se: ações, diretrizes e objetivos traçados pelo governo no intuito de

⁹⁹ Um dos principais benefícios está em novamente não ignorar os direitos de cidadãos afroamericanos devido a um rigor teórico, erro este cometido por Arendt em RLR

alcançar algum objetivo elaborado com base no consenso social e político, muitas vezes transcendendo governantes; pois tanto as leis antissemitas definidas pelo governo nazista, quanto os *black codes*, antes de se tornarem parte do sistema político, eram pensamentos e ações normalizados em meio social.” No entanto, sabe-se que uma não ação pode facilmente significar uma ação, como Martin Luther King uma vez disse em um de seus discursos contra a segregação: “O que me preocupa não é o grito dos maus, é o silêncio dos bons”. Em meio ao nazismo, um teólogo alemão, Dietrich Bonhoeffer, também declarou: “o silêncio diante do mal é ele mesmo um mal. Não falar é falar. Não agir é agir.” enquanto alguém em algum momento criou o ditado “Quem cala, consente.”. Sabe-se que desde uma situação prosaica cotidiana, até alguma circunstância que necessite de maior atenção, a omissão ante a algo pode significar a aprovação daquilo que tem sido feito ou falado. O consentimento do Estado ante um ideal, pode muito bem ser assentido através da sua não intervenção nem na causa, nem no produto gerado por este ideal, haja visto a omissão de governos ao redor do mundo em assuntos de extrema importância como: a falta de políticas públicas eficazes no combate à desigualdade social no Brasil, a não tomada de medidas urgentes para combater as mudanças climáticas na China, a concessão judicial contra casos de estupros na Índia, sem uma reforma legal adequada, entre tantos outros exemplos.

Arendt, em RLR, aponta alguns indícios a respeito de seu posicionamento sobre a conduta, ou neste caso, não conduta dos EUA, como nação, ante as práticas racistas. Ao discutir a ação do governo no caso *Brown vs Board* a autora escreveu:

Isso nos leva à minha terceira pergunta. Perguntei a mim mesma: o que distingue exatamente o assim chamado modo de vida sulista do modo de vida americano em relação à questão da cor? E a resposta, claro, é simplesmente que, embora a discriminação e a segregação sejam a regra em todo o país, elas são impostas pela legislação apenas nos estados sulistas. (ARENDDT, 2004, p. 264)

A autora define a essência da diferença entre ambas as regiões (norte e sul) do país, no que diz respeito ao racismo: a legislação. Arendt foi muito clara ao escrever que a discriminação e a segregação são regras sociais que abrangem todo o território estadunidense, de modo que a lei sulista, não passa de um reflexo da própria política vigente no país. Danielle Allen, em *Talking with Strangers*, ao escrever sobre o impacto que a foto de Elizabeth Eckford causou nos EUA, aponta para um ponto fundamental do estabelecimento das leis: elas são, em grande parte um reflexo da sociedade, dito de outro modo, o poder social afeta diretamente o poder político.

Uma constituição é mais do que papel; é um plano para constituir direitos políticos e organizar a cidadania, para determinar quem tem acesso aos poderes de tomada de decisão coletiva que são usados para negociar as relações econômicas e sociais de uma comunidade. De fato, uma constituição nem precisa ser escrita. Pode, como na Grã-Bretanha, basear-se em leis e costumes que se acumulam ao longo do tempo para estabelecer uma distribuição particular de poder político por meio de instituições. Ou pode, como na antiga Atenas, consistir em leis e costumes que determinam quem tem acesso aos instrumentos do poder político. [...] Não se pode afirmar compreender a Constituição dos Estados Unidos sem olhar além do documento que carrega esse título, para as leis estaduais e os hábitos costumeiros de cidadania - normas não faladas para interação que restringem quem pode falar onde em público e como - que ajudaram a roteirizar o circuito básico do poder político. (ALLEN, 2004, p. 6) (tradução nossa)¹⁰⁰

Portanto, se pode concluir que a própria democracia, em seu sentido mais estrito (*demos* povo e *kracia* governo), assim como a cidadania estadunidense, estavam sujeitas aos hábitos duradouros e às interações sociais entre seus cidadãos, isto é, estavam moldando a vida política. Percebe-se isso na interação entre Hazel e Elizabeth na foto, anteriormente citada, quando a menina branca se vê no direito de rechaçar e gritar com a menina negra que a contragosto se dirige ao ponto de ônibus em vez de entrar na escola. Os cidadãos replicam o que são uns para os outros, não apenas dentro da política, onde definem suas regras de comportamento, mas como irão se comportar no cotidiano, nota-se isso na falta de qualquer pudor ou medo que Hazel teve em agir do modo como agiu com Elizabeth, da mesma forma, no triste consentimento desta, ao perceber que não entraria na escola, dirigindo-se para pegar um ônibus de volta para casa.

A ordem política é garantida não apenas por instituições, mas também por "regras profundas" que prescrevem interações específicas entre os cidadãos em espaços públicos; os cidadãos encenam o que são uns para os outros não apenas em assembleias, onde tomam decisões sobre seus destinos mutuamente entrelaçados, mas também quando, como estranhos, falam um com o outro, ou não, ou de outra forma respondem à presença um do outro. (ALLEN, 2004, p. 6) (tradução nossa)¹⁰¹

¹⁰⁰ A constitution is more than paper; it is a plan for constituting political rights and organizing citizenship, for determining who has access to the powers of collective decision making that are used to negotiate a community's economic and social relations. Indeed, a constitution need not even be written out. It may, as in Britain, rest on laws and customs that accrete over time to establish a particular distribution of political power through institutions. Or it may, as in ancient Athens, consist of laws and customs that determine who has access to the instruments of political power. [...] One can't claim to understand the Constitution of the United States without looking beyond the document, which bears that title, to the state laws and the customary habits of citizenship—unspoken norms for interaction that constrain who can speak where in public and how—that helped route the basic circuitry of political power. (ALLEN, 2004, p. 6)

¹⁰¹ Political order is secured not only by institutions, but also by "deep rules" that prescribe specific interactions among citizens in public spaces; citizens enact what they are to each other not only in

Outro exemplo sobre como a reação social afeta diretamente a política está na decisão judicial *Brown II*, em que, após a repercussão negativa em todo o Sul devido o movimento de dessegregação do governo, a Suprema Corte, apesar de reiterar sua deliberação a respeito da integração escolar, estabelece que a integração não precisava ser imediata, aliás, ela deveria ocorrer a “toda velocidade deliberada”¹⁰². Du Bois, escreveu um novo artigo a respeito desta segunda decisão denominado “What Is the Meaning of ‘All Deliberate Speed’?” (1957), em que o autor aborda o quão divergentes estão a democracia americana e os direitos dos negros americanos, explicitando a retroação jurídica em defender esses direitos, inquirindo: “whether the United States is a democracy or the last center of ‘white supremacy’ and colonial imperialism.” Se os Estados Unidos são uma democracia ou o último centro de ‘supremacia branca’ e imperialismo colonial (DU BOIS, 1957). Não se pode deixar de notar que a crítica de Du Bois não foi dirigida apenas ao Sul, mas a todo sistema jurídico e político dos EUA, pois havia a compreensão de que apesar de institucionalmente as escolas estarem segregadas apenas no Sul, a segregação social e política era regra em todo o território nacional.

A questão constitucional, no entanto, se mostrou como a maior preocupação de Arendt, no que tange à segregação, a autora entendia que o mal do racismo não tangia à questão social, e sim à política: “Não é a discriminação e a segregação social, qualquer que seja a forma em que se apresentarem, mas a legislação racial que constitui a perpetuação do crime original na história deste país.” (ARENDDT, 2004, p. 265) Sobre isso, (o papel da lei positiva, institucionalizando o racismo), a autora debateu alguns anos depois da publicação de *RLR*, em 1963, em seu livro *Sobre a Revolução*, em que, entre outros tópicos, Arendt salientou o “sacrifício” realizado por Jefferson e os outros pais fundadores em permitir que a escravidão permanecesse enraizado no novo país fundado sob a igualdade e a liberdade entre os homens.

[...] só podemos mesmo concluir que a instituição escravocrata traz uma obscuridade ainda mais negra do que a obscuridade da pobreza; quem passava “totalmente despercebido” não era o pobre, e sim o negro. Pois, se Jefferson e outros, em menor grau, tinham consciência do crime primordial sobre o qual se fundava a sociedade americana, se “tremíamos quando pensávamos que Deus é justo” (Jefferson), era porque estavam convencidos da incompatibilidade entre o sistema escravista e a instauração da liberdade, e não porque fossem movidos pela piedade ou por um sentimento de solidariedade para com seus semelhantes. (ARENDDT, 2013, p. 107)

assemblies, where they make decisions about their mutually intertwined fates, but also when, as strangers, they speak to one another, or don’t, or otherwise respond to each other’s presence. (ALLEN, 2004, p. 6)

¹⁰² *Hannah Arendt and the Negro Question*, 2014, p. 28

Sabe-se, portanto, que o problema racial, para Arendt, se tratava de uma questão meramente política, inclusive que tem sido perpetuado desde a fundação da República estadunidense, o racismo institucionalizado pelo governo, ela admitindo ou não, como resultado de uma sociedade racista. Assim, considerando esta perspectiva da autora, onde o governo deve agir e interferir apenas no racismo e preconceito político e não social, deve-se considerar este trecho de RLR:

Por razões históricas e de outro tipo, temos o hábito de identificar a questão da raça negra (*Negro question*) com o Sul, mas os problemas não resolvidos ligados aos negros que vivem em nosso meio dizem respeito a todo o país, e não apenas ao Sul. (ARENDR, 2004, p. 266)

A autora apontou o racismo como um problema não apenas do Sul, mas de todo o país, por justamente se tratar de uma questão presente em todo o território dos EUA, e que deve ser resolvido. Anteriormente, já foi visto que Arendt não considerava o racismo social exatamente um problema (pelo menos não de uma magnitude que vinha a ferir qualquer direito), muito menos um problema que o governo devesse intervir¹⁰³. Entretanto, ela acreditava que ao se tratar de uma questão que afetasse os direitos políticos dos negros, o governo não apenas podia, como devia interferir na questão. Neste trecho supracitado, a autora não pareceu se referir a um racismo social, como ela mesma exemplificou, como a segregação ao frequentar lugares exclusivamente judeus¹⁰⁴ (ou exclusivamente branco, no caso), ela referiu-se a uma questão política, como se pode constatar algumas linhas antes: “A questão da cor foi criada por um grande crime na história dos Estados Unidos e só tem solução dentro da estrutura política e histórica da República”. (ARENDR, 2004, p. 266). Assim, apesar de Arendt ter buscado reiterar a todo momento em RLR que o racismo deve ser exclusivamente um problema político, e que há apenas no Sul uma legislação de natureza racista, a autora não negou que os Estados Unidos como país, existe uma política racista, pelo contrário, ela reconheceu haver um problema de cunho político-racial generalizado em todo país, mesmo que não possuísse caráter de lei positiva como no sul.

Provavelmente a mais nítida prova de que o governo dos EUA administrava uma política de Estado racista, está em um dos conceitos mais caros para Arendt: a política como lugar de pluralidade. Sabe-se que a Lei do Direito ao Voto (*Voting Rights Act*), proibindo a discriminação racial no processo eleitoral, de 1965, sancionada pelo então presidente Lyndon B. Johnson, foi promulgada e aplicada a todo país, isto é, tanto no Sul quanto no Norte,

¹⁰³ RLR, p. 277

¹⁰⁴ Idem, p. 274

possibilitando, pela primeira vez, que os afro-americanos pudessem exercer seu direito político. Um ano antes (1964) havia sido sancionada outra lei, tão expressiva quanto, que abolia a segregação racial em todo país, no entanto, não concedia direitos políticos igualitários a brancos e negros. A postergação deste direito foi, sem dúvida, uma estratégia muito parecida com a dos pais fundadores ao escreverem a Carta de Independência, assim como da Suprema Corte ao decidirem por *Brown II*, pois ambas colocam os direitos dos negros em segundo plano, pelo “bem da nação”, isto é, é mais importante que a nação se mantenha unida sem uma real igualdade do que desunida, cheia cidadãos desfrutando se sua isonomia. Esta ideia de “uma nação indivisível”, porém, desigual, foi outro tópico da argumentação de Allen em *Talking with Strangers*. A autora, ao se utilizar das figuras de Hazel e Elizabeth novamente, pontuou que apesar de ambas viverem sobre o mesmo país democrático em que ambas eram consideradas cidadãos, suas realidades não poderiam estar mais distantes uma da outra. A ideia de um país unido era sinônimo de homogeneidade, isto é, o todo (brancos, negros, indígenas, latinos...) não poderia viver harmoniosamente, pois o todo não significava uma unidade.

Em nosso segundo momento de epifania, vemos claramente na foto que a democracia dos Estados Unidos era composta não de um, mas de pelo menos dois, e talvez três, quatro ou mais povos, todos vivendo na mesma política, mas sob leis diferentes, com direitos e poderes diferenciais, e com diferentes práticas habituais de cidadania. A foto, em um flash, torna explícito o status mitológico do ideal de "unidade" do país, mas também nos força a questionar se esse mito poderia alguma vez guiar com precisão cidadãos diversos e discordantes em suas tentativas de estabelecer relacionamentos dentro do todo democrático. (ALLEN, 2004, p. 15-16) (tradução nossa)¹⁰⁵

No período da Guerra Civil houve um esforço por parte do governo para tornar o povo um só, mas não se pode deixar de lembrar que neste mesmo período diferentes povo viviam sob leis diferentes, de modo que mesmo às leis que abrangesse todos os povos, não garantia que todos tivessem a mesma experiência de cidadania¹⁰⁶. Ele se repetiu nos anos seguintes, aqueles que não haviam sido integrados à sociedade, não tinham qualquer expressão política válida, a cidadania não passava de um espectro de dominação e anuência da sociedade, anulando a pluralidade dos povos, permitindo apenas a aparência de uma unidade. Este período foi uma

¹⁰⁵ In our second epiphanic moment, we see clearly in the photo that the democracy of the United States in was made up of not one but at least two, and maybe three, four, or more, peoples, all living in the same polity but under different laws, with differential rights and powers, and with different habitual practices of citizenship. The photo, in one flash, makes explicit the mythological status of the country’s ideal of “oneness,” but it also forces us to wonder whether that myth could ever accurately guide diverse and disagreeing citizens in their attempts to establish relationships within the democratic whole. (ALLEN, 2004, p. 15-16)

¹⁰⁶ TWS, 2004, p. 18

clara representação, não apenas do consentimento do governo para com as políticas racistas, mas da cristalização da política estadunidense no que diz respeito a ações que poderiam modificar esta ideia de unidade tão cara à história estadunidense. A percepção de que um todo não é um uno (homogêneo), não veio tarde aos âmbitos de poder americanos, a democracia americana, desde sua instituição (na independência dos EUA) era consciente da diversidade e pluralidade necessária para se fazer plena, haja visto a famosa frase de Jefferson, repetidas em pelo menos dois livros de Arendt: “Tremo quando penso que Deus é justo”¹⁰⁷, referindo-se à Declaração de Independência que simultaneamente baseava-se na igualdade e permitia a escravidão. Lincoln, durante a Guerra Civil, também compreendia a incoerência da escravidão em meio uma terra que buscava a igualdade e a liberdade do indivíduo dentro de seu próprio país, assim como os presidentes, governadores e políticos que se seguiram, e repetidamente abriam concessões para que a democracia se mantivesse inconsistente, vivendo de aparências, sustentando uma ideia anêmica de isonomia e união.

Atenas estava construindo tantos monumentos que muito depois que ambas as cidades tivessem desaparecido, ele argumentou, as pessoas veriam as impressionantes ruínas de Atenas, não encontrariam nada em Esparta e acreditariam que a democracia havia sido a maior das duas quando, na verdade, Esparta havia vencido a guerra entre elas. A alta consideração dos atenienses por seu próprio poder e autonomia viveria, apesar de ser uma deturpação da realidade. Essa observação tucidiana poderia ser um insight sobre a democracia em geral? Afinal, as democracias inspiram nos cidadãos a aspiração ao governo e, no entanto, exigem que os cidadãos vivam constantemente com o fato de que não o fazem. (ALLEN, 2004, p. 22) (tradução nossa)¹⁰⁸

Não é surpresa que as políticas públicas de um governo, no intuito de manter a paz, a popularidade e evitar conflitos, busquem o apoio da maioria, muitas vezes endossando e reforçando preconceitos já enraizados na sociedade, dando a impressão, àqueles que se sentem amparados pelo governo, que não há nenhum problema em continuarem agindo e se comportando do mesmo modo. Esta ideia corrobora para que haja um falso ideal de democracia e cidadania, neste caso, respaldando e normalizando a ideia de que existe uma parcela da população que possui privilégios legais e políticos (brancos), enquanto a outra parcela deva se

¹⁰⁷ OT p. 163 e SR p. 107

¹⁰⁸ Athens was building so many monuments that long after both cities were gone, he argued, people would see the impressive ruins of Athens, find nothing at Sparta, and believe that the democracy had been the greater of the two when, in fact, Sparta had won the war between them. The Athenians' high regard for their own power and autonomy would live on, despite being a misrepresentation of reality. Could this Thucydidean observation be an insight into democracy more generally? After all, democracies inspire in citizens an aspiration to rule and yet require citizens constantly to live with the fact that they do not. (ALLEN, 2004, p. 22)

contentar e consentir com as migalhas oferecidas pelo governo, em prol da falsa ideia de unidade e liberdade. O governo estadunidense, desde sua fundação vem alimentando uma mentira democrática através de medidas públicas anêmicas a favor dos afro-americanos e uma política de Estado tácita de omissão e anuência com os preconceitos sociais e uma ideia errática de cidadania. Se não fosse isso, os movimentos dos direitos civis, maximizados após a Segunda Guerra, não estariam requerendo mudanças políticas, mas apenas transformações sociais. O movimento negro entendeu que durante um longo tempo a política estadunidense foi diretamente influenciada pela opinião pública branca, e sua insistente ameaça em desequilibrar a ideia de unidade caso houvesse alguma mudança política drástica, por isso, foi necessário que os negros entendessem o real significado de cidadania e democracia, compreendendo que a opressão e a aquiescência não faziam parte destes ideais. Portanto, foi preciso que os afroamericanos deixassem de desempenhar o papel de subservientes que lhes foi outorgado e se apossar do verdadeiro sentido das bases que fundaram seu país: liberdade e igualdade, apontando para a pluralidade, tantas vezes defendida por Arendt para formação política genuína e plena.

Como Ralph Ellison disse: "Esta sociedade provavelmente não ficará livre do racismo, portanto é necessário que os negros se libertem tornando-se sua ideia do que um povo livre deveria ser". Esta é uma exortação não apenas para afro-americanos, mas para todos aqueles que desejam ser verdadeiramente cidadãos democráticos. (ALLEN, 2004, p. 23) (tradução nossa)¹⁰⁹

A democracia segregacionista estadunidense é uma prova de que Arendt estava certa ao elencar a pluralidade como característica fundamental da política e a necessidade da mentalidade alargada para exercer ações públicas. A supressão dos direitos de um grupo, especialmente a partir de uma justificativa racista, não constitui a essência da democracia moderna, pois não há uma total participação popular, devido ao impedimento dessa participação. Arendt ao se referir à política, em CH, faz uso da Grécia como recurso, ao exemplificar a prática política plena, no entanto, sabe-se também que em Atenas a política só podia ser exercida por homens, livres e maiores de idade, portanto apenas uma pequena parcela da população. Assim, a autora parece apontar para a pluralidade na política apenas para aqueles possibilitados de exercerem esta ação, neste caso, os homens livres na Grécia e os brancos nos

¹⁰⁹ As Ralph Ellison put it, "This society is not likely to become free of racism, thus it is necessary for Negroes to free themselves by becoming their idea of what a free people should be." This is an exhortation not merely to African Americans but to all who would truly be democratic citizens. (ALLEN, 2004, p. 23)

Estados Unidos. Para Arendt, a defesa da igualdade está circunscrita ao espaço político, não fora dele, mas o que a autora parece não perceber é que se essa pluralidade e igualdade não forem estendidas para além desse limite, a política jamais será plena. Pois enquanto negros, mulheres, estrangeiros, judeus forem excluídos politicamente devido às questões que lhe formam como indivíduos, a política perde sua pluralidade para ser excludente, segregacionista e racista.

4 CONCLUSÃO

Iniciando pela última seção do capítulo dois, a conclusão deste trabalho concorda que não há dúvida quanto as políticas racistas empregadas pelo totalitarismo para alcançar muitos de seus objetivos em meio a uma sociedade massificada. O uso de propagandas antisemitas e da perseguição racista é explícito o suficiente para grande parte dos filósofos e historiadores. O mesmo não pode se dizer dos EUA segregado do século XX, pois apesar do sul ter instituído leis raciais e ter o racismo institucionalizado, o norte possuía uma política sem leis que pudessem ser acusadas de segregacionistas, apesar de todos saberem que dificilmente um negro estaria em uma mesma posição social que um branco ali. A privação do voto por parte da população negra, sem dúvida, é o maior indício de uma política nacional de Estado racista, porém, como foi visto, a omissão, a concessão para a realização de medidas raciais também se configuram em políticas de Estado. Sabe-se que a política não se faz só às vistas. Seria ingenuidade pensar que para permitir que algo ocorra no país é necessário apenas uma lei que obrigue que isso ocorra, a simples permissibilidade fala por si só. Portanto, entender que os EUA, enquanto omissos às leis sulistas e permissivos aos diversos desdobramentos do racismo social, consistiu em um Estado que se utilizava de políticas raciais para governar e manter a unidade nacional.

OT é, entre tantos adjetivos, uma obra de reflexos, pois, incontestavelmente, ela aponta para as consequências que a Europa teve por seus atos durante o Imperialismo, especialmente na África. Arendt foi cirúrgica ao destacar o movimento *boomerang* que os europeus sofreram quando o totalitarismo se utilizou justamente do racismo como ideologia para assassinar, pelo menos, seis milhões de não-arianos. A obra é um reflexo de como o racismo empregado como uma forma de opressão e exploração, retornou em sua forma mais agressiva como política de Estado impositiva sobre a Europa. Entender a transformação de como a teoria racial fez esse percurso, até sua utilização como arma política, é essencial para a compreensão do percurso que Arendt realiza em OT. Afinal, o livro está dividido em três partes, sendo que as duas

primeiras, *Antissemitismo* e *Imperialismo*, estão estritamente relacionadas com o racismo e como este agente se tornou um fundamental ao totalitarismo.

Arendt, portanto, tornou-se referência quando se trata de questões raciais e racismo, especialmente quando esses aspectos passam a ser utilizados como ideologias de manipulação. A autora é constantemente citada por Sueli Carneiro (filósofa brasileira e militante antirracista) em obras como "Negro é uma questão de Estado", "A invisibilidade da raça no Brasil" e "Racismo estrutural", nos quais Carneiro faz referências à Arendt ao abordar questões como a construção da identidade negra, violência racial e a luta antirracista.

Através de OT, Arendt apresentou em primeira mão ao mundo ocidental, de que modo a construção de um ideal pautado na hierarquia racial pode ser devastador, pois a autora apresentou o percurso que a teoria racial, fundada na Europa por eugenistas, experimentada na África e retornada aos europeus, faz à medida que corrói toda uma geração. A autora também demonstrou como a política pode fazer uso do racismo, a ponto de transformá-lo em uma ideologia genocida, como foi o caso do nazismo, pois, assim como Arendt aponta, é necessária uma ideia enraizada o suficiente na sociedade (como foi o caso do racismo na Alemanha e da desigualdade social na URSS) para transformá-la em uma ideologia dentro de um governo totalitário. Assim, diferente do que a autora propõe no título (*Origens do Totalitarismo*), que seria a análise da gênese deste sistema político, Arendt evidencia de que forma elementos se cristalizaram no momento e lugar adequados, viabilizando a formação de uma política sem precedentes; estando dentre esses elementos a ideologia racista.

Em RLR, a autora apresenta um novo contexto racial: a democracia segregacionista dos EUA no século XX. No entanto, o racismo em si, não parece ser o foco da autora, devido a outras preocupações que lhe parecem mais urgentes, como o modo e o motivo pelo qual os negros têm lutado pela educação integrada. No entanto, apesar de se tratar de outro governo, outro povo, e outro país, a análise da autora parece ser pouco aprofundada, e semelhante àquela realizada por ela em *Escritos Judaicos*, sobre a condição arrivista e desinteressada dos judeus¹¹⁰. Arendt, ao tratar os negros como oportunistas, não parece se esforçar muito para deduzir que a mesma busca por status e por ascensão social promovida pelos judeus, estava sendo promovida pelos afro-americanos. A autora demonstra não ter empenhado muito esforço

¹¹⁰ O desinteresse dos judeus está na conquista de direitos políticos, em sua emancipação, quando por outro lado, há quase uma obsessão de parte da comunidade judaica em ser assimilada socialmente, em prol do abandono desses direitos.

para compreender as singularidades desta nova situação, nem mesmo para identificar corretamente uma fotografia, simplesmente por pensar se tratar de uma história já repetida, e conhecida por ela. Assim, Arendt analisa toda a situação negra seguindo rigorosamente sua própria teoria (como a separação entre a esfera pública e privada), insensivelmente, e mesmo ao buscar empatia, ao se colocar no lugar de uma mãe negra, a autora falha no exercício de alteridade, ao não reconhecer que o outro não é ela. Hannah Arendt falhou ao acusar injustamente os negros, falhou em sua análise superficial sobre a situação e falhou ao sugerir uma política desgarrada de questões sociais; para alguns de seus críticos, tais falhas sugerem que a autora estava apenas permitindo que seu racismo viesse à tona, se esse for o caso, como tratar essa questão?

Em seu texto, *Kant racista?*, Ricardo Terra inicia seu texto salientando a importância que dois movimentos tiveram sobre diversas revisões históricas, e de que forma o feminismo e o antirracismo cooperaram para que novos modos de reler a filosofia se tornaram fundamentais para o entendimento de seu percurso durante a História, consideração a contribuição de autores e filósofos como Lélia González, Angela Davis, Sueli Carneiro, Chimamanda Ngozi Adichie, Achille Mbembe, Judith Butler, Linda Nochlin, entre outros. Apesar desta movimentação em meio filosófico e da ascensão de uma geração preocupada em debater temas tão sensíveis e necessários, há ainda diversos obstáculos a serem transpostos, sendo um deles a revisão desses temas em conjunto, nas teorias e obras consagradas pela filosofia. Um exemplo disso, como Terra cita, é o debate da escravidão em Aristóteles, concomitante à alienação do feminino na mesma teoria. Assim, Terra aponta para uma deficiência na própria tradição da filosofia ocidental, de não dar a mesma importância para temas essenciais à sociedade, cada um ao seu próprio modo; é como se a própria tradição filosófica não suportasse tantas intervenções simultâneas em suas teorias, por isso dever-se-ia realizá-las paulatinamente, em claro e bom português “devagar com o andor porque o santo de é de barro”. À primeira impressão, de fato, tais mudanças nas bases filosóficas parecem ser radicais demais — especialmente quando vindas todas de uma vez —, pois vêm a intervir no seio da filosofia, com o intuito de reavaliar o modo de interpretação de teorias tão consolidadas, algumas milenares. No entanto, ao notar o modo como esta se consolidou na História, percebe-se que dificilmente o paradigma filosófico há de se quebrar ou perder a sua funcionalidade, pois reanalisar a filosofia, não a torna impotente ou menos fundamental, apenas lhe acrescenta uma perspectiva há muito ignorada e que não pode mais se apresentar de forma latente.

Portanto, ao entender a necessidade de uma reavaliação do papel da filosofia em fenômenos como antissemitismo, machismo, xenofobia, racismo, entre outros, deve ser encontrado também o lugar de Hannah Arendt nesta seara. Como se pôde notar, durante grande parte do texto, a autora possui ideias e teorias que, mesmo indiretamente, podem corroborar para a propagação de preconceitos. Não se pode negar a relevância de Arendt para o entendimento de diversos fenômenos políticos, como o totalitarismo, o antissemitismo político, a ideologia, assim como o entendimento da própria política e suas principais características. No entanto, devido a uma rigidez teórica combinada com o que pode ser conhecido como como ignorância branca¹¹¹, a autora parece abandonar alguns de seus princípios (a pluralidade política e a mentalidade alargada) apenas para manter o rigor de alguns termos como esfera pública, esfera privada e esfera social. Arendt faz uma análise parcial da situação negra em meio à integração escolar, de certo modo, assimilando negros a judeus arrivistas da Europa, no que tange à questão do uso da educação para ascensão social, além de apresentar um olhar insensível do movimento afro-americano ante às investidas racistas sociais e governamentais. A filósofa política também se apresenta tendenciosa mais aos direitos dos brancos que ao dos negros quando colocados em paralelo, como foi visto diversas vezes em RLR, demonstrando a contradição em relação aos seus argumentos sobre a importância da igualdade em direitos políticos, especialmente em *Escritos Judaicos*.

Dito isto, ao entender que alguns dos textos arendtianos foram racistas e excludentes, pois vários de seus ideais quando colocados à prova, convergem com os princípios de justiça, igualdade, liberdade e isonomia, é possível compreendê-los a partir da ideia de “culpabilização dos clássicos e de certas posições filosóficas” (TERRA, 2010, p. 300). A partir dessa percepção, é importante questionar-se o que fazer com esses escritos? Deve-se abandonar tudo aquilo produzido pela autora em vista de seus posicionamentos preconceituosos? Terra, em seu texto, demonstra o quanto simplesmente apagar Arendt da história da filosofia seria, de fato, o caminho mais fácil, porém um erro que a filosofia estaria novamente cometendo ante a essas questões¹¹². O autor aponta para outro caminho, a partir da análise de Kant como um representante dessa filosofia que deve ser expurgada.

¹¹¹*Race and Epistemologies of Ignorance*, 2007, p. 11-38

¹¹² Ao desacreditar os autores e autoras que produziram textos filosóficos considerados atualmente indevidos (racistas, misóginos, xenofóbicos...) e buscar minimizar tais obras, a filosofia se agarra ao caminho mais fácil sem buscar uma solução real para o problema.

Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que os erros de Arendt não anulam a universalidade de sua obra, pois, assim como Terra demonstrou com Kant, as contribuições desses autores para filosofia superam as obras e trechos em que seus escritos falharam com ela. Isso não representa uma justificativa para suas falhas, nem mesmo uma concessão para que outros venham a agir desta maneira, antes demonstra uma maturidade em saber diferenciar textos e como cada um deve ser lido, isto é, o desenvolvimento de uma consciência crítica ao ler diversos escritos, mesmo sendo do mesmo autor. O trabalho que Terra teve em ler, interpretar, analisar e separar as obras kantianas manifesta a necessidade de não ignorar e rechaçar tais escritos em decorrência das teorias que delas emanam; o mesmo deve ser feito com Arendt. O autor demonstra que, para criticar, é importante conhecer, tanto como para saber como e o que se deve fazer mediante a determinado problema. Diferente de como sugeriu Bernasconi¹¹³, em condenar e expurgar da filosofia, autores e obras que mancham a tentativa de construir uma história da filosofia mais igualitária, Terra demonstra que é importante que tais textos e autores permaneçam na História, para que assim novos erros desse cunho não sejam cometidos do modo que se foi. Assim, poder-se-á construir uma nova perspectiva a respeito de tais filósofos e suas obras, prezando não por sua infalibilidade, mas enxergando-os e apontando para suas falhas, reconhecendo aquilo que de fato trouxe grande acréscimo e crescimento para a filosofia e a humanidade, mas sem deixar de reiterar seus erros e obras que ofenderam e oprimiram.

Ignorar a opressão, a arbitrariedade, a discriminação e a injustiça foi um grande erro cometido pela comunidade filosófica por séculos, e agora que com este movimentos de revisão das obras e autores, seria errado cometer outro erro, tão parecido, mas no polo contrário, isto é, apagando, calando e obstruindo as obras e seus filósofos para que suas construções violentas sejam apagadas da História. Este movimento além de encontrar muito mais resistência, só faz com que seja aguçada a curiosidade em saber o que de tão ruim foi excluído da Filosofia. Assim, trazer à luz ideias errôneas de Arendt, como qualquer outro autor que escreveu algo deste segmento, tendo a possibilidade de criticá-los, demonstrando suas falhas, é um trabalho mais árduo, porém ainda mais eficiente e duradouro, pois permite a livre escolha crítica da consciência de cada um, que no fim é, fazer filosofia.

¹¹³ *Race*, 2001, p. 11-36

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, D. *Talking to Strangers: Anxieties of Citizenship since Brown v. Board of Education*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Da Violência*. Disponível em: <www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em: 2004.

_____. *Escritos Judaicos*. Barueri, SP: Manole, 1938.

_____. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. 2. ed. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013. (Publicado originalmente em 1951).

_____. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BELLE, S. *Hannah Arendt and the negro question*. Indiana, USA: Indiana University Press, 2014.

BERNSTEIN, R. *Hannah Arendt and the Jewish question*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CORREIA, Adriano; AGUIAR, Odílio Alves; ROCHA, Antonio Glauton Varela; MULLER, Maria Cristina (Org.). *Dicionário Hannah Arendt*. Edições 70, 2022.

DU BOIS, W. E. B. Does the Negro Need Separate Schools? *Journal of Negro Education*, v. 4, n. 3, p. 328–335, jul. 1935.

DU BOIS, W. E. B. What Is the Meaning of ‘All Deliberate Speed’? *National Guardian*, 1957. Reimpresso em: *W. E. B. Du Bois: A Reader*, editado por David Levering Lewis. New York: 1995. (doravante *All Deliberate Speed*).

KANT, Immanuel. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier, 1999.

RIBEIRO, Nádia Junqueira. A distinção entre o social e o político em Hannah Arendt à luz da Questão Judaica. 2022. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SANCHES, M. *A invenção do homem*. Lisboa: Faculdade de Letras – Cidade Universitária, 2002.

SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy. *Race and Epistemologies of Ignorance*. USA: State University of New York Press, 2007. p. 11-38.

TOMLINSON, T. Portrait of Pride, Prejudice: Students See Themselves through History’s Lens. *Charlotte Observer*, 2 set. 2007.

VILA, Dona. *Hannah Arendt: Very Short Introductions*. USA: Oxford University Press, 2023.

ANEXO A — Imagens

Figura 1.1.— Jornal de 1957 sobre a integração escolar



Fonte: The New York Times

Figura 1.2 Elizabeth Eckford em Harding High School em Charlotte, na Carolina do Norte



Fonte: Disponível em <<https://www.upworthy.com/elizabeth-eckford-civil-rights-movement>>

Figura 1.3 Dorothy Counts em Central High School em Little Rock



Fonte: Charlotte Magazine

Figura 1.4 Elizabeth Eckford e Hazel Bryan em 1957 e em 1997



Fonte: Disponível em < <https://unbelievable-facts.com/2017/09/little-rock-nines-elizabeth-eckford.html> >

